

ISSN 1806-4906

01

Revista do



Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo

Revista do GEL . n.1 . 2004

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo

GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO
ESTADO DE SÃO PAULO

REVISTA DO GEL

ISSN 1806-4906

Revista do GEL	Araraquara-SP	v.1	n.1	p.1-131	2004
----------------	---------------	-----	-----	---------	------

Revista do GEL
Rodovia Araraquara-Jaú, km 1
14800-901 – Araraquara-SP
revistadogel@fclar.unesp.br

Comissão Editorial
Arnaldo Cortina
Beth Brait
Cristina Altman
Cristina Carneiro Rodrigues
Inês Signorini
Sirio Possenti

Editor Responsável
Arnaldo Cortina

Assessoria Técnica
James Reginaldo Ribeiro da Motta

Editoração Eletrônica e Capa
ECO Arquitetura

Revisão de Língua Inglesa
Bento Carlos Dias da Silva

Conselho Editorial
Antônio Alcir Bernárdez Pécora (UNICAMP), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona-Espanha), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges-França), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Lourenço Chacon (UNESP-Marília), Marco Antonio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora-Portugal), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Maria Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Oslo-Noruega), Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvain-Bélgica), Raquel dos Santos (USP), Renata Coelho Marchezan (UNESP-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (UNESP-SJRP), Wilmar da Rocha Dangelis (UNICAMP).

Publicação anual/Annual publication
Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL – v.1 (2004) – Araraquara, Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado
de São Paulo, 2004

Anual
ISSN 1806-4906

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07

EDITORIAL 09

ARTIGOS

A ESCOLIOSE DE BRANCA DE NEVE: PROTAGONISTAS E SUJEITOS

Ana Cristina Fricke Matte 13

UNIDIRECTIONALITY OR MULTIDIRECTIONALITY? SOME ISSUES ON
GRAMMATICALIZATION

Ataliba T. de Castilho 35

CONSTITUINTES ADVERBIAIS NO INÍCIO DE ORAÇÃO

Erotilde Goreti Pezatti e Graciele Rodrigues Cucolo 49

FUNCIONALISMO E LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Maria Helena de Moura Neves 71

A THIRD HYPOTHESIS FOR THE ETYMOLOGY OF PORTUGUESE *ATÉ*

Mário Eduardo Viaro 91

USO MULTIFUNCIONAL E NÍVEIS DE ANÁLISE: INTERFACE GRAMÁTICA E DISCURSO

Roberto Gomes Camacho e Eduardo Penhavel 101

RESENHAS

GUIA DE USO DO PORTUGUÊS: Confrontando regras e usos de Maria Helena de Moura Neves

por Marize Mattos D'Aglio Hattner 125

APRESENTAÇÃO

Na décima oitava Assembléia Geral Ordinária, realizada durante o XLIX Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, em 2001, foi apresentada uma proposta de fundação de uma revista desta entidade com o objetivo de criar um espaço para o debate entre os diferentes trabalhos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Uma vez que os seminários do GEL já estavam atingindo cinqüenta anos de existência, com um número sempre crescente de novos associados, julgou-se que era importante fundar um periódico ligado à entidade que seguisse os padrões de publicação das revistas de pesquisa científica de nível internacional.

Durante o seminário de São Paulo, em 2002, a então presidente da entidade, professora Cristina Altman, lançou um protótipo da revista, o número especial, com o intuito de colocar em prática a proposta aprovada na assembléia do ano anterior e, além disso, comemorar os cinqüenta anos do GEL. Para se adequar, porém, aos moldes de uma revista científica com vistas a atingir os padrões de exigência dos periódicos de nível internacional era necessário que se criasse um corpo editorial. Durante a décima nona Assembléia Geral Ordinária do 51º Seminário do GEL, em 2003, foi eleita, para essa finalidade, uma Comissão Editorial e um Conselho Editorial cuja responsabilidade consistia em dar início a uma efetiva produção da revista.

Instituída a Comissão, sua primeira tarefa foi escolher o nome que seria dado à revista. Depois do levantamento de algumas propostas apresentadas por seus membros, optou-se pela manutenção do nome *Revista do GEL*, que já havia aparecido no número especial. Ao mesmo tempo em que esse nome afastasse do padrão de títulos das diversas revistas das áreas de Letras e Linguística existentes no Brasil, coloca em evidência a própria entidade científica que dá origem a ela.

Já no seu nascimento, porém, esse nome deu margem a uma certa ambigüidade. Ao ouvir ou ler o nome *Revista do GEL*, imediatamente muitas

peças pensavam que se tratava da revista *Estudos Lingüísticos*, que também é produzida pelo GEL. Cabe, portanto, na apresentação deste primeiro número que, oficialmente, funda esta nova revista, mostrar qual é sua proposta e em que ela se diferencia da outra.

Enquanto a revista *Estudos Lingüísticos* publica apenas os trabalhos apresentados durante os seminários do GEL por seus sócios, na forma de comunicação individual, comunicação coordenada e grupo de trabalho, limitando entre seis a oito folhas o tamanho dos textos, dependendo da modalidade em que se inserem, a *Revista do GEL* organiza-se de forma diferente. De periodicidade anual, ela acolhe artigos originais e inéditos (decorrentes de trabalhos acadêmicos resultantes de pesquisa individual ou em grupo independentemente de serem produzidos pelos sócios do GEL), resenhas críticas e noticiários de interesse dos associados do GEL. Os artigos, com extensão máxima de trinta páginas (incluindo referências), podem ser redigidos em português, francês, inglês ou espanhol. Outra característica que diferencia a *Revista do GEL* da revista *Estudos Lingüísticos* é o fato de não ser distribuída aos inscitos nos seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, porque o valor de sua produção não está incluído na taxa de anuidade da entidade. Ela será, como as demais revistas científicas, vendida aos interessados. Por fim, há ainda uma característica física que marca a diferença entre as duas. Enquanto *Estudos Lingüísticos* é uma revista produzida na forma de CD, a *Revista do GEL* manterá o padrão tradicional de impressão em papel.

Caso a procura pela *Revista do GEL* cresça, na medida em que ela se consolide como uma revista de difusão e debate das pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica nacional e internacional, faz parte do projeto de sua política editorial a semestralidade ou a quadrimestralidade de sua produção. Para divulgá-la, portanto, aparecerão, ao final de todos os volumes da revista, as normas para a produção dos originais e o endereço para onde devem ser encaminhados.

Em nome de toda a Comissão Editorial da *Revista do GEL*, convido a todos aqueles que queiram inserir seus trabalhos de pesquisa neste novo espaço de divulgação e debate que os submetam ao Conselho Editorial da nascente revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo.

Arnaldo Cortina

EDITORIAL

Este número da *Revista do GEL* foi possível graças à colaboração de seis diferentes autores que apresentaram seus textos e os submeteram ao Conselho Editorial da revista. Quatro deles discutem questões a partir da ótica funcionalista, um vale-se da perspectiva histórica para explicar um fato lingüístico e outro propõe uma análise de discurso de orientação semiótica.

Embora o afluxo de textos para publicação não tenha sido muito intenso, apresentamos um número que contempla uma pequena diversidade de perspectivas de pesquisa em atuação nas universidades brasileiras atualmente. A idéia de que a *Revista do GEL* devesse ser uma revista com artigos heterogêneos foi defendida desde a apresentação da proposta inicial de sua criação, durante a décima oitava assembléia do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, em maio de 2001, e, tentando manter essa política editorial, executamos este primeiro número. Esperamos que, a partir das propostas a serem apresentadas futuramente, possamos editar o próximo número da revista contemplando um leque maior das pesquisas realizadas nas diferentes áreas que discutem questões relativas ao estudo da linguagem.

A preocupação com a heterogeneidade não nos impedirá, eventualmente, de publicarmos um número mais homogêneo, na medida em que exista uma quantidade relativa de artigos aprovados pelo Conselho Editorial que nos permita organizar um número temático. O atual número ficou entre a heterogeneidade e a homogeneidade.

Partindo da perspectiva teórico-metodológica da semiótica do grupo de Paris, Ana Cristina Fricke Matte propõe, em seu artigo, examinar cinco versões fonográficas da história de "Branca de Neve e os sete anões" para, a partir da relação entre os conceitos de protagonista e sujeito, explicitar a opção ideológica manifestada em cada uma das versões. Sua tese aponta para uma "escoliose" na narrativa da história infantil examinada, na medida em que, ao longo do tempo,

as modificações de sua estrutura indicam que ela não propõe mais a construção da imagem de um enunciatário ativo, mas sim potencial.

Em seu artigo, Ataliba Teixeira de Castilho defende a multidirecionalidade como perspectiva de estudo do sistema da língua. Para tanto, discute a questão da gramaticalização e focaliza esse tema por meio de uma discussão sobre uma perspectiva unidirecional ou multidirecional.

O estudo apresentado na revista por Erotilde Goreti Pezatti e Graciele Rodrigues Cucolo tem como propósito demonstrar que os constituintes alocados no início de orações desempenham funções pragmáticas intra-oracionais, tais como a de Tópico, a de Foco ou a de Preparador de Cenário. A defesa de sua tese toma como suporte teórico-metodológico a proposta da Gramática Funcional e seu corpus de análise constitui-se nos registros da norma culta falada no Brasil organizados pelo Projeto NURC.

O trabalho de Maria Helena de Moura Neves professa a inter-relação entre a proposta teórica da Linguística de Texto e a do Funcionalismo. Para discutir a organização dos sentidos no texto, examina o processo de referencialização num corpus de textos escritos e demonstra em que medida o Funcionalismo avança nas reflexões linguísticas que dão sustentação às proposições da Linguística Textual, que consiste em estabelecer o texto como "uma nova unidade de análise até determinado momento não considerada como passível de investigação". Para a autora, tratar o texto segundo essa perspectiva significa deixar de focalizar os aspectos mais "fortuitos", como os estilísticos, privilegiados por outras teorias sobre o texto.

O texto de Mário Eduardo Viaro apresenta uma nova proposta a respeito da etimologia da preposição portuguesa "até". Partindo do exame das hipóteses de que "até" originou-se da forma *hatta* do árabe e da hipótese de que essa preposição foi uma transformação do advérbio latino *tenuis*, o autor irá demonstrar em que medida essas hipóteses não se sustentam quando se observam os registros de língua portuguesa escrita a partir do século XIII.

O artigo de Roberto Gomes Camacho e Eduardo Penhavel examina a multifuncionalidade do conectivo "e" com o propósito de discutir sua atuação como relator e como marcador discursivo em direção a uma gramática do discurso. Apoiando-se nos princípios metodológicos da Teoria da Gramática Funcional, o trabalho defende a idéia de que, ao invés de se restringir ao estudo isolado da frase, as gramáticas sentenciais devem expandir-se para incorporar procedimentos textual-discursivos.

Por fim, na seção de resenhas, Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner faz uma apreciação do livro publicado por Maria Helena de Moura Neves em 2003, intitulado *Guia de uso do português*.

Após a leitura deste primeiro número da *Revista do GEL*, convido a todos os interessados que tomem a palavra no corpo da revista, por meio da apresentação de uma proposta de artigo científico, para que esta revista torne-se um espaço aberto ao debate entre os pesquisadores das diversas áreas de estudo da linguagem na academia brasileira. Reafirmo, ainda, que a seção de resenhas críticas é interessante para a divulgação de publicações recentes nas áreas de pesquisa da Lingüística e Letras.

Arnaldo Cortina
Editor responsável

A ESCOLIOSE DE BRANCA DE NEVE: PROTAGONISTAS E SUJEITOS

Ana Cristina Fricke MATTE¹

▣ **RESUMO:** A comparação de diversas versões de uma mesma história produzidas em diferentes épocas pode ter variadas formas e objetivos. Neste trabalho, apresento uma opção de análise cujo principal objetivo é investigar a relação entre o conceito de protagonista e o conceito de sujeito como reveladora de elementos da opção ideológica de cada versão. O objeto da análise são cinco versões de *Branca de Neve* produzidas para a indústria fonográfica entre 1950 e 1991.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Narrativa; sujeito; semiótica; discurso; passividade; enunciação.

Postura e postura

A escoliose de Branca de Neve foi percebida por meio da análise dessa ilustre protagonista enquanto sujeito de diferentes versões produzidas ao longo da história do disco infantil no Brasil. Evidentemente a postura aqui não é ortopédica, mas textual. A conotação negativa do termo escolhido advém de uma preocupação com público alvo: as crianças. Que preocupação é essa?

A pesquisa-mãe deste trabalho procurava, dentre outras coisas, explorar a manipulação do conceito de infância por produtos culturais destinados ao público infantil. Textos orais para crianças, os discos de histórias trazem importantes

¹ Departamento de Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem-UNICAMP, 13083-970, Campinas-SP, Brasil. E-mail: acfm9000@aol.com. Apoio: FAPESP

informações sobre a música, a literatura e também a criança. Observou-se que "criança" não é um conceito fechado, pois a maneira como cada história articula seus elementos internos permite perceber diferentes abordagens desse conceito, que podem ser exploradas intertextualmente num diálogo com a história da literatura infantil, por exemplo. Buscando compreender as oscilações entre trabalhos aparentemente melhores do que outros do ponto de vista artístico, a constituição do protagonista como sujeito – ou não – da história foi o parâmetro para analisar uma maior atividade ou passividade que, por meio da identificação esperada da criança com a figura estudada, permitiria compreender melhor o conceito de infância pressuposto em cada texto.

Branca de Neve faz parte da tradição cultural brasileira. Há quem diga que faz parte da herança dominadora européia, mas preferimos observá-la como parte dos nossos hábitos antropofágicos de digerir a cultura estrangeira num fazer extremamente criativo e inovador. De qualquer maneira, é herança e é criação nossa ao mesmo tempo. Como criamos (recriamos) *Branca de Neve* nos discos infantis?

Protagonista: branca ou neve? O percurso do sujeito na narrativa

O protagonista é uma figura central no discurso das histórias, sejam elas infantis ou não. Devido à sua centralidade no texto, o protagonista concentra informações importantes sobre as figuras pressupostas do autor e do leitor do texto, tomando-se leitor num sentido amplo de intérprete do texto, pois nosso objeto de análise já adianta que também não restringimos a palavra *texto* à linguagem escrita. Em outras palavras, conhecendo o protagonista podemos esboçar o *de quem/para quem* de cada texto.

Podemos conhecer o protagonista analisando diversos elementos constitutivos do texto: temas (pureza, virgindade) e figuras (branca, neve), espacialidade (a vida no castelo, a vida fora dele), temporalidade (o tempo da rainha, o tempo da madrasta, o tempo dos anões) e papéis narrativos (sujeito, objeto).

Este trabalho focaliza a relação entre a figura do protagonista e o papel do sujeito nas cinco versões de *Branca de Neve*. O protagonista nem sempre é sujeito, segundo a linha teórica que fundamenta este estudo:

– o protagonista é um ator do nível discursivo e corresponde a uma configuração temático-figurativa com uma dinâmica determinada e que centraliza as relações com outros personagens;

– o sujeito é um papel actancial do nível narrativo; trata-se de uma posição no texto, em que operações de natureza lógica resumem, com uma certa abstração, as relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos.

Na relação entre sujeito e protagonista podemos observar a criação de efeitos de sentido, dentre os quais pistas sobre o grau de passividade associado ao conceito de criança. Note-se que o enunciatário mor dos textos infantis é uma criança.

Do sujeito da narrativa é preciso reter:

- em relação ao objeto, o sujeito pode estar em conjunção ou disjunção (o príncipe que não possui a princesa é um sujeito em disjunção com o objeto);
- o objeto será modal caso tenha a função de auxiliar a obtenção de outro objeto (a maçã para a madrasta), o qual será descritivo, caso ocupe a posição final, ou melhor, seja o objeto efetivamente desejado pelo sujeito (no caso, para a rainha, o objeto é abstrato: a beleza suprema);
- um texto pode ter percursos paralelos: o da madrasta, o do príncipe, o dos anões, o do caçador;
- um mesmo ator pode ocupar vários papéis actanciais (Branca de Neve pode ser objeto para o príncipe, sujeito na fuga pela floresta e destinador na relação com os anões, quando os manipula para que a aceitem) e muitos atores podem ocupar um só (os anões como destinatário de Branca de Neve, manipulados pela princesa);
- o sujeito de um percurso pode ser destinador, anti-destinador, anti-sujeito e mesmo objeto em outro (observe os exemplos acima);
- um texto deve ser analisado como um todo: impressões do começo do texto podem ser mudadas ao longo e até ao final do texto.

O sujeito é diferentemente caracterizado segundo sua relação com o objeto e segundo sua capacidade, ou modalização (BERTRAND, 2000, p.192-206). O sujeito será crescentemente capacitado pelas modalidades (i) potenciais: as crenças, caracterizadas num movimento interno – /assumir/ – ou externo – /aderir/ – e definindo o sujeito potencial, (ii) virtuais: as motivações, sendo o /querer/ individual e o /dever/ social, (iii) atuais: as aptidões do /saber/, endógeno, e do /poder/, exógeno, e, finalmente, (iv) reais: as efetuações do ser e do fazer.

A partir das modalidades assim organizadas podemos caracterizar quatro diferentes estados do sujeito:

a) Sujeito Potencializado: /não quer/, /não deve/, /não pode/ e /não sabe/, mas /crê/ querer ou dever fazer (assume ou adere a uma crença). É um sujeito que percebe como iminente a disjunção com o objeto;

- b) Sujeito Virtualizado: /quer/ ou /deve/ fazer, mas não /sabe/ nem /pode/ fazer. É um sujeito em disjunção com o objeto;
- c) Sujeito Atualizado: /quer/ ou /deve/ fazer, /sabe/ e /pode/ fazer. Por ter a competência necessária para transformar a disjunção em conjunção, é um sujeito na iminência da conjunção com o objeto;
- d) Sujeito Realizado: é o sujeito que já realizou a transformação e está em conjunção com o objeto.

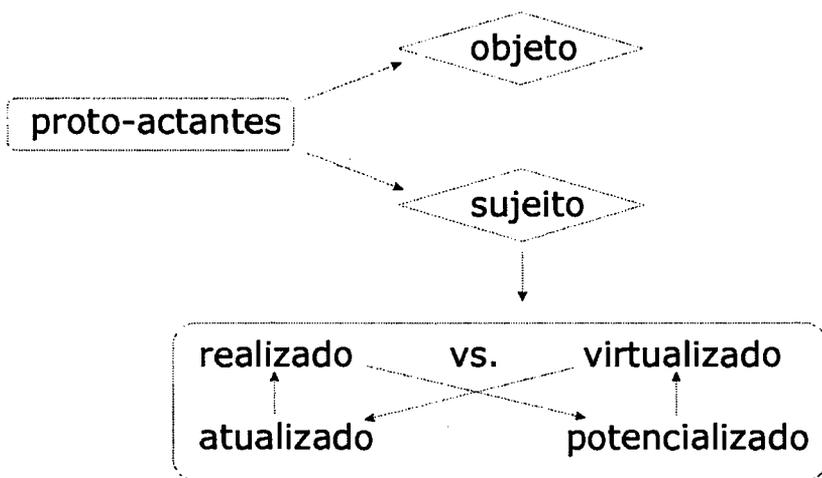


Figura 1

Se tomarmos o percurso do sujeito numa abordagem gerativa, e portanto epistemológica, deduzida das discussões apresentadas no *Semiótica das Paixões* (GREIMAS; FONTANILLE, 1993), obteremos o esquema da Figura 1.

O processo gerativo esquematizado na Figura 1, se observado tendo em vista a modalização do sujeito, permite organizar a configuração dos actantes num gradiente entre os pólos passividade e atividade (Figura 2). Esses dois esquemas, bem como a modalização do sujeito da narrativa, serão utilizados metodologicamente nas análises de *Branca de Neve* que apresentamos a seguir.

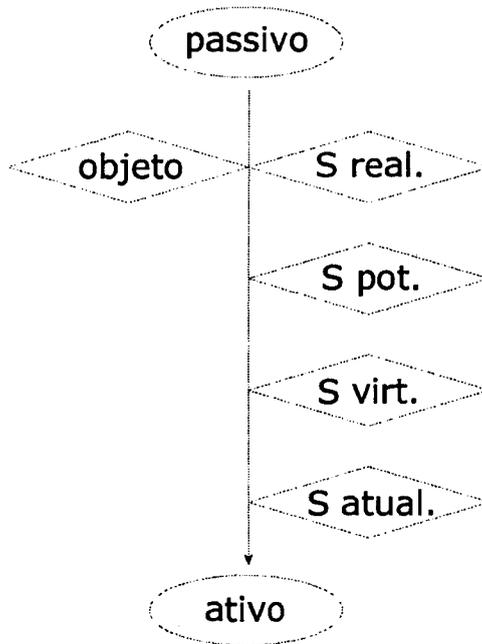


Figura 2

Branca de Neve e os Sete Anões (BARRO, 1950)

Narradora – Era uma vez uma linda princesinha. Tinha os cabelos mais negros do que a noite, os lábios mais rubros que as romãs e suas faces eram tão alvas que a chamavam Branca de Neve. Vivia em um castelo distante em companhia de sua madrasta, uma rainha de grande beleza, porém egoísta e má. Andava sempre coberta de andrajos e era obrigada, todas as manhãs, a lavar a escadaria de mármore do palácio de sua madrasta. Para suavizar seu trabalho, Branca de Neve cantava. (BARRO, 1950).

Este parágrafo inicia o texto e expõe a relação entre Branca de Neve e a madrasta. Ambas são lindas, mas a madrasta é, além disso, egoísta e má, submetendo a menina a tarefas árduas e a trajes inadequados a uma princesa, ou seja, humilhando-a. Ao descrever esse quadro, a narradora desde logo apresenta Branca de Neve como um personagem com possibilidades de realizar mudanças, pois não se pode negar o pressuposto de que ela perdeu alguma

coisa (a mãe e um espaço digno) e não está nem satisfeita nem tampouco resignada com seu estado atual. É a palavra "suavizar" que nos fala de sua insatisfação; sinônimo de amenizar, a qual pode significar "[...] tornar menos árduo, ou menos difícil [...]" (FERREIRA, 1988, p.37). Branca de Neve, então, deseja uma mudança. A canção que constitui a parte 2 do texto, no entanto, acrescenta que Branca de Neve não só deseja, como acredita que a mudança decorrerá de sua conjunção com um homem (casamento):

Branca de Neve – Eu quero... eu quero...
Que o meu amor
Me encontre... me encontre...
Enfim... Enfim...
Eu sonho... eu sonho...
Que ele há de chegar
Cantando... Cantando...
Pra mim! Pra mim! (BARRO, 1950).

Para a semiótica, o personagem (ator do nível discursivo) só é considerado sujeito (actante do nível narrativo) caso esteja modalizado pelo /querer/, pelo /dever/, pelo /poder/ e/ou pelo /saber/. Como modalidades que potencializam um ator como sujeito temos as modalidades do /aderir/ e do /crer/. O /querer/ e o /dever/ são aquelas que transformam qualquer personagem em um sujeito virtual, ou seja, um sujeito com intenção de realizar uma mudança, mas ainda incapaz de realizá-la. Para tornar-se capaz, ou seja, um sujeito atualizado, precisa modalizar-se pelo /poder/ e pelo /saber/. Observe-se que um sujeito virtual pode estar modalizado pelo /querer/ ou pelo /dever/, mas um sujeito só se atualiza se puder e souber, podendo, uma dessas modalidades, estar pressuposta.

Branca de Neve quer mudar, mas não sabe nem pode fazê-lo. Isso justifica sua submissão à madrasta. Ela é, portanto, um sujeito virtual. O que a canção acrescenta à narrativa é a modalização pelo /crer/: Branca de Neve acredita que o "amor" – capaz de realizar a mudança – "há de chegar". O príncipe representa o /poder/ que falta à princesa, por isso o primeiro papel actancial do rapaz é o de objeto modal do sujeito Branca de Neve, ou seja, um objeto com o qual a conjunção produz a modalização do sujeito. Por outro lado, a modalidade do /crer/ revela o estado passional de Branca de Neve, a espera confiante, conferindo-lhe um grau de passividade que modulará cada ato seu durante todo o texto.

Resumindo, a narradora introduz Branca de Neve como um sujeito a esperar confiantemente a conjunção com um objeto modal (o príncipe) que permitirá a

mudança de seu estado de disjunção com o espaço social perdido. Vejamos o trecho que segue essa introdução:

Narradora – E, certo dia, montado em seu cavalo branco, todo arreado de ouro e prata, por ali passou um príncipe:

Príncipe – Esta canção que eu canto

Fala só de você

Fala do seu sorriso, do seu encanto

Sabe por quê?

O amor veio cantando

Esta linda canção

Veio e fez morada

No fundo do coração!

Branca de Neve – Meu príncipe encantado!

Príncipe – Branca de Neve! (BARRO, 1950).

Esse trecho seria suficiente para encerrar a narrativa. Por quê? O estado da princesa é conhecido; eis que chega o príncipe. Um relacionamento amoroso é, por princípio, aquele em que os dois atores sincretizam os papéis mútuos de sujeito e objeto: o príncipe e a princesa desejam-se mutuamente. Sendo assim, a chegada do príncipe atualiza o sujeito Branca de Neve, que então poderá realizar-se. Por que isso não acontece? Se a madrasta não gostava da princesa, por que não deixou que ela simplesmente partisse com o príncipe?

A resposta mais superficial do texto a essa questão é que a fala do espelho, dizendo que agora a mais bela é Branca de Neve, suscitou a maldade da rainha. Se o espelho fosse louco e mudasse de opinião sem motivo sério, a rainha não teria porque acreditar nele. Além disso, era ela quem "se julgava a mulher mais bela do mundo". Por que a resposta do espelho fez tanto eco em sua consciência? Está no texto: a rainha era malevolente contra Branca de Neve, pois a princesa era linda; esse desejo de lhe fazer mal era satisfeito com as humilhações às quais a madrasta submetia a menina. Isso era possível, como já vimos, porque Branca de Neve era um sujeito virtual; a chegada do príncipe atualizou-a: agora ela era capaz de competir com a rainha. Mesmo que nós saibamos que o desejo da menina não era esse, o efeito de sua atualização sobre a rainha é justamente desfazer a supremacia desta sobre aquela.

Esse aspecto é importante, pois, como veremos em análises de outras *Branças de Neve*, nem sempre Branca de Neve será sujeito: algumas vezes ela não passa de um objeto do desejo e da vingança de outros. Além disso, percebe-se que essa versão apresenta-nos um quadro inicial decisivo para o desenrolar

da narrativa, traçando toda a rede de relações passionais envolvidas no percurso de base. Vemos também a pertinência narrativa da leitura psicológica desse texto, pois a passagem de Branca de Neve para a idade adulta, representada por uma paixão, coloca-a num confronto com o representante do papel materno.

Até agora o texto foi lido como se a personagem central da trama fosse Branca de Neve. É evidente que a narradora coloca-a em primeiro plano, tanto que inicia o texto falando dela. A personagem que aparece em seguida, porém, tem um papel narrativo imprescindível no texto. É em função da reação da madrasta à atualização do sujeito Branca de Neve que a narrativa tem prosseguimento. A figura de Branca de Neve representa um sujeito suficientemente passivo para que, em algumas versões, assuma unicamente a função objetual na narrativa. Esse não é o caso da madrasta. Em *Branca de Neve e os Sete Anões* (BARRO, 1950) a narradora inicia o texto fornecendo algumas pistas sobre a função da madrasta na narrativa. A primeira vez em que fala da rainha o faz em oposição à princesa:

Narradora – Vivia em um castelo distante em companhia de sua madrasta, uma rainha de grande beleza, porém egoísta e má. Andava sempre coberta de andrajos e era obrigada, todas as manhãs a lavar a escadaria de mármore do palácio de sua madrasta. (BARRO, 1950).

A rainha é apresentada como um sujeito malevolente, ou seja, um sujeito que quer fazer mal a alguém, e faz. Se faz, é porque pode e sabe fazer, e modalizado dessa forma é, sem dúvida, um sujeito atualizado e realizado. O que foi que a atualização de Branca de Neve como sujeito provocou na modalização da rainha? Privou-a do /poder/ fazer. Como essa narrativa gira em torno da oposição entre a rainha e a princesa, podemos chamar a madrasta de anti-sujeito, o que em semiótica não comporta qualquer conotação negativa, simplesmente marca a oposição.

O anti-sujeito madrasta também é caracterizado pelo /crer/. Enquanto a crença de Branca de Neve a torna um sujeito passivo, a crença da rainha na sua superioridade, ou seja, crença superestimada de sua própria modalização, faz dela um sujeito ativo. Deseja mal à princesa e humilha-a. Esse fazer concretizado coloca a rainha num estado de relaxamento, pois não há tensão que motive novos percursos (não há sentimentos de falta ou decepção), estado esse reforçado pelo pressuposto das respostas costumeiras do espelho. Essa abordagem de diferenciais de tensão no percurso narrativo é corroborada pela leitura zilberberguiana: "[...] la liquidación de la carencia opera una distensión que conduce el dispositivo global a su nivel más bajo de tensión." (ZILBERBERG, 2000, p.102).

Observemos o trecho seguinte:

Narradora – Enquanto isso, num grande salão do castelo, a perversa rainha, que se julgava a mais bela mulher do mundo, consultava, como de costume, o seu espelho mágico:

Madrasta – Escravo do espelho meu! Surge do espaço profundo e vem dizer se há no mundo mulher mais bela do que eu! (música tensa) Anda! Responde! Sê breve!

Espelho – Há! Branca de Neve!

Madrasta – Maldita! Eu me vingarei! (BARRO, 1950).

Gostar, a rainha não gostava mesmo de Branca de Neve, e estava realizada maltratando-a. A atualização da princesa não só torna a menina capaz de fugir à maldade da madrasta como implica a potencialização de sua beleza, a qual agora é superior, segundo o espelho. Sendo assim, Branca de Neve priva a rainha de uma modalidade, o /poder/, e também do seu objeto, a beleza superior. A reação da madrasta segue o percurso passional canônico da vingança: um desejo de vingança decorre da decepção provocada por essa privação (GREIMAS, 1983, p.225-246).

Observe-se que, por meio da vingança (destruição do sujeito que a privou do /poder/), a rainha espera obter a liquidação da falta do objeto "beleza superior". São dois percursos simultâneos, envolvendo duas paixões. Uma paixão é subjetiva, entre sujeitos, e envolve a modalidade do /criar/: a rainha acreditava que Branca de Neve continuaria submissa, resignada e infantil, sem a possibilidade de competir; a atualização da princesa provoca a decepção da rainha (explicada abaixo). A outra paixão é objetual, entre sujeito e objeto, baseada na modalidade do /saber/: a rainha sabia que podia ser a mais bela, mas o espelho a fez /saber/ que não o podia mais ser, pois Branca de Neve o era agora. Viveu, portanto, uma decepção e uma frustração ao mesmo tempo.

A frustração faz parte de um percurso lógico. Ela pressupõe um estado de espera simples, em que o sujeito quer ser e sabe /poder/ ser (BARROS, 1990). A frustração ocorre justamente pela aquisição de um novo /saber/: /saber/ não /poder/ ser. A rainha, que sabia /poder/ ser a mais bela, obteve do espelho esse novo /saber/. /Saber/ não /poder/ ser a mais bela implica /saber/ não ser a mais bela, ou seja, um estado de "consciência da falta" que pode conduzir a um programa de reparação dessa falta pela "atualização modal do sujeito". No caso da rainha tratava-se de destruir o obstáculo que coincide com a figura do seu anti-sujeito, a princesa.

A "decepção" (GREIMAS, 1983, p.127) é um estado passional do sujeito frente à destruição de suas certezas. Que certezas? A rainha acreditava /poder/ controlar

Branca de Neve, uma eventual competidora, pela humilhação dos “andrajos” e do serviço sujo; acreditava em sua própria capacidade, em seu /poder/ e seu /saber/. É essa a crença que foi desfeita por meio da resposta do espelho, provocando a decepção. A rainha foi ofendida pelo crescimento da princesa e usurpada do /poder/ pela atualização do sujeito Branca de Neve. Entra em questão a legitimidade do /poder/ da madrasta, uma substituta, e a possibilidade de recuperação desse /poder/ pela herdeira legítima dele. Isso pode ser lido com conotações sociais, políticas e psicológicas, mas nesse momento da análise é importante como motivação do percurso passional subjetivo da rainha.

Ainda segundo a proposta greimasiana, a partir da decepção duas direções, no mínimo, são possíveis: a passividade da resignação e o potencial ativo do desejo de vingança. A *resignação* seria a consciência da falta marcada pela duração, ou seja, o sujeito mantém-se em disjunção com o objeto sem nada fazer para obtê-lo, pelo menos até que algo interfira nesse estado. Já o “desejo de vingança” é um estado marcado pelo dinamismo: o sujeito é motivado por esse desejo a modalizar-se com os predicados necessários para praticar sua vingança. Caso consiga modalizar-se adequadamente, atualizando-se para esse fazer, desse percurso advirá a realização.

Portanto, é previsível que a rainha, a partir desse momento, tente obter sua vingança contra Branca de Neve, destruindo o anti-sujeito que a privou de seu objeto-valor, e que a princesa, por sua vez, precise de um percurso próprio para conseguir escapar, ou melhor, frustrar outra vez os planos da rainha.

Em suma, *Branca de Neve e os Sete Anões* de João de Barro (1950) tem como protagonista principal a rainha, e apresenta a princesa como um sujeito virtualizado.

***Branca de Neve* (SANTORO, 1974)**

Narrador – Era uma vez um rei e uma rainha que não tinham filhos. Um dia de inverno, a rainha bordava junto à janela, quando espetou a agulha num dedo. Olhou a gotinha de sangue e pediu assim:

Rainha – Quero uma filhinha

Branca como a neve

Boca vermelhinha

Da cor de meu sangue.

Narrador – O desejo da Rainha foi satisfeito: nasceu a princesinha linda e alva e seus pais lhe deram o nome de Branca de Neve. Infelizmente, a rainha

morreu logo depois. E, preocupado em ter alguém que se ocupasse de sua filhinha, o rei tornou a se casar. Sua esposa, porém, só tinha um interesse na vida: era belíssima e vivia para se enfeitar. (SANTORO, 1974).

A introdução desse texto, se por um lado reforça a leitura psicológica de uma mãe que inicialmente deseja e depois ignora a filha, por outro lado não fornece para Branca de Neve nenhuma das modalidades necessárias à sua virtualização como sujeito (não quer nem deve fazer nada). Ela foi desejada e obtida pelos pais, ocupando nesse círculo uma função objetual. Quando a mãe morreu, o pai casou-se novamente para que a filha (objeto) não ficasse sem o sujeito materno: esse é o contrato entre o rei e a madrasta. Até o fechamento desse contrato, Branca de Neve é um objeto de valor bem cuidado pelos sujeitos pais. No entanto, a frase “Sua esposa, porém, só tinha um interesse na vida: era belíssima e vivia para se enfeitar” (SANTORO, 1974) revela que a nova esposa não cumpre o contrato, pois tem um interesse maior: sua própria beleza. A partir desse momento o rei não é mais citado, podendo-se presumir que nada que ocorra entre a madrasta e sua filha pode desfazer o simulacro de que ele encontrara a mãe substituta perfeita.

No trecho seguinte, o narrador revela que Branca de Neve, o objeto abandonado, vai transformar-se no objeto do qual a rainha desejará desfazer-se (abjeto ou anti-objeto):

Narrador – Passavam-se os anos. Branca de Neve crescia quase abandonada num quartinho do imenso palácio. Um dia, o espelho assim respondeu:

Espelho – Sou servo fiel, leal, devotado. Só falo a verdade! Só falo a verdade! Beleza maior do que Branca de Neve não há!

Madrasta – Oh! Oh! (SANTORO, 1974).

O percurso passional, portanto, restringe-se à paixão da rainha, a qual se decepciona ao perceber que o objeto modal que viabilizou tornar-se esposa do rei se transformara num objeto com o qual a disjunção era desejável, pois esse objeto colocava agora em risco sua supremacia.

Pode-se dizer que o percurso passional da rainha é simples, uma paixão de objeto que é oposta ao desejo, podendo ser chamada rejeição: deseja livrar-se de um objeto. Mesmo quando descobre ter sido enganada pelos criados, não deseja vingança, o que levantaria a hipótese da função subjetiva da princesa. A rainha preocupa-se unicamente em realizar seu desejo de anular (destruir) Branca de Neve em sua função abjetal:

Narrador – Enquanto isso, no palácio, a rainha perguntava ao espelho quem era mulher mais bela do mundo.

Espelho – Sou servo fiel, leal, devotado. Beleza maior do que Branca de Neve, que vive na mata, não há! Não há!

Narrador – A madrasta furiosa disfarçou-se de velha e foi para a mata com um cesto de frutas. Entre elas colocou uma maçã envenenada. Chegou à cabana dos anõezinhos e... (SANTORO, 1974).

O único momento em que Branca de Neve realiza uma mudança de estado é modalizada pela rainha que atua como sua destinadora em um programa de uso, comer a maçã:

Madrasta – Maçãs! Quem quer comprar maçãs madurinhas!

Branca de Neve – O que é?

Madrasta – Maçãs, minha filha! Veja, estão madurinhas!

Branca de Neve – Hum! Gosto tanto de maçãs!

Madrasta – Tome esta aqui! Dê uma dentada! Veja como está doce!

Branca de Neve – Obrigada, boa velhinha! Ah, cheirosa! Vou prová-la! AAAH!

Madrasta – Há! Há! Há! Há! Era isso que eu queria! Agora sou a mulher mais bela do mundo. (SANTORO, 1974).

Branca de Neve não resistiu à tentação de comer à maçã. Esse ato, no entanto, não representa nenhuma quebra de contrato, pois os anões não haviam recomendado a ela nenhum cuidado quanto a receber visitas ou a falar com qualquer outra pessoa. A velha ofereceu uma maçã. Ela gosta de maçãs. Come. Mesmo na sua única atuação como sujeito, Branca de Neve é desprovida de conflito, de paixão, seu único/querer/é resultado da manipulação da rainha e é suficientemente breve para não competir com seu papel de objeto.

Branca de Neve e os anõezinhos (GALINHO, 1979)

A terceira Branca de Neve, interpretada pelo elenco do Galinho (1979), opõe cobiça a pureza. Oposta à cobiça, a qual como paixão pressupõe um percurso, a pureza exacerba sua passividade e determina o papel passivo de Branca de Neve, destinada a ser apenas um sujeito potencial. O texto é iniciado com a apresentação da rainha que estaria realizada caso não houvesse em sua vida um objeto indesejado:

Narrador – Era uma vez uma rainha muito má e convencida que vivia num grande e maravilhoso palácio. Era casada com um rei poderoso, em segunda núpcias, e esse rei tinha uma filha de suave beleza. Era tão clara sua pele, tão azuis seus olhos, que era chamada de Branca de Neve. A rainha tinha ciúmes da beleza da enteada, não a suportava e, sentindo um grande ódio pela menina, tudo fazia para maltratá-la.

Rainha – Branca de Neve! Lave as escadas, e depressa!

Branca de Neve – Sim, senhora...

Rainha – Depois vá lavar as cortinas!

Branca de Neve – Sim, senhora... (GALINHO, 1979).

Por que essa Branca de Neve não é, como a de Santoro (1974), um objeto do qual a rainha deseja livrar-se (objeto ou anti-objeto)? Deve-se considerar que o contrato rompido na Branca de Neve de Santoro (1974) foi inequivocamente aquele estabelecido entre o rei e a madrasta. Lá a princesa aparece como um objeto circulando entre sujeitos (a mãe, o pai, a madrasta, os anões, o príncipe), uma clara função objetual sobrepondo-se a qualquer outra. Já a Branca de Neve do Galinho (1979), da qual tratamos no presente tópico, assim como a primeira Branca de Neve (BARRO, 1950), é introduzida em oposição a outro sujeito, como pode ser observado no trecho transcrito acima.

Um sujeito potencial é marcado por características modais (aderir/assumir) que podem torná-lo sujeito de um /querer/ ou um /dever/, mas que não chegou ainda a /querer/ ou /dever/, e pode nunca chegar a isso. No caso dessa Branca de Neve, ela é maltratada pela mulher que se casou com seu pai: alguém que ocupa o lugar de sua mãe, mas não corresponde a esse papel. Esse quadro poderia, com a decepção da princesa em relação à madrasta, engendrar um desejo de liberdade ou mesmo um desejo de vingança, mas a princesa simplesmente aceita, não lhe sendo conferida nem a decepção mesma nem a consciência da falta que poderiam torná-la, no mínimo, um sujeito resignado.

Observe-se que isso não quer dizer que Branca de Neve, sendo sujeito potencial, não tem também função objetual. Nessa versão, ela sincretiza ambos os papéis, especialmente na sua relação com os anões e com o príncipe. Os anões são sujeitos secundários que entram em conjunção² com Branca de Neve e somente manipulados pelo príncipe admitem ser privados do objeto "princesa". Observemos o diálogo entre um anão e o príncipe:

² Greimas e Courtés (c1979, p.76) definem conjunção: "Em semiótica narrativa, convém reservar o nome de conjunção para designar, paradigmaticamente, um dos dois termos (juntamente com a disjunção) da categoria da junção, que se apresenta, no plano sintagmático, como função (= relação entre o sujeito e o objeto) constitutiva dos enunciados de estado."

Príncipe – Deixem-me levá-la para meu palácio! Apesar de morta, eu fiquei apaixonado por Branca de Neve. Não poderei mais viver sem vê-la!

Anão 1 – Não podemos vendê-la por dinheiro algum! É nossa princesa!

Príncipe – Por favor! Permitam ao menos que eu beije seu rosto tão lindo!

Anão 1 – Bein, acho que isso não tem importância. (GALINHO, 1979).

Nesse diálogo o anão está falando de um objeto. Mais adiante ele vai mostrar que tem consciência do outro papel da princesa, de sujeito potencial, pois, quando ela revive, o anão não tentará impedir que o príncipe a leve consigo:

Narrador – Em torno dos dois, os anões saltavam de alegria! O príncipe levou Branca de Neve ao seu palácio e casou-se com ela. Foi a festa mais deslumbrante daquela região. (GALINHO, 1979).

Somente a última frase do texto implica uma ação efetiva de Branca de Neve: "Branca de Neve levou os anões para o seu palácio e viveu feliz muitos e muitos anos". Paralelamente ao papel actancial de objeto do príncipe, a princesa carrega consigo os anões para o palácio, desconsiderando totalmente a independência deles até aquele momento. Esse ato transforma os anões no nível da narrativa, pois passam a ter função objetual. Note-se que não há referências sobre o que significou para os anões essa mudança.

***Branca de Neve e os Sete Anões* (LIMA, 1986)**

A Branca de Neve de Edy Lima (1986) pertence à mesma série de versões da autora que foi lançada em 1970, mas aparece nos nossos registros somente num relançamento da coleção de meados da década de 1980. Como o arquivo referente à Abril Cultural (produtora da coleção) é bastante completo, até o presente momento não há indicações para supor que houvesse falha na detecção dessa data.

Nesse texto, Branca de Neve pode ser pensada como um sujeito potencial:

Narrador – Era uma vez uma linda princesinha chamada Branca de Neve, que andava vestida de farrapos e fazia os trabalhos mais pesados. Quem assim a maltratava era sua madrasta, a rainha, que era muito má. Branca de Neve, ao contrário, era tão boazinha que até os passarinhos vinham pousar em suas mãos e ouvir suas queixas. (LIMA, 1986).

A introdução do texto apresenta-a em oposição à madrasta, um sujeito malevolente que lhe dava motivos suficientes para desejar libertar-se ou vingar-

se, mas Branca de Neve era “boazinha”, resignava-se à sua condição de vítima. O que é a resignação? Dirá o dicionário: “[...] renúncia espontânea a uma graça ou cargo [...]” e “[...] submissão paciente aos sofrimentos da vida [...]” (FERREIRA, 1988, p.566).

No percurso passional, a resignação pressupõe uma perda que não origina nem um retorno ao relaxamento inicial (da espera ou da realização) nem o desejo de vingança (consciência da falta, motivando o desejo de modalizar-se para um fazer específico), mas um estado duradouro de permanência da falta.

Existe, portanto, em Branca de Neve, um desejo latente, adormecido na resignação. Ela poderia ser sujeito no texto, pois há um quadro geral que possibilita essa leitura, mas efetivamente ela não atua, não transforma nada.

A rainha é apresentada como um sujeito malevolente realizado, pois deseja e faz mal à princesa. Além disso, é apresentada como alguém que deseja e tem a supremacia, segundo o espelho mágico. A narrativa não poderia desenvolver-se contando unicamente com um sujeito realizado e um sujeito potencial resignado: nenhum dos dois está suficientemente motivado a praticar mudança alguma. O desenvolvimento dar-se-á com a introdução de outro sujeito, que aparece como anti-sujeito da rainha. Vejamos o trecho seguinte:

Príncipe – Bom dia, princesa!

Branca de Neve – Quem é você?

Príncipe – Um príncipe que veio de reino distante em busca da mais formosa do mundo.

(estrondo)

Rainha – Guardas! Prendam o intruso que invadiu o jardim do palácio! (LIMA, 1986).

Em primeiro lugar, é preciso notar que Branca de Neve é o objeto de desejo do príncipe, mas o contrário não é colocado. O encontro com o príncipe não a atualizou como sujeito. Em segundo lugar, o príncipe é anti-sujeito da rainha, pois coloca em xeque o /saber/ do espelho (e, portanto, o /saber/ dela), desautorizando a beleza da rainha em relação à da princesa. Naturalmente, a primeira reação dela é vingar-se dele, mas parte dessa vingança volta-se contra a princesa, que seria morta pelo caçador. Dessa forma a rainha estaria realizada não só pela vingança como pela destruição do objeto indesejado no qual se transformara sua enteada, que é, ao mesmo tempo, objeto do desejo do príncipe.

Os anões são sujeitos realizados, têm um trabalho, uma casa, uma possível rotina e a bagunça da casa não os incomodava, muito pelo contrário. Branca de Neve, o objeto que os bichinhos doaram aos anões, não era desejada nem

indesejada, portanto não era, para eles, um objeto de valor. Além disso, eles esperam encontrar o intruso que provocou as mudanças na casa, ou seja, um anti-sujeito. O único desejo expresso pela princesa em todo o texto foi /querer/ ficar na casa dos anões, um programa de uso marcado pela passividade. Mas, para que eles a aceitem em sua casa, ela promove uma longa manipulação, persuadindo-os das vantagens de sua presença pela tentação dos trabalhos domésticos e comidas, e pela sedução de sua posição frágil e boazinha:

Anão 3 – Vamos pôr em plantação, digo, em votação. Quem quer que ela coma amoras, quer dizer, quem quer que ela vá embora?

Anões – Fica!

Anão 7 – Ai!

Branca de Neve – Esperem! Não briguem por minha causa, por favor. Eu irei embora, se bem que... que gostasse de ficar. Poderia costurar ou... ou remendar suas roupas, limpar e arrumar a casa e preparar comidas deliciosas. (LIMA, 1986).

Se, como sujeito, Branca de Neve não consegue sequer virtualizar-se, mostra-se um hábil manipulador, conseguindo que os anões a acolham.

Acelerados, sem tempo para qualquer introspecção, os personagens não evoluem: Branca de Neve nunca se virtualiza como sujeito e nenhum outro ator muda de papel actancial nem de valores durante todo o programa narrativo dessa versão.

***Branca de Neve* (SIMÕES, 1991)**

A última Branca de Neve do *corpus*, de 1991 e adaptada por Márcio Simões, opõe pureza (eufórica) a perversão (disfórica).

Nesse nível, começa pela pureza, que é eufórica, e segue o percurso lógico do quadrado semiótico até chegar à disforia (envenenamento da princesa), fazendo então o percurso oposto até a euforia (desencantamento da princesa).

Branca de Neve é o objeto obtido por sua mãe:

Narrador – Num castelo muito distante, vivia uma linda e boa rainha, que desejava ter uma filha de pele branca como a neve. Um belo dia, a criança nasceu e foi batizada de Branca de Neve. (SIMÕES, 1991).

A princesa é mantida passiva durante todo o texto. Com a morte da mãe, como na versão de Branca de Neve de Santoro (1974), o rei preocupa-se em substituí-la, mas, enquanto na versão de Santoro é explicitada a função da

madrasta em relação à princesa e a quebra de contrato com o rei, na versão de Simões (1991) isso fica subentendido pela articulação “mas”:

Narrador – Infelizmente, um tempo depois, a bondosa rainha morreu. O rei casou-se de novo com uma mulher também muito bonita, mas tão invejosa que não podia suportar que existisse no reino uma mulher mais linda do que ela. (SIMÕES, 1991).

A princesa, que não tinha significado algum para a nova rainha, com o decorrer do tempo torna-se algo do qual ela quererá livrar-se (abjeto):

Narrador – O tempo foi passando. Enquanto a rainha conversava com o espelho, Branca de Neve ia crescendo. E ficou tão bela que, certo dia, a resposta do espelho mágico foi outra.

(...)

Madrasta – É Branca de Neve?!? Preciso me livrar dela imediatamente. (SIMÕES, 1991).

Crescer não é um ato, é o efeito do tempo sobre um ser vivo. Tudo o que Branca de Neve faz é crescer, sem /querer/, sem /dever/, ou seja, sem tornar-se sujeito. É o caçador que troca a função objetual de Branca de Neve pela de sujeito virtual:

Narrador – O caçador convidou Branca de Neve para passear. Mas quando chegou no meio da floresta, não teve coragem de executar aquela ordem tão cruel.

Caçador – Não, eu não posso fazer isso! Fuja, Branca de Neve! Sua madrasta me pediu para que eu matasse você, mas eu vou caçar uma gazela e levarei o coração para a rainha, dizendo que é o seu. Fuja, fuja!

Narrador – Quando ouviu aquelas palavras, Branca de Neve fugiu apavorada. Mas pra onde ir? (SIMÕES, 1991).

O caçador modaliza Branca de Neve pelo /dever/: deve fugir. Isso a torna um sujeito virtual de um programa de uso, secundário (sobreviver). Primeiro pelos coelhinhos do castelo depois pelos anões, Branca de Neve será modalizada para esse programa de uso e o cumprirá, parcialmente. Exceto pela manipulação que Branca de Neve realiza sobre os anões para ficar com eles, todo o resto de sua participação no texto é passiva e a princesa termina numa função objetual em relação ao príncipe.

A rainha, sujeito realizado pelo casamento com o rei e por sua vaidade satisfeita, frustra-se com a beleza doada a Branca de Neve pelo tempo, constitui-se sujeito atualizado e três vezes tenta destruir a princesa, seu abjeto. Todas

suas ações acabam por frustrá-la novamente, sendo que a última, antes da frustração final, passa por um simulacro de realização duradouro (aspectualização temporal).

É interessante que, apesar da forte caracterização da paixão simples, ou seja, o desejo da madrasta de se livrar de Branca de Neve, há uma fala sua que revela outra paixão, fundamental para explicar o desenrolar do texto:

Madrasta – Mas antes, vamos cuidar daquela atrevida da Branca de Neve. (SIMÕES, 1991).

Chamando Branca de Neve de atrevida, a rainha revela considerar a princesa responsável pela ofensa que representou o suplantar da beleza da primeira pela segunda. É assim que o simulacro de realização duradoura decorrido do envenenamento de Branca de Neve provoca na rainha, quando da revelação do engodo, uma decepção tão intensa que a coloca num estado de cólera também duradouro:

Narrador – E teve uma crise de nervos que não acabava mais. Aliás, dizem que ela continua lá até hoje, gritando e reclamando da vida, morrendo de raiva. (SIMÕES, 1991).

Observações finais

A partir dessas análises algumas ponderações de ordem diacrônica puderam ser levantadas:

1) *Papel actancial do protagonista*: Branca de Neve foi sujeito atualizado exclusivamente na versão de João de Barro (1950). Em Santoro (1974) ela ficou restrita ao papel actancial de objeto, o qual manteve daí por diante, sincretizando-o, nas versões de Galinho (1979), Lima (1986) e Simões (1991), com a função de sujeito potencial e sujeito virtual. Se levarmos em conta o esquema da Figura 2, na década de 1950 a protagonista da história era um personagem ativo, na década de 1970 retornou caracterizado pelo extremo oposto – passivo – e após 1975 tornou-se potencialmente ativo, mas efetivamente passivo. Considerando-se que a protagonista é aquela com quem o ouvinte imaginado (a criança imaginada) deverá identificar-se, esses dados serão relevantes na análise final, pois auxiliarão a deduzir o conceito de criança veiculado nos textos;

2) *Papel de anti-sujeito*: na versão de João de Barro (1950) é a paixão simples e mútua entre Branca de Neve e o príncipe que desencadeia a decepção da rainha; a versão de Lima (1986) acrescentará como mote para a decepção da rainha

também a paixão do príncipe. Nas outras versões, a decepção da rainha, que é sempre o ponto chave para o desenrolar da narrativa, será desencadeada pelo simples fato constatado do crescimento de Branca de Neve. O crescimento não é um ato: não possibilita a responsabilidade de Branca de Neve sobre a ira da rainha, ao contrário do que ocorre com sua paixão pelo príncipe, que envolve desejo, atitude. Essa atitude foi abandonada a partir da versão de Santoro (1974), só voltando à cena no texto de Lima (1986), mas dessa vez na pessoa do príncipe, não da princesa. Embora Branca de Neve então continue isenta de responsabilidade, esta foi assumida por outro herói da história, o qual divide a pretensão de identificação com o público;

3) *Destino do anti-sujeito*: somente na versão de Santoro (1974) e na última versão (SIMÕES, 1991) não ocorre o fim do sujeito rainha (sua morte). Na versão de João de Barro (1950) foi a “justiça divina” quem a liquidou; na de Santoro (1974) a rainha sai de cena, sem sanção; sua própria cólera foi responsável por sua destruição na versão de Galinho (1979), a mesma cólera que ganha um caráter durativo na versão de Simões (1991), oposta à versão de Lima (1986), em que o fim do sujeito foi uma fatalidade. A primeira versão que sugere um desejo de vingança contra a rainha (por parte dos anões) é a de João de Barro (1950), mas, como foi comentado, não foi realizada por eles e sim pela “justiça divina”. No texto de Santoro (1974) a vingança é eliminada do texto e nos outros é conduzida pelo narrador, com mais ou menos ênfase. O texto de Lima (1986) sugere a vingança dos anões, mas culmina com a morte acidental da rainha:

Anão 4 – A bruxa!

Anão 2 – Lá vai ela!

Anão 3 – Escorreguem, isto é, peguem!

Anão 1 – Cuidado, gente, vai cair um temporal!

Anão 7 – Um raio liquidou com ela! A bruxa nunca mais fará mal a ninguém!
(LIMA, 1986).

No texto de Simões (1991) a rainha não morre, mas entra em um estado duradouro de cólera que a impede de se tornar sujeito outra vez: é uma morte simbólica que a rainha se auto-inflige;

4) *Sanção do caçador*: o caçador só não é sancionado na primeira versão de Branca de Neve (BARRO, 1950). Na segunda (SANTORO, 1974), essa sanção, no caso dos dois criados, fica a cargo do narrador (positiva), mas a rainha continua não os sancionando. Nas três últimas versões estudadas (GALINHO, 1979; LIMA, 1986; SIMÕES, 1991) é explícita a sanção negativa nas palavras da rainha. Nesses textos, se o castigo da rainha malvada é furtado à responsabilidade dos “bons”,

vemos por outro lado o castigo do “bom” surgir nas palavras da rainha cada vez mais violento:

○ *Branca de Neve e os anõezinhos* (GALINHO, 1979):

Rainha – Maldição! O caçador enganou-me. Branca de Neve está viva! Ele não a matou!?!

○ *Branca de Neve e os Sete Anões* (LIMA, 1986):

Rainha – Nem ela, nem o príncipe, nem o caçador e nem os anões vão escapar desta minha fúria.

○ *Branca de Neve* (SIMÕES, 1991):

Madrasta – Ah, aquele caçador estúpido! Não me obedeceu! Vou fazer com que ele sofra todas as penas do inferno.

A tabela da Figura 3 esquematiza os resultados das análises no que se refere ao papel actancial de Branca de Neve.

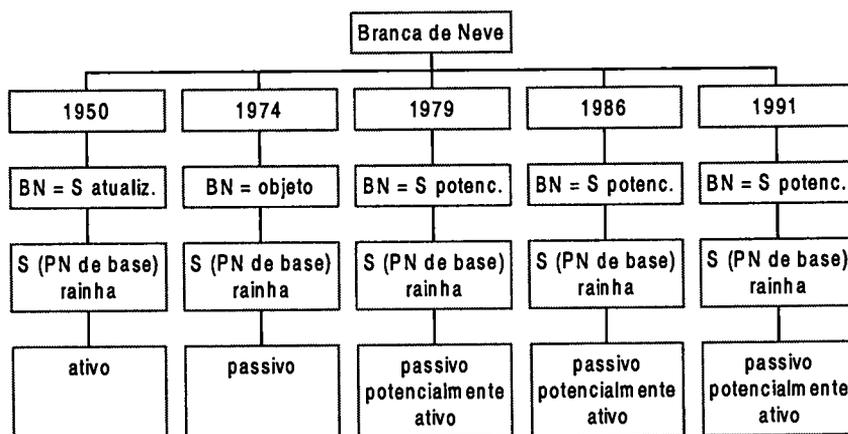


Figura 3

É interessante notar a posição ambígua da madrasta que, ao mesmo tempo, é e não é mãe, da Branca de Neve, que é e não é criança, e também dos anões, que igualmente são e não são crianças. No limite difuso entre o ser e o não ser

pode-se vislumbrar o que seria e o que não seria a criança imaginada, a criança pressuposta pelo texto para o papel do enunciatário.

O fenômeno que afeta a coluna de Branca de Neve pode ser, portanto, visto como um fenômeno de natureza patológica, uma escoliose, por exemplo. A narrativa é a coluna vertebral do texto, é o lugar do engendramento das relações nas quais sujeitos e objetos criam-se reciprocamente. O "entortamento" histórico da estrutura narrativa percebido nas diferentes versões analisadas, abarcando quase todos os períodos da história da discografia brasileira dedicada ao público infantil, sugere que o enunciatário ativo não convém mais, que é preferível congelar as possibilidades do enunciatário-criança num estado de sujeito potencial. Em outras palavras, Branca de Neve escorrega de um adulto em miniatura para a criança-objeto e em seguida ganha um estatus dúbio, um futuro incerto, mas possível. E é com essa imagem passiva, mas potencialmente ativa, que conta atualmente grande parte da produção cultural dedicada ao público infantil.

MATTE, A. C. F. The scoliosis of Snow White: protagonists and subjects. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p.13-34, 2003.

▣ **ABSTRACT:** *The comparison between different versions of the same story produced in different periods may vary in form and goals. This paper presents an option of analysis that aims to investigate the relationship between the concepts of protagonist and subject as revealing of some elements of the ideological option of each version. Accordingly, it is analyzed five versions of Snow White produced by the phonographic industry from 1950 to 1991.*

▣ **KEYWORDS:** *Narrative; subject; semiotics; discourse; passiveness; enunciation.*

Referências

BARRO, J. de. **Branca de Neve e os Sete Anões**. Adaptação de João de Barro. Continental Gravações Elétricas S/A. Discos nº 30.103 (início) e nº 30.104 (final), 1950 (data inferida pelo número: o 30.113 foi lançado em setembro de 1950).

- BARROS, D. L. P. de. Paixões e apaixonados: exame de alguns percursos. **Cruzeiro Semiótico**, Porto, n.11-12, p.63-64, 1990.
- BERTRAND, D. **Précis de sémiotique littéraire**. Paris: Éditions Nathan HER, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- GALINHO. **Branca de Neve e os anõezinhos/Chapeuzinho Vermelho**. Elenco do Galinho. Selo do Galinho. Chantecler. Disco nº 2.09.411.004, 1979.
- GREIMAS, A. J. **Du Sens II**. Paris: Seuil, 1983.
- GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de A. D. Lima et al. São Paulo: Cultrix, c1979.
- GREIMAS, A. J., FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**: dos estados de coisas aos estados de alma. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ed. Ática, 1993. (Série Temas, 33).
- LIMA, E. **Vinte mil léguas submarinas/Branca de Neve e os sete anões**. Adaptação de Edy Lima. Coleção Clássicos Disney. Nova Cultural, 1986.
- SANTORO, C. **Branca de Neve**. Direção Cláudio Santoro. Selo Carrousell, CID. Disco nº CAR 20009, 1974. (Data obtida nos arquivos da gravadora).
- SIMÕES, M. **Branca de Neve/A guardadora de gansos**. Adaptação de Márcio Simões. Coleção Xuxa Apresenta Conte Outra Vez. Globo Editora. Disco nº BMG 56.697.162, 1991.
- ZILBERBERG, CI. El esquema narrativo puesto a prueba. Tradução de Desiderio Blanco. In: _____. **Ensayos sobre semiótica tensiva**. Lima: Universidad de Lima, Fondo de Cultura Económica, 2000. p.89-146.

UNIDIRECTIONALITY OR MULTIDIRECTIONALITY? SOME ISSUES ON GRAMMATICALIZATION

Ataliba T. de CASTILHO¹

▣ **RESUMO:** Sustento neste trabalho que os estudos de gramaticalização devem partir de uma teoria dinâmica sobre a língua, considerando-se que outros processos tais como a discursivização e a semanticização explicam igualmente a criatividade lingüística.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Gramaticalização; discursivização; semanticização.

Introduction

In this paper I argue that to improve studies on grammaticalization we could (1) assume a dynamic or a processual theory of language, (2) admit that discursivization and semanticization are fields of research holding the same status of grammaticalization, (3) give up the idea of derivation among Discourse, Semantic and Grammar as well as among word classes. As a consequence, (4) it is worthy substituting the principle of unidirectionality by the principle of multidirectionality².

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP – 05508-900 – São Paulo-SP, Brasil. E-mail: ataliba@uol.com.br.

² This research has been granted by the CNPq (Bolsa de Produtividade Científica).

Campbell and Janda (2001, p.108) surveyed “[...] the large range of definitions of grammaticalization in the literature [...]”, identifying at least thirteen critics to it. They made the following question about the second critic:

Is grammaticalization unidirectional? Does it even make sense to ask such a question? Is the direction of grammaticalization changes irreversible? [...] If there is a typical directionality characteristic of (many) changes, what explains it? (CAMPBELL; JANDA, 2001, p.108).

Several authors recognized that unidirectionality is a major principle of grammaticalization.

Hopper and Traugott (1993) devoted a full chapter to the issue, in which they argue, and I quote:

1) “Grammaticalization as viewed from the diachronic perspective is hypothesized to be prototypically a unidirectional phenomenon [...]” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.94);

2) Schematically, this can be characterized as: “a lexical item used in specific linguistic contexts > syntax > morphology”;

3) “The basic assumption is that there is a relationship between two stages A and B, such that A occurs before B, but not vice versa. This is what is meant by unidirectionality” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.95);

4) Unidirectional grammaticalization occurs simultaneously with phonetic erosion, generalization of meaning and decategorialization. Decategorialization is seen as the change from major categories (Noun and Verb) to intermediate categories (Adjective and Adverb), and from this to minor categories (Prepositions, Conjunctions, Auxiliary Verbs, Pronouns and Demonstratives). In short, decategorialization³ may be captured by the following cline: *Major category* > (> *adjective / adverb*) > *minor category*.

Following they state that:

Given the theory of unidirectionality, it can be hypothesized that diachronically all minor categories have their origins in major categories. Finally, they recognize that unidirectionality is a strong hypothesis. The evidence is overwhelming that a vast number of known instances of the development of grammatical structures involved the development of a lexical item or phrase through discourse use into a grammatical item, and then into an even more grammatical item, and that these changes were accompanied by decategorialization from a major to a minor category. Counterexamples are few. All are of a specific type: more grammatical items become less so. (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.128).

⁵ See also Hopper (1991, p.30-31).

Campbell and Janda (2001, p.132) showed that the notion of unidirectionality has been developed in very different ways, such as (1) semantic change of referentiality and semantic change from a less abstract to a more abstract meaning, (2) reduction of phonetic substance, (3) increase of frequency of use, (4) structural type of cline: discourse > syntax > morphology. As a matter of fact, Hopper and Traugott (1993), who wisely concluded that the problem in an "unresolved question" had underlined all those arguments.

To my mind, the key point here is that when people conduct research on grammaticalization they are dealing with a process, not with products. Despite of this, researchers keep taking language as a static linear kind of stuff, although no one of them says this clearly.

Authors subsume linearity and staticity of language when they directly or indirectly assert that:

- (A) Directionality is made of stages in such way that stage B follows stage A, stage C follows stage B, and so on. Each stage corresponds to a point in a line, therefore a relation of sequentiality is established between them.
- (B) In this line, a category gives birth to another, i.e., we may go from a Noun to an Adverb, from an Adverb to a Preposition and so on. The assumption here is that we can indeed assert that Nouns and Verbs are clearly distinguished from Adjectives and Adverbs, and those from Conjunctions and Prepositions. Our solely task it to pick up a category in the line and testify its metamorphosis. Even though the great majority of studies on grammaticalization came from the functionalist tradition, it seems to me that the Theory of Prototype has been forgotten on this issue. As a matter of fact, could we know for sure the limits among grammatical categories, in order to establish a derivation between them?
- (C) It seems to me that authors assume language as a bunch of pieces with no visible connections between them. This judgment is based in the fact that authors usually put in the same level phonetic friction, morphological decategorialization, syntactic broadening of uses, semantic bleaching and discourse pressures on the linguistic system. This point of view lead them to place discourse, grammar and semantics in a (c)line, implicitly admitting a hierarchy among them. Worse than that, sometimes a derivative *raisonné* is established among Discourse, Semantics and Grammar. This reasoning aligns language and subsumes that our mind functions in terms of sequential instructions.
- (D) In short, language in this literature is postulated as a linear combination of separable items. This truly happens when we speak as well as when we

write. But notice that speaking and writing deals with language as a product, and linearity does not hold if we are dealing with language as a process. Allow me to underline once more: the literature on grammaticalization takes language as a product, not as a process, despite the fact that suffix *-ization* is used to label processes.

Toward a dynamic theory of language

Actually we need a dynamic theory of language to get acquainted with the large amount of interesting cases of grammaticalization. To escape from staticity we'd better assume language as a dynamic multisystem, which may be graphically represented in a radial way. Our mind operates simultaneously to build these systems, and the language products may be represented as a kind of constellation.

Therefore I will assume – together with Franchi (1976) and Nascimento (1993) – that language has a multisystemic nature, captured in terms of four domains: Lexicon, Semantics, Discourse and Grammar. Such systems are assumed to be independent of each other. No rules of determination among them will be postulated. This means that I do not accept that discourse needs stipulate the creation of a meaning, which would be wrapped up in terms of a grammatical structure. No hierarchy connects Discourse to Semantics, and Semantics to Grammar.

As to the Lexicon, I will follow those authors who state that Lexicon centers the linguistic systems, and is meant to assemble a set of abstract potential cognitive features. By combining these features in different ways we obtain the lexical items, which may be achieved in the vocabulary either as a Noun, as an Adverb, or as a Conjunction.

Discourse is the set of concrete usages of language which involves the speaker and the addressee as instantiations of the discourse person, the construal of the interaction through the turn-taking strategies, the selection of conversational topic, the choice and change of pragmatic strategies and so on.

Semantics is the creation of meanings based on cognitive strategies such as the framing of the scene, the hierarchization of its participants, the organization of the visual field, the real or fictive movement set up to participants, the reshape of them through metaphor and metonymy, etc.

Finally, Grammar is a set of crystallized structures, arranged in the subsets of Phonology, Morphology and Syntax, governed by rules of determination. Such

structures are commonly analyzed in terms of its classes, relations and functions, whose regularity has to be recognized.

The central claim here is that a preverbal sociocognitive device through which we activate, reactivate and deactivate the lexical features governs Lexicon. This device is "social" because it is based upon a previous analysis of the participants in the speech act. And this device is cognitive because it deals with cognitive categories set up by the speech community. Cognitive categories such as VISION, SPACE, TIME, MOVEMENT, etc., provide the features for the Lexicon. Different lexical items (and therefore, different syntactic constructions) come from different arrangements of such cognitive categories. This means that members of one word class do not derive from another ones.

From the eighties to the nineties, a group of Brazilian linguistics wrote more than two hundred descriptive essays on the educated Brazilian Spoken Portuguese. Common goal was to prepare a descriptive grammar in a collective way. Nascimento (1993) and Castilho (1989, 1998b) asked what subjacent mechanisms those linguists have intuitively identified. Personally, I think it is possible to identify three principles, which I assume to be the basis of said sociocognitive device (CASTILHO, 1998a, 1998b).

1. Principle of projection, or principle of activation

Activation is the choice of the lexical features, which will be realized in the word. Depending on the chosen features we obtain lexical items with semantic, discursive and grammatical characteristics able to fill our communicative needs. Activation of semantics properties leads to the referentiation, the predication, the deixis, the phoricity and the conjunction. Activation of discourse properties holds responsible for the selection and hierarchization of topics, the construal of discourse units as well as its connection, the systematic of turn-taking, and so on. Activation of grammatical properties leads to the building of phrases and sentences, word order, agreement, assignment of case and thematic role, etc.

2. Principle of correction, or principle of reactivation

Reactivation is the return to a new activation of lexical features. This mental movement produces in the Discourse the repetition of parts of the utterance to

assure textual cohesion, in the Semantics the paraphrases, in the Grammar the recurrence of a word to build a phrase or a sentence (CASTILHO, 1997c).

3. Principle of silence, or principle of deactivation

Deactivation is the abandonment of the features previously chosen, it is the silence we induce in the linguistic systems. Deactivation in Discourse is the restraint of a topic, which leads to textual parenthesis and to digressions. Deactivation in Semantics is the change of previous meaning assigned to a word via metaphor and metonymy. In Grammar, deactivation produces the empty category.

It is important to understand that such principles do not exclude each other, but rather they operate simultaneously. When the speaker deactivates a semantic feature, this does not produce a semantic bleaching, because at the same time a new feature is in course of activation. The same holds for the reactivation, since, for instance, the repetition of a word does not occur endlessly: at a certain moment we retake the building of the grammatical structure. This means that language unfolds a loss-and-gain continuous process.

Since the sociocognitive device operates on all linguistic systems, grammaticalization is not the solely process of language creativity. Discoursivization and semanticization have to be proposed as processes as well.

From now on I will focus my attention to the derivational issue mentioned in the Introduction, points B and C.

The issue of lexical derivation

Let us take a look into the grammaticalization of Portuguese *ante(s)* "before", drawing examples from Brazilian Portuguese of the 19th century as edited by Barbosa and Lopes (2002).

Here is the etymology of *ante(s)*: Indo-European **ant* "forehead" > Latin *ante* "in front of, previously" > Portuguese *ante* / *antes*; final *-s* probably migrated from other adverbial endings like *foras*, *mais*, *menos*, etc.

Both Latin *ante* and Portuguese *antes* share almost the same properties, being used as Adverb, Preposition, Conjunction and Prefix:

A) Locative and temporal Adverb:

(1) Lat. *innumerabiles supra, infra, ante, post mundos esse*

There are countless worlds over, below, behind, before

(2) Lat. *tertio anno ante*

Three years before

(3) Port. *Quem dias antes escreveo de seu proprio punho (...)?* [19 1 BA/SA CJ/L]

Who days before wrote it with his hand?

(4) Port. *A sala de jantar é antes da cozinha*

The dining room is located before the kitchen

Meanings here are as follows: (1) and (4) indicate a non-specific point in anterior space; (2) and (3) indicate a point in past time.

The Adverb *antes* has been regrammaticalized in *dantes* (= *de + antes*) and in *diante* (= *de + ante*):

(5) *Dantes, quatro vinténs de feijão era quase um balaio* [19 2 SP/SP CJ/L].

Lit. Formerly, four 'vinténs' of beans almost filled up a basket

In (5) *dantes* behaves as the Topic of the sentence. In this example as well as in (9) below I suppose that Preposition *de* has been chosen to reinforce *ante(s)* because it indicates the specific initial point of a path. *Ante* means a generic point in a path. The regrammaticalization maneuver supposedly renders such point more specific.

B) Locative and temporal Preposition:

(6) Lat. *Ante oculos ponere*

Put before the eyes

(7) Lat. *Ante Romam conditam*

Before the foundation of Rome

(8) Port. *Não posso ficar mudo ante esse espetáculo* [19 1 BA/SA CJ/R]

I cannot shut up my mouth in front of such spectacle.

(9) Port. *Diante de vantagens tão reais e incontestáveis, excusado é encarecer os méritos desta machina* [19 2 PR/CR CJ/L]

Lit. In front of the advantages of this machine, it is unnecessary to underline its value and true indisputable qualities

C) Conjunction:

(10) Latin comparative conjunction *ante...quam*

Before...that

(11) *Não pude tomar fôlego antes que tivesse lançado de um jato o que tinha na ponta da língua* [19 2 PR/CR CJ/L]

I couldn't even take a breath before saying everything

(12) *Estes papeluchos, ou antes, pasquins, vem ser desprezados* [19 1 BA/SA CJ/L]

We must despise those scraps of papers, or better, those pasquinades

(13) *Não sei, ou antes, vou fazer de conta que não sei.*

I don't know, or better, I will pretend I don't know.

Examples (12-13) have an indisputable discursive flavor, since they operate epilinguistically, proposing a correction to an expression previously uttered. These examples also show that space & time turned out to be more abstract, because now we are dealing with the discourse space & time. Expressions located before *antes* belong to the past of the discourse, whereas the expressions located afterward indicate the future, precisely the time of the speaker preference.

D) Prefix:

(14) *antepor, antegozar, antecamara, antemuralha*

To place before, to foretaste, antechamber, rampart

Above examples seem wonderfully to fit in the steps of unidirectionality. The word *antes*:

- Has been decategorized: Adverb > Preposition > Conjunction > Prefix;
- Has undergone changes in its grammatical properties, going from an intransitive word to a transitive one;
- Its meaning became more abstract, going from the indication of Space to the indication of Time and from this to Relation.

So far so good. But just for my argument's sake, let me reanalyze this.

To begin with, I will stipulate that *antes* is composed by some of the following lexical features:

1) Semantic features:

○ Position in Space:

Transverse axis: / ANTERIOR

○ Time: / PAST/

2) Discourse features:

○ Epilinguistic correction

○ Textual connectivity

○ Topicity

3) Grammatical features:

- ± Transitivity
- Complementation
- Adjunction
- Sentential connectivity
- Derivational constituency: PREFFIX

The sociocognitive device operates on those features in different ways:

(1) Activating ANTERIOR SPACE in the transversal axis and PAST TIME, deactivating COMPLEMENTATION we get *antes* as an Adverb. Reactivating same features and activating TOPICITY we get *dantes*, which underwent a regrammaticalization to reinforce the initial point in a path: see *de + antes*;

(2) Activating ANTERIOR SPACE in the transversal axis, PAST TIME, TRANSITIVITY and sentential connectivity, deactivating the Discourse features we get *ante* as a Preposition. Prepositions are usually the most grammaticalized items. They are grammatically more determined and discursively less motivated;

(3) Activating TIME, TEXTUAL & SENTENTIAL CONECTIVITY, and EPILINGUIST CORRECTION, we get ANTE as a Conjunction. Heine, Claudi and Hünemeyer (1991) argue that logical relation is the final step in a path which began as an Object (like "forehead"), runs to mean Space, and then to Time, finally arriving at the expression of logical relation;

(4) Activating ANTERIOR SPACE, deactivating Discourse and Grammatical (syntactical) features, we get *antes* as a Prefix.

It is worthy noticing that SPACE has been kept through all combinations.

To sum up, these multiple movements exclude unidirectionality and point out to multidirectionality in the sense of multiple and simultaneous movements.

The issue of derivation among linguistic systems

Recent research done by Brazilian linguists⁴ showed that Adjectives and Adverbs like *bom*, *bem* "well", Verbs like *estar* "to stand", *falar* "to speak", *saber*

⁴ For more details see Ilari (1986), Risso (1992, 1996), Martelotta, Votre and Cezario (1996), Omena and Braga (1996), Vitral and Ramos (1999), Ramos (2000, 2002), among others.

"to know", *entender* "to understand", as well as circumstantial Pronouns like *agora* "now", *aí* "there", *então* "then" provided conversational markers apparently not used as such before:

(15) *Bem, então chega de Linguística, tá?*

Well, enough of Linguistics, OK?

(16) *Estudei muito, falou? / sabe? / entende?*

*Lit. I have studied hard, * did you speak? / * do you know? / do you understand?*

(17) [narrative sentences] ... *aí / então / agora*... [narrative sentences]

[narrative sentences] ... *and then*... [narrative sentences]

These examples show a weakening of grammatical properties and a strengthening of discourse properties. As a matter of fact, Verbs, Adjectives, Adverbs and circumstantial Pronouns quoted above underwent such transformations. Changing the cline from Discourse > Grammar to Grammar > Discourse would not capture what happened. Multidirectionality of language creativity does.

Coming debates

I propose the following agenda on grammaticalization:

(1) In the domain of the Lexicon, let us temporarily remove from our minds the statement that minor categories derive from major categories. Continuous and simultaneous sociocognitive movements toward the Lexicon satisfactorily explain the individual creation of the words. The identification of cognitive basic features deserves lots of research to unveil this mechanism;

(2) Grammaticalization is limited to three subprocesses: phonologization, morphologization and syntacticization. Unidirectionality may be admitted inside this system, since the subsystems Phonology, Morphology and Syntax are structurally determined. The action of the sociocognitive device provides the basis for grammaticalization, regrammaticalization (like *antes* > *dantes*) and degrammaticalization (like degree zero of grammaticalization);

(3) Derivations among Grammar, Discourse and Semantics will be left apart as well. In its place, two additional programs must be launched: semanticization and discoursivization;

(4) We do need to understand more clearly the semantic mechanisms of language, in order to improve research on semanticization. We also do not need

explanations like "filling the gap" as demonstrated by Hopper and Traugott (1992, p.125). Finally, "bleaching" takes us to language losses, but creativity processes are made of losses and gains;

(5) Discoursivization probably will be the most difficult research program to be delineated. Its starting point is the deictic anchorage of the linguistic event. I agree with Svorou (1993, p.4) when she argues that "[...] deictically anchored language is the typical (prototypical) instance of language as a system of communication, the source of the ontogenesis of language, and the basis for all other development of non-deictic contexts."

CASTILHO, A. T. de. Unidirecionalidade ou multidirecionalidade? Algumas questões sobre a gramaticalização. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p.35-47, 2003.

▣ **ABSTRACT:** In this paper I argue that studies on grammaticalization should be based on a dynamic theory of language, taking for granted that other processes such as discoursivization and semanticization explain the linguistic creativity as well.

▣ **KEYWORDS:** Grammaticalization; discoursivization; semanticization.

References

BARBOSA, A. G.; LOPES, C. R. (Orgs.). **Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do séc. XIX**: cartas de leitores e cartas de redatores. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CAMPBELL, L.; JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. **Language Sciences**, Amsterdam, n.23, p.93-112, 2001.

CASTILHO, A. T. de. Para o estudo das unidades discursivas do português falado. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. p.249-280.

_____. A gramaticalização. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador, n.19, p.25-63, 1997a.

CASTILHO, A. T. de. Língua falada e gramaticalização: o caso de *mas*. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n.1, p.107-120, 1997b.

_____. Para uma sintaxe da repetição: língua falada e gramaticalização. **Língua e Literatura**, São Paulo, n.22, p.293-332, 1997c.

_____. Langue parlée et processus grammaticaux. In: BILGER, M.; EYNDE, J. van den; GADET, F. (Edité par). **Analyses linguistiques et approches de l'oral**. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste. Leuven, Paris: Peeters, 1997d. p.141-148.

_____. **A língua falada no ensino do português**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1998a. 2003.

_____. Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. In: BERNALES, M.; CONTRERAS, C. (Orgs.). **Por los caminos del lenguaje**. Temuco: Universidad de la Frontera, 1998b. p.23-37.

FRANCHI, C. **Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem**. 1976, 450 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976. 2v.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). **Approaches on grammaticalization**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1991. v.1, p.17-36.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. Delocutivos nós também temos, falô? **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.10, p.81-86, 1986.

MARTELOTTA, M.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NASCIMENTO, M. **Gramática do português falado: articulação teórica**. Unpublished text read at the University of Lisbon Center of Linguistic Studies: Lisbon, 1993.

OMENA, N. P. de; BRAGA, M. L. *A gente está se gramaticalizando?* In: MACEDO, A. T. de; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). **Varição e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.75-85.

RAMOS, J. O surgimento de um novo clítico no português brasileiro: análise quantitativa e qualitativa da forma *cê*. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.;

SCHÖNBERGER, A. (Eds.). **Estudos de sociolinguística brasileira e portuguesa**. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p.181-190.

_____. A alternância *não* e *num* no dialeto mineiro. In: COHEN, M. A.; RAMOS, J. (Orgs.). **O dialeto mineiro e outras falas**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. p.155-168.

RISSE, M. S. "Agora... o que eu acho é o seguinte": um aspecto na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1992. v.2, p.31-60.

_____. O articulador discursivo "então". In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996. v.4, p.423-452.

SVOROU, S. **The grammar of space**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1993.

VITRAL, L.; RAMOS, J. Gramaticalização de "você": um processo de perda de informação semântica? **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n.3, p.55-88, 1999.

CONSTITUINTES ADVERBIAIS NO INÍCIO DE ORAÇÃO

Erotilde Goreti PEZATTI¹

Graciele Rodrigues CUCOLO²

▣ **RESUMO:** Este estudo propõe investigar, em sentenças do português brasileiro falado, os satélites de predicado (σ_1) e de predicação (σ_2) que se alocam no início de orações, sob a perspectiva da Gramática Funcional. Os resultados confirmam a hipótese de que constituintes satélites posicionados à esquerda da oração desempenham funções pragmáticas intra-oracionais de Tópico, Foco ou de Preparador de Cenário.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Funcionalismo; ordem de palavras; adjunto adverbial; função pragmática.

Apresentação

Pelo estreito vínculo entre linguagem e processos interativos, muitas das propriedades da linguagem são co-determinadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores. Isso significa que o componente gramatical da linguagem pode manifestar diferenças significativas, correspondentes a diferentes atribuições de funções pragmáticas aos constituintes.

¹ Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-UNESP, 15054-000, São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: pezatti@ell.ibilce.unesp.br.

² Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-UNESP, 15054-000 – São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: grucolo@uol.com.br.

Por "funções pragmáticas" entende-se o estatuto informacional de um constituinte dentro do quadro comunicativo mais amplo em que ocorre. As funções pragmáticas, especialmente as intra-oracionais Tópico, Foco e Preparador de Cenário, relacionam-se estreitamente com a ordem linear de colocação de constituintes na oração. Muitas vezes, a atribuição de funções pragmáticas a um constituinte obriga a sua colocação numa posição que conflita com a ordem natural, tal como defendida pela Perspectiva Funcional da Sentença (FIRBAS, 1974), ou seja, a de que os constituintes são, comumente, organizados em uma ordenação linear que corresponde à qualidade de informação apresentada por esses constituintes. Essa tendência é também conhecida como o Princípio do Fluxo de Informação, proposto por Kuno (1978, p.54)³:

Princípio do Fluxo de Informação: em princípio, as palavras são organizadas, em uma sentença, de tal modo que essas que representam a informação velha, previsível, vêm primeiro, e aquelas que representam a informação nova, imprevisível vêm por último. (tradução nossa).

Esse princípio, no entanto, explica somente sentenças que não fujam à ordem não-marcada⁴. Construções como a ilustrada abaixo não podem ser explicadas por esse princípio.

- (1) **estes últimos tempos** eu tenho ido nesses programas de televisão (DID-SP-234:202)
- (2) L1 eu como fígado...como rim...como a tripa...que a gente cha/ normalmente chama **aqui em casa** a gente chama de tripa...né? (DID-RJ-328:464)
- (3) L1 é o propalado milagre japonês eu não vou me reter no começo ao pós-guerra, eu vou partir...do início...da formação industrial do Japão, né? no **início do século** (ruído), a África e a América Latina eram quase que ilustres desconhecidas (EF-RJ-379:35)

Nessa sentença, observa-se a colocação dos constituintes adverbiais *estes últimos tempos*, *aqui em casa* e *no início do século* em posição mais à esquerda da oração. Estruturas como essas não são simples alternativas de uma ordem

³ "Information Flow Principle: in principle, words in a sentence are arranged in such a way that those that represent old, predictable information come first, and those that represent new, unpredictable information last."

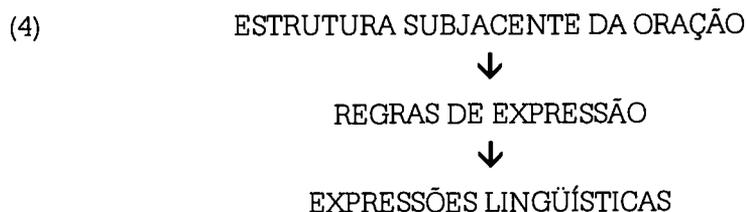
⁴ O conceito de marcação foi, inicialmente, introduzido por Jakobson (1936) e por Trubetzkoy (1939) para indicar certas relações dentro de oposições fonológicas e morfológicas. Mais recentemente, passou a ser usado para indicar tipos de construções. Na Gramática Funcional, uma construção é marcada quando é menos esperada e, logo, obtém mais atenção quando ocorre (DIK, 1989, p.38).

P1 (S) V (O) X⁵; ao contrário, representam uma escolha do falante codificada por meio da ordenação desses constituintes.

Desse modo, pretende-se aqui investigar os constituintes alocados no início de orações como os destacados em (1-3), tendo como hipótese a de que constituintes satélites posicionados à esquerda da oração desempenham funções pragmáticas intra-oracionais como a de Tópico, Foco ou Preparador de Cenário, conforme definidos na Gramática Funcional (doravante GF) proposta por Dik (1989, 1997), Dik et al. (1990) e seus seguidores.

Embasamento teórico

No quadro da GF, a oração deve ser descrita em termos de uma *estrutura subjacente abstrata*, que é mapeada na forma real da expressão linguística correspondente por um sistema de *regras de expressão*, que determinam a forma, a ordem e o padrão de entonação dos constituintes da estrutura da oração subjacente, dado seu estatuto dentro dessa estrutura subjacente:



A estrutura subjacente da oração é uma estrutura abstrata complexa em que diversos níveis ou "camadas" de organização semântica e formal têm de ser distinguidas. Como uma primeira aproximação a essa estrutura, podemos representá-la como segue:

(5)	ORAÇÃO	→	ato de fala
	PROPOSIÇÃO	→	fato possível
	PREDICAÇÃO	→	estado de coisas
	PREDICADO	→	propriedade/relação
	TERMOS	→	entidade/entidades

⁵ X corresponde a um elemento opcional; os parênteses indicam possibilidade de ocorrência; S equivale a sujeito; V, a verbo; O, a objeto e P1, a posição especial destinada a constituintes que desempenham alguma função pragmática interna à predicação.

A construção de uma estrutura subjacente requer primeiramente um *predicado* que deve ser aplicado a um número apropriado de *termos*. **Termos** referem-se a indivíduos (entidades) do mundo. **Predicados** designam propriedades de tais entidades ou relações entre elas. Assim em (6),

(6) ler (Pedro) (o livro)

o predicado (*ler*) designa uma relação de dois lugares entre duas entidades nos papéis de "leitor" e "alguma coisa lida", sendo assim necessariamente aplicados dois termos (*Pedro* e *livro*). Quando a um predicado é aplicado a um conjunto apropriado de termos, o resultado é uma *predicação nuclear*.

A **predicação nuclear** como um todo designa um conjunto de *Estado de Coisas* (EsCo). O termo *estado de coisas* é usado no sentido amplo de "concepção de alguma coisa que pode ocorrer em algum mundo", é localizado no tempo e no espaço; pode ter uma certa duração; pode ser visto, ouvido ou percebido de alguma forma.

A predicação nuclear pode ser especificada por operadores (por ex. distinções aspectuais) e satélites (termos com a função de Modo, Velocidade e Instrumento), ambos de nível 1. O resultado dessa extensão é denominada **predicação central**, como em (7) em que se aplicam o operador perfectivo e o satélite de Modo:

(7) Imp ler_v (Pedro)_{Ag} (o livro)_{Me} (atentamente)_{Modo}
 [Pedro está lendo o livro atentamente]

Predicação central pode ser especificada por operadores de predicação (por ex. distinções temporais e algumas distinções modais) e satélites (termos com a função de tempo e lugar), ambos operando no nível 2. O resultado dessa extensão é denominada **predicação estendida**, cf. (8), em que se aplicam o operador de Tempo com valor de Presente e o satélite de Locação.

(8) Pres Imp ler_v (Pedro)_{Ag} (o livro)_{Me} (atentamente)_{Modo} (na sala)_{Loc}
 [Pedro está lendo o livro atentamente na sala]

Predicação estendida pode ser usada para construir uma estrutura proposicional que especifica um fato possível. A predicação estendida pode ser especificada por operadores (por ex. algumas distinções modais) e satélites (termos que determinam a atitude do Falante) de proposição, que operam no nível 3. O resultado dessa extensão é uma **proposição estendida**, por exemplo:

(9) Modo Subj Pres Imp ler_v (Pedro)_{Ag} (o livro)_{Me} (atentamente)_{Modo} (na sala)_{Loc}
(felizmente)_{Attitude}

[Felizmente, Pedro está atentamente lendo o livro na sala]

Proposições estendidas podem ser usadas para construir uma estrutura de ato de fala. Proposições estendidas podem ser especificadas por operadores (por ex. Declarativa, Imperativa e Interrogativa) e satélites (termos que especificam o ato de fala) ilocucionários, que operam no nível 4, por exemplo:

(10) Decl Modo Subj Pres Imp ler_v (Pedro)_{Ag} (o livro)_{Me} (atentamente)_{Modo} (na sala)_{Loc}
(felizmente)_{Attitude}

[Felizmente, Pedro está atentamente lendo o livro na sala.]

Os termos que são requeridos pela semântica do predicado, como (Pedro) e (livro), são denominados *argumentos* do predicado; são, portanto, essenciais para a integridade dos EsCo designado pelo esquema de predicado. Se retirados, a propriedade/relação designada pelo predicado não é preenchida ou satisfeita. Os termos que fornecem outras informações, tais como *atentamente* e *na sala*, ao EsCo *Pedro lê o livro*, são chamados *satélites*. Satélites são meios lexicais opcionais que veiculam informação adicional a uma das camadas no modelo hierárquico da oração. *Opcionais* porque podem ser retirados sem afetar a gramaticalidade da sentença. *Lexicais* porque se opõem a categorias *gramaticais* tais como tempo, modo e aspecto. São *portadores de informação adicional* porque a informação principal pertencente a uma camada particular está contida na estrutura à qual o satélite é acrescentado. Há assim quatro tipos de satélites que se aplicam a cada uma das camadas da estrutura subjacente de oração: os de predicado (σ_1), os de predicação (σ_2), os de proposição (σ_3) e os de ato de fala (σ_4). Neste estudo trataremos apenas dos σ_1 e σ_2 .

Os satélites de predicado (σ_1) e de predicação (σ_2)

Satélites de predicado, também denominados de nível 1 (σ_1), representam os meios lexicais que especificam propriedades adicionais do conjunto de EsCo designado por uma “predicação nuclear”. Constituem os participantes adicionais, meios e maneiras de ocorrência de um EsCo e orientação espacial.

(i) Participantes adicionais referem-se a:

Beneficiário: é a pessoa ou instituição em benefício da qual ou contra o interesse da qual o EsCo é efetuado:

- (11) ...nós íamos encontrar marcas aqui de que flechas reais foram atiradas...**contra a imagem**... então esta seria uma das razões...a segunda razão seria o fato de que... (EF-SP-405:239)

Companhia: especifica uma entidade junto com a qual o EsCo é efetuado:

- (12) ...eu tenho ido toda terças-feiras no programa que aparece no sábado...então é um grupo que estão fazendo uma promoção do Laranjal então eu vou **com eles** é inCRível o que acontece lá... (DID-SP-234:190)

Instrumento: especifica a ferramenta com a qual alguma Ação⁶ é executada ou uma Posição é mantida. Assim, esse satélite requer um EsCo [+controlado] na predicação nuclear.

- (13) ...não tem outra coisa aqui...quando era no o meu TEMpo agente :: andava **de bicicleta**., era o :: esporte predileto nosso era andar de bicicleta..., mas a gente podia andar na :: na Avenida Farrapos... (DID-POA-45:289)

Causa interna: especifica a entidade apresentada como causadora de um Processo, EsCo dinâmico e não controlado:

- (14) a outra citação é a su a citação de Duckheim...essa talvez até vocês conheçam...**através de Ester**...é uma citação...para levantar assim num é? o humor de vocês...quanto ao direi:to...é a citação que mostra...a importân:cia...do fenômeno...do direi:to...do fato jurí:dico...vou ler para vocês tam:bém na página dezessete... (EF-POA-337:402)

(ii) Meios e Maneiras constituem:

Modo: indica a maneira pela qual uma Ação é executada, uma Posição é mantida, ou pela qual um Processo ocorre:

- (15) Eu acho que todo estudante se comunica **muito bem** com o doente (DID-SSA-231:697)

⁶ Os parâmetros mais importantes para uma tipologia de EsCo, na GF, são Dinamismo e Controle. Dinamismo envolve necessariamente algum tipo de mudança, algum tipo de alteração, já Controle refere-se ao poder do primeiro argumento de determinar a realização ou não do EsCo. Assim Ação constitui o EsCo dinâmico e controlado; Processo é o EsCo dinâmico e não controlado; Posição refere-se ao EsCo dinâmico mas não controlado e Estado indica um EsCo não dinâmico e não controlado.

Velocidade: indica o montante de Ação ou Processo que corre por unidade de tempo, exige, portanto, um EsCo [+din]:

- (16) ...eu achei aquilo me chocou...sei lá eu achei...por detrás dos bastidores uma coisa medonha uma baGUNça treMENda...aquelas cenas que eles mudam **rapidamente** quer dizer é um assunto de a gente trabalhar né?...e atrapalhar também... (DID-SP-234:285)

Qualidade: designa o papel/função/autoridade em virtude da qual uma Ação é executada, ou uma Posição mantida; requer, portanto, um EsCo [+con]:

- (17) Doc. olhe o senhor poderia falar já que trabalha no Sindicato dos...Comerciários na: **qualidade de: dentista**...o senhor poderia falar quais os serviços que o Sindicato presta...aos seus:...

L1 segurados (DID-RE-131:1-2)

(iii) Orientação Espacial refere-se a:

Origem: designa o ponto inicial de um movimento.

- (18) ...o que acontece é o seguinte hoje em dia...prá você ir por...nós vamos por exemplo todo doa a Camaçari...já é hoje em dia uma viagem...é assunto mesmo de :... de :...praticamente a gente não sair da cidade mas...viaja que não é brincudo hoje mesmo eu fiz uma viagem **daqui** prá Camaçari...que parecia que eu tinha ido quase a :...Feira de Santana...devido ao/ à incidência de tráfego que existe...devido exatamente ha: às interrupções que existem na cidade...de buracos escavações...de :...enfim de interrupÇÕES de toda ordem... (D2-SSA-98:4)

Direção: designa o ponto terminal de um movimento.

- (19) ...o que acontece é o seguinte hoje em dia...prá você ir por...nós vamos por exemplo todo doa a Camaçari...já é hoje em dia uma viagem...é assunto mesmo de :...de :...praticamente a gente não sair da cidade mas...viaja que não é brincudo hoje mesmo eu fiz uma viagem **daqui prá Camaçari**...que parecia que eu tinha ido quase a :...Feira de Santana...devido ao/ à incidência de tráfego que existe...devido exatamente ha: às interrupções que existem na cidade...de buracos escavações...de :...enfim de interrupÇÕES de toda ordem... (D2-SSA-98:4)

Percurso: designa a orientação de um movimento.

- (20) Doc qual é o pior...horário...dessa saída da cidade...de manhã?
L1 bom...o pior horário...de saída...da cidade de manhã...
L2 fica mais ou menos entre SEis e oito horas né?
L1 não de seis ainda sai bem...mas entre sete...até umas:oito e meia...é a pior...hora de saída...primeiro porque você pega o congestionamento na área urbana ainda...desde a Barra Centenário essa área de colégios etc...e daí **prá frente** você vai pegando...a...a Barros Reis um pedaço da Barros Reis hoje Heitor Dias né?... (D2-SSA-98:12)

Satélites de predicação, também denominados de nível 2 (σ_2), representam os meios lexicais que localizam o EsCo designado por uma predicação nuclear em um mundo real ou imaginário e assim restringe o conjunto de referentes potenciais da predicação à(s) situação(ões) externa(s) que o falante tem em mente. Designam os cenários espacial, temporal, cognitivo e o cenário relativo a outro estado de coisas.

(i) Cenário Espacial refere-se a:

Locação: designa o lugar onde um certo EsCo ocorre.

- (21) Inf. gostei muito de *Hair*...Ai achei fabuloso...cenário de *Hair* uma m :: MARavilha faz tempo que eu assisti logo que começou eu fui...achei um cenário uma coisa ah Ótima de :: antes de *Hair* eu assisti um outro uma outra peça na **Aliança Francesa**...bom também não recordo o nome mas foi uma peça muito comentada...eu acho que foi até nós lá no Rio na Praia Vermelha tem um restaurante com o nome...também não lembro o nome (DID-SP-234:63)

(ii) Cenário Temporal implica:

Tempo: especifica o tempo em que (do qual, até o qual) um certo EsCo ocorre.

- (22) Inf meu marido ele ele é :: vice-presidente lá da AAAMPA não sei se vocês conhecem...AssociaÇÃO dos Antigos MA/Ma/Alunos Maristas de Porto ALegre la :: lá em Ipanema em em frente aquele cine-parque...eh...e :: sabem está SEMpre sonhando naquilo lá **até domingo passado mesmo** nós fizemos um :: um chá em benefício que eles têm uma escolinha...Escolinha Irmão Weber... (DID-POA-45:06)

Duração: especifica o tempo de duração em que um certo EsCo [-tético] acontece.

(23) L2 então eu os levo para a escola...e vou trabalhar...depois saio na hora de buscá-los...aí depois tem nataçãõ segunda quarta e sexta...os dois...**das duas às três**... (D2-SP-360:99)

Freqüência: especifica o número de vezes em que um certo EsCo ocorre:

(24) então eu os levo para a escola...e vou trabalhar...depois saio na hora de buscá- los...aí depois tem nataçãõ **segunda quarta e sexta**...os dois...das duas às três... .. (D2-SP-360:99)

(iii) Cenário relativo a outro EsCo:

Circunstância: especifica um EsCo que ocorre simultaneamente com o EsCo referido na predicação principal.

(25) Inf. ...e ah ::...a gente se encontra sempre todos os MEses **nesse janTAR**...com os amigos...quer dizer que POUco fora disso a gente não se encontra.. (DID-POA-45:162)

Causa externa: especifica um EsCo cuja ocorrência instiga a ocorrência do EsCo referido na predicação principal.

(26) Inf. numa certa medida ele provocou **pelo alCANce que tem** uma revolução até maior do que a televisão...o que significou a QUEbra do isolamento entende? de certas pessoas... (D2-SP-255:116)

Condição: especifica um EsCo do qual depende a ocorrência de outro EsCo.

(27) Ele pegará a capa **em caso de chuva**.

(iv) Cenário Cognitivo refere-se a:

Propósito: fornece uma motivação para a ocorrência de um EsCo¹ [+con] ao especificar um futuro EsCo² que o controlador deseja realizar por meio do EsCo¹.

(28) Pedro correu para a estação **para pegar o trem**.

Razão: fornece a causa da realização de um EsCo [+ con] em termos de um motivo atribuído ao controlador.

(29) L1 é e :: mas...depois **diante das dificuldades de conseguir quem me ajudasse...**nó :: s paramos no sexto filho... (D2-SP-360:33)

Tanto os satélites de nível 1 quanto os de nível 2 são denominados representacionais uma vez que pertencem à predicação estendida e constituem uma unidade de informação com a predicação nuclear, estando sob o escopo de operadores de nível 1. Além disso a esses satélites podem ser atribuídas as funções pragmáticas intra-oracionais Foco e Tópico.

Foram investigados os satélites de nível 1 e 2 (σ_1 e σ_2) no cópuz mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, tabulando-se todas as ocorrências de orações que continham esses satélites em posição inicial da oração. Os resultados mostram um total de 253 ocorrências desses satélites no início da oração, sendo 23 (9%) de σ_1 e 230 (91%) de σ_2 . Desse modo, σ_1 raramente se posiciona em início de oração, o que não ocorre com σ_2 , que parece ter preferência por essa posição.

Os satélites de nível 1 em posição inicial

Segundo Dik (1989), σ_1 fornecem características adicionais ao EsCo, especificando-o, definindo-o. Por apresentar essa propriedade definidora de EsCo, esses satélites não podem ocorrer livremente em posição inicial uma vez que, de algum modo, já estão implícitos na predicação nuclear.

Tal afirmação tem sido confirmada por estudos recentes sobre o português falado (cf. CUCOLO, 2002; GARCIA, 2003). Garcia (2003), por exemplo, demonstra que a posição preferida desse satélite é a imediatamente posterior ao verbo (61%). Isso é plenamente justificável pela própria natureza desse constituinte, já que se esse tipo de satélite modifica o próprio predicado, nada mais natural que se posicione em torno dele. Assim, tanto em (30), com verbo de valência dois, quanto em (31), com verbo de valência um, σ_1 , respectivamente *Companhia* (*com um tio meu*) e *Instrumento* (*de bicicleta*), posiciona-se imediatamente depois do verbo.

(30) Inf. e o ::...foi fomos **com um tio meu** que o pessoal já tinha ido na frente (DID-POA-45:407)

(31) Inf. quando era no o meu TEMpo a gente :: andava de bicicleta (DID-POA-45:289)

Os resultados obtidos por Garcia (2003) indicam ainda que 26% dos casos ocorrem no final da oração e 7%, imediatamente antes do verbo principal, como demonstram o Beneficiário *em benefício dos seus associados* em (32) e o Modo *bem* em (33).

(32) Inf ...para isso naturalmente que ele (o tesoureiro) recorre...aos contadores (...) para ver realmente se o sindicato tem condições de fazer determinadas...obras **em benefício dos seus associados...** (DID-RE-131:129)

(33) Inf ...e tirando a parte do artista a senhora acha que devem haver outros cuidados para a peça a peça ser bem :: **bem** apresentada obter bom sucesso? (DID-SP-234:173)

Os resultados obtidos tanto por Garcia (2003) quanto por Cucolo (2002) mostram que esse constituinte só vai para a posição inicial da oração se houver uma forte razão para isso, como por exemplo, a atribuição de uma função pragmática.

Função Pragmática, para a GF, concerne ao estatuto informacional dos constituintes da oração em relação ao contexto comunicacional mais amplo em que é empregada. Por contexto comunicacional deve-se entender a avaliação do Emissor a respeito da informação pragmática do Destinatário no momento da interação verbal. Sendo assim há duas funções pragmáticas intra-oracionais: *Foco e Tópico*.

A análise dos dados revela, no entanto, que ao σ_1 em posição inicial nunca é atribuída a função de Tópico; em outras palavras, nossos dados mostram que σ_1 em posição inicial sempre desempenha a função de Foco.

A função Foco de uma expressão lingüística, segundo a GF, é a informação relativamente mais importante ou saliente num dado contexto de interação verbal, e avaliada pelo Emissor como essencial para ser integrada à informação pragmática do Destinatário. A informação focal se refere então às mudanças que o falante deseja provocar na informação pragmática do destinatário. Essas mudanças podem assumir diferentes formas: o falante pode adicionar partes de informação na informação pragmática do destinatário ou pode substituir alguma parte de informação que ele acredita que o destinatário tenha por outra que ele próprio possui. Em qualquer caso deve haver alguma diferença entre a

informação pragmática do falante e o quadro que ele faz da informação pragmática do destinatário.

Desse modo, a informação focal é apresentada como "nova" para o destinatário. Há casos, no entanto, em que a informação focalizada nem sempre é totalmente nova, mas é colocada em foco em virtude de algum contraste implícito ou explícito com alguma parte da informação.

Para expressar as formas de se chamar a atenção para uma parte determinada da informação que o emissor deseja passar para o destinatário, as línguas dispõem de mecanismos lingüísticos específicos: 1. proeminência prosódica; 2. partículas especiais; 3. clivagem e pseudo-clivagem; 4. interrogação e 5. posição especial.

Considerando-se as razões pragmáticas que fundamentam a escolha do Foco de uma expressão lingüística, podem-se distinguir dois tipos de Foco: Novo (ou Completivo), que não envolve nenhum contraste; e Contrastivo, que implica contraste entre o constituinte Foco e partes alternativas de informação, que, por sua vez, podem ser apresentadas de forma explícita ou pressuposta.

(34) apresenta um σ_1 Companhia a que foi atribuída a função Foco para estabelecer um contraste com uma parte de informação implícita. Nesse caso, é perfeitamente possível inferir-se que o pai não mais permitiu que a informante tivesse aulas de natação com aquele professor, podendo, no entanto, ser possível com outro instrutor. Nesse caso ocorre um Foco Contrastivo Restritivo, já que a falante corrige a informação pragmática do documentador ao restringir um conjunto de itens pressupostos àquele que considera ter os valores para a posição envolvida.

(34) Inf. ...meu pai resolveu botar um professor...primeira vez foi Ele que quis me ensinar a nadar me lembro que me amarrou uma corda me deixou FROUxa e quase...quase me afogou digo "aí também não quis mais...ai **com ele** meu pai não quis mais... (DID-POA-45:364).

Os resultados da análise dos dados revelam ainda que dentre os satélites de predicado, Instrumento é o que predomina em posição inicial, perfazendo 43,4% dos casos encontrados (10/23). Instrumento requer um EsCo [+ controlado] na predicação nuclear, conforme se observa em (35). Nesse caso, o EsCo é uma Ação, pois se caracteriza como dinâmico e controlado, isto é, exige que o primeiro argumento seja um Agente, que nesse caso é *nós*.

(35) Inf. ...o teste tuberculínico também serve para eh: esclarecer como vocês viram o: exame radiológico então **através do teste tuberculínico nós eh ::**

identificamos se aquela lesão que apareceu na radiografia é realmente de tuberculose ou não...a localização da tuberculose... (EF-SSA-46:164)

Os satélites de Modo em posição inicial têm uma frequência de 21,7% (5/23), conforme exemplifica (36). Beneficiário e Companhia, por sua vez, ocorrem nessa posição com frequência de 17,4% (4/23), como mostram respectivamente (37) e (34) acima.

(36) Doc. ...quais são os tipos de carne assim que você come...como...**de que modo**...essa carne é preparada? (DID-RJ-328:403)

Nessa ocorrência, o satélite de Modo tem a função de Foco Novo (ou Completivo), uma vez que não envolve nenhum contraste e apresenta uma informação solicitada no par pergunta-resposta. Cabe lembrar que todo elemento interrogado constitui um Foco Novo, já que ele apresenta a lacuna existente entre a informação pragmática dos dois interlocutores, tornando-se, portanto, a informação mais importante nesse momento de interação verbal.

(37) Doc. agora ...você que come bem carne...está habituada...quais são os tipos de carne assim que você come...como...de que modo...essa carne é preparada
Loc. **aqui em casa** geralmente a titia compra muito é alcatra...chá-de-dentro...quando ela quer fazer assim carne picada...né...aqui em casa a gente usa muita carne. (DID-RJ-328:405)

O satélite destacado em (37) foi aqui analisado como um Beneficiário, já que a expressão *aqui em casa* não remete ao lugar em que se compra a carne, mas sim à instituição em cujo benefício o EsCo *compra muito é alcatra* é efetuado. Dessa maneira, embora a forma, num primeiro momento, leve a considerar que *aqui em casa* seja um satélite de lugar, uma leitura um pouco mais atenta demonstra que tal expressão é um satélite que adiciona um participante Beneficiário ao EsCo, em vez de localizá-lo espacialmente.

Os satélites de nível 2 em posição inicial

Os satélites de nível 2, como já mencionado, designam os cenários espacial, temporal, cognitivo e o cenário relativo a outro EsCo. Essa propriedade permite a esses constituintes maior liberdade de colocação na oração, conforme observa Câmara (2003). Em seu estudo, a autora detectou 31% de ocorrência de σ_2 em

posição final, 29% na posição imediatamente antes do verbo e 21% na posição inicial, conforme demonstram respectivamente (38-40).

(38) L1 com as crianças...então...esperamos que não :: haja maiores problemas

L2 ahn ahn

L1 com o avançar dos anos...enfim...o futuro (D2-SP-360:58)

(39) L2 a sua família é grande?

L1 nós somos :: seis filhos

L2 e a do marido?

L1 e a do marido...eram doze **agora** são onze... (D2-SP-360:23)

(40) Doc e **aqui** no Rio de Janeiro desde de algum tempo pra cá a cidade...a população ta toda agitada com...com...

L1 com o quê

Doc com...com o imposto...e...com os aumentos...impostos (D2-RJ-355:828)

Como se observa, esses satélites se colocam predominantemente na posição final, pois são informações opcionais que se acrescentam à predicação, quando, para o falante, essa informação é relevante; pertencem, portanto, à dimensão de focalidade da oração. Apresentam, no entanto, forte tendência para se alocarem à esquerda do verbo, conforme mostra o trabalho de Cucolo (2002), que detectou em seus dados 91% de ocorrências de s_2 em posição inicial. Essa tendência está certamente relacionada à função pragmática exercida por esse constituinte na oração.

Tal como σ_1 , σ_2 pode exercer a função pragmática Foco quando carrega uma informação avaliada pelo Emissor como essencial para ser integrada à informação pragmática do Destinatário. 57,8% das ocorrências de σ_2 em posição inicial desempenham essa função pragmática. A ocorrência (41) exemplifica um caso de atribuição da função pragmática Foco a σ_2 .

(41) L2 os outros mesmos não se incumbem de colocá-la no lugar dela?

L1 bom...com uns **TAPas**...às vezes se coloca

L2 ahn

L1 mas com **palavras** ela não se coloca porque ela

L2 ahn

L1 aumenta a voz com os irmãos...não é?... (D2-SP-360:230)

Em (41), o satélite *Causa externa com uns tapas*, como se observa, estabelece um contraste com outra parte de informação explícita, o satélite *Causa externa com palavras*; são, portanto, constituintes Foco que estabelecem um contraste explícito entre duas partes de informação, sendo assim denominados Focos Paralelos. Por esta razão são alocados em posição inicial, reforçada pelo aumento de volume e alteração na frequência fundamental, indicados pelas letras maiúsculas na palavra *tapas*, na primeira ocorrência de Foco marcado.

Em (42), o satélite *hoje em dia* restringe o *EsCo são mais vazios* à atualidade da informante. Em outras palavras, a falante afirma que hoje os filmes exibidos não apresentam conteúdo, não emocionam mais, diferentemente dos de antigamente. Há um contraste claro entre o que ocorre *hoje* e o que acontecia *antigamente*, com relação aos filmes.

(42) Inf. ...eu noto que antigamente ti/ tinham filmes mais assim ::...com maior conteúdo mais e e éh :: os filmes eram mais...ahn ::...o pessoal...não sei hoje em dia não parece tanto filme como antigamente eu me lembro de vários filmes não lembro os nomes...éh :: eram filmes...que tocavam mais as pessoas hoje em dia os filmes são mais vazios sei lá... (DID-SP-234:376)

Deve-se, observar, no entanto, que um número considerável de ocorrências de σ_2 apresenta uma certa peculiaridade: são dêiticos, ou seja, indicam o quadro espacial ou temporal do *EsCo* relativo aos parâmetros do Centro Dêitico.

De acordo com Dik (1997), no início de qualquer discurso, se não for estabelecida outra expectativa, o cenário inicial é definido pelos parâmetros do Centro Dêitico: Falante, Ouvinte, Tempo e Lugar da fala. As coordenadas do centro Dêitico estão, então, pressupostas em qualquer discurso, dispensando, em princípio, apresentação. Ora, se uma dessas coordenadas é explicitamente apresentada, significa que tem uma maior relevância, isto é, é uma parte da informação que deve ser destacada para o ouvinte. Na verdade, a explicitação de um satélite dêitico indica haver sempre um contraste pressuposto entre o tempo real e aquele que ocorre contrário ao cenário dado; é o que se observa em (43), em que *hoje* contrasta com um outro tempo passado implícito no discurso nas desinências verbais de pretérito imperfeito (*podia, andávamos, tinha e fazia*) e na locução *naquele tempo*.

(43) Inf. ...mas a gente podia andar na :: na Avenida Farrapos andávamos em fila de SEIS naquele tempo não tinha moviMENTo...e ainda fazia zigzague né? para ver que hoje não dá nem para chegar uma bicicleta até ali...que é perigoso (DID-POA-45.294)

O mesmo se pode dizer com relação ao quadro espacial, conforme demonstra (44), em que *aqui em casa* claramente apresenta um contraste com um outro lugar pressuposto. É, portanto, um caso de Foco contrastivo Restritivo, ocupando a posição P1:

(44) Inf. nós fazemos carne assada nos domingos...aí titia durante a semana aproveita aquela carne assada vai pra máquina...pode também refogar...daí faz bolinho de carne que a gente chama de croquete...faz também muita almôndega **aqui em casa** a gente come muita almôndega...sabe?... (DID-RJ-328:446)

Dessa forma, as ocorrências de tempo e lugar dêiticos constituem naturalmente Focos Contrastivos. Esses casos não necessitam de marcação especial para indicar essa função pragmática.

Os outros 36,1% de casos (48/133) de σ_2 Foco são explicitamente assinalados por meio de mecanismos de marcação, como proeminência prosódica, partículas especiais e clivagem. A ocorrência (45) exemplifica um caso em que *futuramente* manifesta a função Foco por meio da partícula focalizadora *só*, que é reforçada, por sua vez, pela mudança na frequência fundamental da voz do informante, que é acompanhada pelo aumento do volume, indicado pelo uso de caracteres maiúsculos:

(45) Inf. isso na realidade...é um ensaio para futuramente...atendermos às normas jurídicas ao direito...nós estamos diariamente ensaiando...através da socialização como obedecer a ordenamentos não jurídicos...e **SÓ futuramente** como diz Carbonier...é que nós: entramos num é? para compreender e obedecer...um fenômeno do direito... (EF-RE-337:376)

Além da função Foco, ao σ_2 pode também, mais raramente (0,8%), ser atribuída a função de Tópico. Para Dik (1989), o Tópico é um conceito discursivo, já que qualquer discurso, tomado no sentido mais amplo de texto coerente, "fala" necessariamente a respeito de entidades. É essa entidade que ele denomina Tópico-Discursivo. Um discurso pode ter diferentes Tópicos-Discursivos, alguns mais centrais do que outros, por isso são hierarquicamente organizados.

Em sentido abstrato, pode-se considerar que um discurso contém um “estoque de tópicos”, vazio no início, que vai gradualmente sendo preenchido com Tópicos-Discursivos, conforme são introduzidos no discurso. Alguns Tópicos têm vida curta e desaparecem, outros são mais pervasivos e permanecem ao longo do discurso.

A função Tópico apresenta, então, a entidade sobre a qual se fala numa dada situação; em outras palavras, na predicação nós dizemos alguma coisa sobre o Tópico. Se um discurso aborda um certo Tópico, este deve ser introduzido em algum momento. Quando apresentado pela primeira vez, o Tópico-Discursivo é denominado Tópico-Novo (TN). O TN combina propriedades da dimensão de topicalidade e focalidade. É tópico na medida em que introduz uma entidade tópica no discurso e focal porque introduz esta entidade no discurso. Um Tópico, tendo sido introduzido no discurso como TN, pode ser tratado como Tópico dado (TD) subseqüentemente, criando-se assim uma “cadeia tópica”.

Uma vez introduzida uma entidade como TN, pode-se tratar não apenas aquela entidade como TD, mas também as entidades que podem ser inferidas do nosso conhecimento de mundo. Essas entidades podem ser chamadas de SubTópico (ST) de um TD. Se a cadeia é quebrada pela introdução de outro Tópico do Discurso, o TD pode ser reestabelecido na forma de um Tópico Retomado (TR), ou seja, quando uma entidade foi introduzida no discurso, mas deixa de ser mencionada por algum tempo, ela pode ser revivida ou reestabelecida na forma de um TR. Isso geralmente acontece quando vários tópicos diferentes foram introduzidos mas o discurso toma apenas um para desenvolver por algum tempo, abandonando os outros.

(46), em que L1 e L2 tratam da cidade de Olinda, exemplifica um caso de s_2 com função Tópico. O constituinte *na cidade pequena* representa a entidade sobre a qual se fala nessa unidade discursiva, já introduzida anteriormente; por isso constitui um Tópico Dado. Está claro que *a cidade pequena* é um epíteto usado para se referir à cidade de Olinda, possibilitando assim a continuidade da cadeia tópica.

(46) L2 você em Olinda ainda vê vez por outra um piano passar na cabeça... não vê mais a cantoria “minha mãe me deu com o machucador e o machucador deu em mim” (3 seg) eu já morei em Recife você sabe que eu já morei toda minha vida no Recife

L1 é a mesma coisa

L2 mas acho Olinda bem melhor

L1 é a mesma coisa você ah gosta mais de Olinda porque em Olinda está toda sua família você tem mais ambiente

L2 não não não não não não não

L1 é aquele negócio da realidade do sujeito que eu dizia ainda há pouco... não é uma realidade introspectiva não é a realidade do sujeito pra você

L2 **na cidade pequena** você tem menos solidão

L1 é melhor mas Olinda é uma cidade assassinada não existe Olinda foi não é (D2-RE-05:115)

Cucolo (2002) observa ainda que s_2 pode também desempenhar uma outra função pragmática, denominada Preparador de Cenário (*Stager*), em 41,3% das ocorrências. Essa função pragmática foi proposta por Hannay (1991) e depois retomada por Bolkestein (1998), que comprova sua relevância ao estudar construções latinas clássicas. Um constituinte com tal função tem como propósito situar, criar um cenário ou quadro para a ocorrência de um EsCo com relação às coordenadas de tempo, espaço e circunstância. Não tem, portanto, a função de fornecer resposta a uma pergunta (implícita) sobre informação concernente à localização, à temporalidade e às circunstâncias de um EsCo, nem de contrastá-la com outras partes de informação como o faz a função Foco. Seu papel é montar o cenário para realização do EsCo, como se observa em (47).

(47) L1 **na faculdade de medicina**...o professor...dá aula...só aula teórica ou só aula prática... (DID-SSA-231:622)

Nessa ocorrência, observa-se que o satélite sublinhado *na faculdade de medicina* não constitui o Foco da informação, uma vez que não estabelece contraste com outras partes de informação mas sim o cenário espacial para a ocorrência do EsCo *dar só aula teórica*. Aliás, a função Foco é desempenhada pelo constituinte *aula teórica*, que é marcado pelo focalizador *só*.

Os satélites de nível 2 com a função de Preparador de Cenário, na verdade, atendem ao Princípio de Iconicidade (DIK, 1989), segundo o qual, o conteúdo semântico e pragmático dos constituintes é iconicamente refletido na ordenação da expressão lingüística em que ocorrem. Ao fornecerem os parâmetros de espaço, tempo e circunstância para a ocorrência de um EsCo, esses constituintes preparam antecipadamente o palco para o desenvolvimento da cena expressa pelo EsCo, como se observa em (48):

(48) Inf. esse jantar dançante...é assim vamos (lá)...eles ah :: o primeiro jantar que tem eles chamam :: a ordem dos...a ordem dos BRUxos...o pessoal que organizou o jantar...então depois **naquele jantar** eles sorteiam outros casais...uns :: quatro casais...para Organizarem outro...jantar (DID-POA-45:23)

Em (48), *naquele jantar* define a circunstância em que o EsCo *eles sorteiam outros casais* ocorre. Por ser uma informação opcional, justifica-se sua anteposição pelo fato de conter uma informação considerada crucial pelo falante: o cenário do EsCo em questão.

Nossos resultados revelam, então, que os satélites de predicação em posição inicial, diferentemente dos de predicado, podem desempenhar três funções pragmáticas: Foco, Preparador de Cenário e, mais raramente, Tópico.

Os satélites de predicação (σ_2) em posição inicial apresentam-se mais na função semântica de Tempo (42,1%) e de Localização (31,3%). Os de Frequência também são encontrados com certa regularidade, totalizando 20,9% das ocorrências (48/230). Por outro lado, é baixa a incidência dos satélites de Circunstância (3,9%) e de Causa (1,3%). (49) ilustra um caso com a função semântica de Duração, que ocorre em apenas 0,4% dos casos.

(49) L2 e diariamente quase que diariamente eles chegam atrasados...outro dia...((risos)) num mês eles tiveram quinze atrasos...((risos)) quer dizer... (D2-SP-360:332)

Considerações finais

A atribuição de funções pragmáticas intra-oracionais aos satélites de nível 1 é rara, visto que a função desses constituintes não é a de oferecer um quadro que situe temporal, local e circunstancialmente o EsCo, como é a dos de σ_2 ; ao contrário, sua função é a de fornecer outras características adicionais ao EsCo, especificando-o, definindo-o. Por apresentar essa propriedade definidora de EsCo, esses satélites já estão implícitos na predicação nuclear, sendo, portanto, a pós-verbal a sua posição mais natural. Só se coloca em início de oração quando a ele for atribuída a função pragmática de Foco.

Os satélites de nível 2, por outro lado, apresentam maior liberdade de colocação que os de nível 1. Quando em posição inicial, podem desempenhar diferentes funções pragmáticas: Foco, Preparador de Cenário e Tópico.

A função mais atribuída aos constituintes alocados no início da oração é a de Foco, com 61,6% dos casos estudados. É necessário observar, no entanto, que σ_2 , quando expressos por dêiticos como *hoje*, *antigamente*, *atualmente* etc., são sempre Focos. Essa interpretação se justifica pela própria natureza dos dêiticos. Como já assinalado, a localização espacial e temporal de um EsCo é, em princípio, interpretada como relacionada ao Centro Dêitico (Falante, Ouvinte, Tempo e Lugar de fala), não havendo, portanto, necessidade de explicitá-la, a

menos que razões pragmáticas o exijam. Dessa forma, a explicitação do satélite de tempo e lugar dêitico tem uma motivação pragmática relevante, que é a de contrastar o tempo e o lugar do momento da enunciação com outro. Assim, se desconsiderarmos os dêiticos, restam apenas 48, num total de 133 ocorrências, de σ_2 como Foco. Desse modo, verifica-se então que a função pragmática mais freqüente desse tipo de satélite é a de Preparador de Cenário, com 95 ocorrências, correspondendo, portanto, a 66,4%.

Este estudo traz ainda uma contribuição importante para a descrição do português falado. Como já foi observado, Dik (1981, 1989) prevê apenas a posição P1 para alocar constituintes-P1 ou constituintes com funções pragmáticas de Tópico e Foco. Ocorrências como (50), no entanto, mostram que o Português, como outras línguas (DIK, 1989, p.364), necessita de mais posições à esquerda do verbo para alocar outros constituintes.

(50) Inf. [...] e podendo inclusive...eleger...representantes...para que esses mesmos representantes...sejam...seus porta vozes...possam com isso propor...legislar fazer ver inclusive ao poder executivo...ver que determinadas classes...são carentes de determinadas...questões...e que só **através desses representantes** é que evidentemente se pode chegar...a um denominador comum...ou a uma solução... (DID-RE-131:311)

Em (50), verifica-se que, apesar de o satélite *através desses representantes* ser o Foco da oração, marcado pela partícula *só*, ele não se coloca em P1, visto que ela já está ocupada pelo constituinte-P1, o relator subordinativo *que*. Dessa forma, esse satélite posiciona-se entre P1 e o satélite de nível três *evidentemente* que, por sua vez, coloca-se antes do predicado *se pode chegar*, gerando o padrão P1 Pa Pb (S) V O.

A análise dos dados revela que a grande maioria (81,8%) dos satélites antepostos ocupa a posição P1 (208/253), já em Pa, foram encontrados 45 satélites, o que perfaz 18,1% dos casos. A ocorrência (51) exemplifica um caso em que P1 é ocupada pelo σ_2 Locação *numa igreja*, com a função de Preparador de Cenário, e Pa, pelo σ_2 Tempo, o dêitico *hoje*, com função pragmática de Foco.

(51) Inf. há ainda uma terceira razão...((interferência de locutor acidental))...por ser no escuro...demonstra...que a imagem não foi feita...para decorar a caverna...ou para ser vista por outras pessoas...certo? por exemplo **numa igreja hoje** você tem imagens que representam...uma idéia religiosa uma série de coisas mas que estão lá para ser vistas também...a igreja é clara... (EF-SP-405:255)

Como se observa, nossos dados revelam que o português, a despeito de seu caráter posposicional, tende a abrigar uma gama variada de constituintes à esquerda do verbo, principalmente os que carregam função pragmática, atendendo assim ao Princípio de Relevância Pragmática, que determina que constituintes com função pragmática tendem a se posicionar em início de oração.

Com relação à disposição linear de σ_1 e σ_2 , pode-se afirmar que sua ordenação é determinada por dois princípios de ordenação de constituintes: o Princípio da Relevância Pragmática e o Princípio de Ordenação Icônica. De acordo com o primeiro, os constituintes com funcionalidade pragmática são preferencialmente colocados em posições especiais, principalmente a inicial; de acordo com o segundo, o conteúdo semântico e pragmático dos constituintes é iconicamente refletido na ordem da expressão lingüística em que ocorrem. Esse princípio é responsável principalmente pela ordenação dos constituintes com a função de Preparador de Cenário, uma vez que o cenário deve ser montado antes da apresentação da peça. Assim, o constituinte com essa função deve preceder o EsCo para preparar o palco onde se desenvolverá a cena.

PEZATTI, E. G.; CUCOLO, G. R. Adverbial constituents in clause-initial position. *Revista do GEL*, São Paulo, v.1, n.1, p.49-70, 2003.

□ **ABSTRACT:** *The purpose of this paper is to examine the predicate and predication from satellites that are placed in clause-initial position in spoken Brazilian Portuguese under the Functional Grammar perspective. The results support the hypothesis that the satellites placed on the left of the clause fulfill the intra-clausal pragmatic function of Topic, Focus or Stager.*

□ **KEYWORDS:** *Functionalism; word order; adverbial; pragmatic function.*

Referências

BOLKESTEIN, A. M. What to do with Topic and Focus? Evaluating pragmatic information. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Eds.). **Functional grammar and verbal interaction**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1998. p.193-214.

- CÂMARA, A. L. **A ordem dos satélites de nível 2 no português brasileiro falado**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/UNESP/CNPq, 2003.
- CUCOLO, G. R. **Os constituintes adverbiais de nível 1 e 2 em posição inicial da oração**. São José do Rio Preto. 2002. 80f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – São José do Rio Preto, 2002.
- DIK, S. **Functional grammar**. Dordrecht, Cinnaminson: Foris, 1981.
- _____. **The theory of function grammar: the structure of the clause**. Dordrecht: Foris, 1989. pte.1.
- _____. **The theory of functional grammar: complex and derived constructions**. New York: Mouton, 1997. pte.2.
- DIK, S. et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Eds.). **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1990. p.24-69.
- FIRBAS, J. Some aspects of Czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective. In: DANES, F. (Ed.). **Papers on functional sentence perspective**. Prague: Academic Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974. p.11-37.
- GARCIA, T. S. **A ordem dos satélites de nível 1 no português brasileiro falado**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/UNESP/CNPq, 2003.
- HANNAY, M. Pragmatic function assignment and word order variation in a functional grammar of English. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.16, p.131-155, 1991.
- JAKOBSON, R. Beitrag zur allgemeinen Kasuslehre. **Travaux du Cercle Linguistique de Prague**, Prague, v.6, p.240-288, 1936.
- KIM, A. H. Preverbal focusing and type XXIII languages. In: HAMMOND, M. (Ed.). **Studies in syntactic typology**. Amsterdam: Benjamins, 1988. p.147-169.
- KUNO, S. Japanese: a characteristic OV language. In: LEHMANN, W. P. (Ed.). **Syntactic typology**. Austin: University of Texas Press, 1978. p.57-138.
- TRUBETZKOY, N. S. Grundzüge der phonologie. **Travaux du Cercle Linguistique de Prague**, Prague, v.7, p.240-288, 1939.

FUNCIONALISMO E LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Maria Helena de Moura NEVES¹

▣ **RESUMO:** O trabalho defende que as noções teóricas básicas da Lingüística do Texto (LT) estão contidas nas propostas teóricas da Gramática Funcional (GF). Argumenta-se que, se a LT tem em vista a “competência textual”, só se pode admitir um aparato de análise que contemple o uso da língua produzindo sentidos para cumprir funções, isto é, uma teoria que faça, acima de tudo, a interpretação dos textos (interacionalmente motivados), que são, afinal, as reais unidades de uso.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística do texto; funcionalismo; competência textual.

Apresentação e discussão do tema

A Lingüística do Texto (LT)² é uma disciplina que vem há algumas décadas revolucionando os estudos lingüísticos. Condutora de muitos dos principais trabalhos que se têm preparado modernamente sobre os diferentes aspectos da investigação lingüística, ela evoluiu a partir de uma análise que nasceu como extensão da lingüística da frase, e que, portanto, via o texto como um encadeamento de frases³. Entretanto, ela consolidou-se exatamente como um

¹ Departamento de Pós-Graduação – Universidade Presbiteriana Mackenzie-UPM, 01302-907, São Paulo-SP, Brasil. Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, 14800-901, Araraquara-SP, Brasil. Pesquisadora do CNPq. E-mail: mhmneves@uol.com.br.

² Esse é o rótulo mais geral da disciplina, ao lado de “Lingüística Textual”, embora só possa tratar-se, a rigor, de uma investigação textual-interativa, textual-discursiva.

³ Cite-se Beaugrande (1997, p.1): “Defendo [...] a opinião de que a lingüística textual, originalmente, se formou para tratar melhor de certos problemas que já tinham aparecido na chamada lingüística oracional. Apenas posteriormente, ela foi interpretada como um contraprojeto.” Observe que li esse texto de Beaugrande

aparato de investigação que prescindia da consideração de instâncias menores pré-estabelecidas e pré-estudadas, porque fixa como objeto de estudo o texto em si e por si, assegurada, obviamente, sua inserção na instância de produção. Afinal, há de ser reconhecido, com Beaugrande (1997, p.4), que “[...] o trabalho com textos mudaria a paisagem teórica e prática da lingüística”.

Em 1983, Koch e Fávero registram como objeto de investigação da LT “[...] não mais a palavra ou a frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem”, e referem-se à LT como um novo ramo da Lingüística (KOCH; FÁVERO, 1983, p.11). Quase vinte anos depois, Vilela e Koch (2001, p.443) já observam que a afirmação de que a Lingüística Textual ou Teoria do Texto é um ramo recente da Lingüística vai perdendo a sua validade, pois a Lingüística do Texto, hoje, atingiu a maturidade.

De todo modo, é necessário buscar entender o que é, exatamente, “um ramo da Lingüística”, seja novo seja maduro. Uma proposta? Uma técnica? Uma metodologia de investigação? Ou simplesmente, e exatamente, o espaço de definição de uma nova unidade de análise até determinado momento não considerada como passível de investigação, a não ser para exame de aspectos estilísticos, e, portanto, fortuitos? Porque, com certeza, nenhum dos estudiosos que se têm dedicado a esse “ramo” pode invocá-lo como uma teoria, embora saibam todos muito bem que nenhuma investigação coerente se faz sem uma teoria que a sustente⁴. Por isso mesmo, nos diversos trabalhos consistentes da LT aparecem, necessariamente, marcas avulsas de sustentações teóricas, às vezes declaradas, mas na maior parte das vezes, não.

Está afirmado em Koch e Fávero (1983, p.17) que gramática textual não é um tipo específico de gramática, como a estrutural, a gerativo-transformacional ou a funcional, mas que fragmentos de gramáticas textuais podem ser formulados em termos de qualquer um destes modelos.

Entretanto, teorias do texto já foram formuladas para abrigar essa disciplina⁵, como fez, por exemplo, Petöfi (1971, 1972), que colocou a gramática do texto no arcabouço mais amplo de uma teoria do texto que abrigava um

quando este artigo já estava praticamente pronto. Entretanto, no texto encontrei importante respaldo para o que defendo, e, por isso, dele me valho seguidas vezes nesta Introdução.

⁴ Pertinente neste ponto é retomar a citação que Beaugrande (1997, p.5) faz de Heinemann e Viehweger (1991), os quais “[...] se referem a um considerável déficit teórico na lingüística textual e à necessidade de estabelecer um fundamento para esta disciplina”.

⁵ Como já indiquei aqui, a Lingüística do Texto começou como uma investigação transfrástica. Agora se aponta que ela passou por uma fase de elaboração de gramáticas textuais antes de chegar a uma Lingüística que parte do texto para buscar seqüências menores (CONTE, 1977). Acresça-se a esse percurso o avanço a partir de uma investigação que se fixava na rede textual para uma investigação que abrange toda a organização textual-interativa.

componente transformacional atuando sobre uma representação semântica⁶. Citando Pêtöfi (1979), Beaugrande (1997, p.1) refere-se à “confrontação entre lingüística textual e lingüística oracional, que se estendeu dos anos 60, 70 até os anos 80”, como “pouco satisfatória”⁷. Quem não se lembra, ainda, da proposta de Van Dijk (1972)⁸ de uma gramática gerativa do texto semelhante à gramática da frase, e da conseqüente polêmica com Dascal e Margalit (1974)⁹, que já asseguravam a impossibilidade desse tratamento?

⁶ Petöfi (1971), considerando as gramáticas de frase como incapazes de tratar devidamente os fenômenos lingüísticos, sugere uma interpretação lingüístico-semântica e também lógico-semântica da estrutura profunda, e, assim, une a semântica gerativa e a gramática interpretativa, nas suas propostas de uma gramática de texto. Petöfi (1972) põe em consideração os problemas teóricos fundamentais do modelo de frase da gramática transformacional de frases, bem como os desenvolvimentos posteriores que dizem respeito à representação semântica. Compara os dois modelos, mas a descrição adotada é a que o autor chama co-textual, isto é, a que repousa apenas sobre a informação que pode ser atingida com o auxílio de uma gramática explicitamente construída. A descrição gramatical do texto é vista como uma generalização da descrição gramatical da frase. Trabalhos subseqüentes do autor, entretanto, incluem aspectos da comunicação verbal na teoria do texto: Petöfi (1973) parte da mesma hipótese de que a gramática de texto pode e deve ser considerada como uma generalização da gramática de frase, mas leva em consideração não apenas as propriedades internas da estrutura textual (o co-texto), mas, ainda, os aspectos pragmáticos da comunicação verbal (o con-texto); Petöfi (1974) considera que a tarefa da teoria de texto é a reconstrução da atividade comunicativa verbal, e, por isso, a teoria é definida como “teoria da estrutura do texto – estrutura da comunicação”. A descrição dessa atividade levará à individualização de estratégias para a produção e compreensão dos textos. Estudam-se, ainda, as relações entre o mundo manifestado pela estrutura verbal e o mundo real, que não é, porém, a realidade objetiva definida e representada na mente do falante, mas é o mundo manifestado em doutrinas, normas jurídicas, ideologias, ciências. A teoria que opera o confronto desses mundos é chamada “teoria da estrutura do texto-estrutura do mundo”. Petöfi (1975) apresenta como componentes da representação semântica do texto: o conjunto de descrições de objetos referidos; o conjunto de proposições representadas; o conjunto de redes temáticas; a referência temporal; o conjunto de redes comunicativas; as relações entre os objetos do discurso. Esses componentes determinam a coerência tanto no nível superficial como no de estrutura profunda. Chega-se à coerência, determinada por esses componentes, tanto no nível superficial como no de estrutura profunda.

⁷ Especifica Beaugrande (1997, p.1): “A primeira confrontação é bastante conhecida: trata-se da dicotomia lingüística descritiva vs. lingüística gerativa. A primeira lingüística textual foi representada em ambas as correntes; na lingüística descritiva, o texto foi interpretado como ‘a unidade que ocupa, na hierarquia do sistema lingüístico, o próximo grau superior à oração’, e para a lingüística gerativa, o texto representou ‘uma seqüência bem formada de orações bem formadas’. Estas duas correntes, até então, tiveram pouco contato com o texto; cada uma por suas próprias razões: na lingüística descritiva, por exemplo, Bloomfield (1933) definiu a oração explicitamente como ‘a maior unidade lingüística’; e, na gramática gerativa, a oração se tornou axiomática. A definição de uma língua como ‘conjunto infinito de orações’ (CHOMSKY, 1957) fez com que a análise de unidades maiores aparecesse infrutífera.”

⁸ Van Dijk (1972) propõe uma gramática de texto de base semântico-gerativa na qual regras de base geram textos, não frases. A categoria maior dessa gramática é, pois, T (texto), e não S (frase; inglês: sentence). Para a defesa de uma gramática de texto, ele apresenta argumentos metodológicos e empíricos: metodologicamente, o argumento é que o domínio natural da gramática é o discurso, não as frases; empiricamente, revê-se a noção de competência de Chomsky (1957), com base na pesquisa psicolingüística. Van Dijk (1973) estuda mais acuradamente, na base da lógica natural, a estrutura profunda do texto defendida em Van Dijk (1972). Sugere a existência de uma lógica do texto, que gera representações lógicas das seqüências e especifica as regras de derivação.

⁹ Dascal e Margalit (1974), examinando os argumentos apresentados a favor da substituição das gramáticas de frase existentes por uma gramática de texto, concluem que eles não provêm uma base satisfatória para

Obviamente tais tentativas não puderam ser levadas adiante, pela própria incompatibilidade entre o fundamento teórico escolhido para sustentação da análise e o objeto de análise. Com efeito, se o que se tem em vista, na LT, é a competência textual do falante, isto é, o conjunto de “habilidades do usuário da língua” (KOCH; FÁVERO, 1983, p.14), só se pode admitir um aparato de análise que se volte para a língua em uso, isto é, uma teoria que contemple o uso da língua produzindo sentido para cumprir funções¹⁰. Parece muito evidente que a competência textual a que a Lingüística do Texto visa tem abrigo exatamente naquilo que constitui o denominador comum das mais diversas teorias funcionalistas: a proposição da competência comunicativa como objeto de exame (HYMES, 1974), e, portanto, o direcionamento do exame para o uso lingüístico¹¹.

Uma gramática funcional (GF), com efeito, faz a interpretação dos elementos que compõem as estruturas da língua (tendo em vista suas funções dentro de todo o sistema lingüístico) e a interpretação do sistema (tendo em vista os componentes funcionais), mas faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são considerados as unidades de uso. Como está em Neves (1997, p.25), em referência às propostas do funcionalista Givón (1984, p.40), o que se põe sob observação é não apenas o modo como se dá a concatenação das proposições, mas também as regras textuais a que as proposições devem ser submetidas para que não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na composição lingüística.

Incorpora-se nessa visão a integração dos diversos componentes – sintático, semântico e pragmático – o que representa o abandono do tratamento modular e a adoção do relacionamento de domínios funcionais: mais especificamente, propõe-se uma teoria funcional da sintaxe e da semântica que se desenvolva dentro de uma teoria pragmática. Se tal teoria abriga como regras não apenas

essa substituição. O abandono da gramática de frase pela de texto implicaria perda de precisão, o que significaria a renúncia ao que de mais importante se conseguiu com a revolução de Chomsky (1957): o estabelecimento da formalização na teoria lingüística.

¹⁰ Beaugrande (1997, p.5-6) diz que “é indispensável verificar – através de investigações empíricas num corpus de dados muito grande, como aquele do ‘banco de inglês’ na Universidade de Birmingham – o grau de formalidade ou funcionalidade que nossa próxima geração de teorias deveria ter (BEAUGRANDE, 1994, 1996a, 1996b); nisso, estaria o meu lema: tão funcional como possível e tão formal como necessário”. E acrescenta: “Tal gramática, conforme o modelo funcional de Halliday, também apresentei no meu novo livro sobre ‘os fundamentos’ (BEAUGRANDE, 1996a)”. A proposta de Beaugrande é que se coloque “a gramática numa base tríplice, i.e. lingüística, cognitiva e social” (1997, p.5) e que se use o termo ‘ciência do texto’ em vez de ‘lingüística textual’, já que os pesquisadores com formação na lingüística textual “deverão compreender-se antes como peritos de texto e colaboradores numa ampla ‘ciência transdisciplinar’”, na qual as perguntas relevantes, “que não são apenas ‘lingüísticas’ no sentido comum deste termo [...] são analisadas e respondidas multidimensionalmente” (1997, p.9).

¹¹ Muito freqüentemente os trabalhos de LT se referem ao objeto “competência comunicativa”, e alguns citam Hymes (1974).

aquelas que governam a constituição das expressões lingüísticas mas também as que governam os padrões de interação verbal, e se as primeiras são apenas instrumentais em relação a estas últimas (DIK, 1989, 1997), fica assentado que o fim último da busca de explicação se situa nos modos de uso das expressões lingüísticas. As frases são, em última análise, correspondentes lingüísticos de atos de fala, e, portanto, nada mais são do que a ponta de saída do esquema interacional¹². É um esquema, pois, em que a pragmática deixa de entrar como simples perspectiva para integrar uma gramática regulada pelas funções da linguagem, entendido que os componentes fundamentais do significado são os componentes funcionais. Ficam abrigadas na teoria as relações naturais entre discurso e gramática, tudo a partir da noção de que a produção do enunciado resulta da complicada troca que é a interação lingüística. Como aponto em Neves (2002, p.175), o que se faz nas propostas funcionalistas é falar de gramática falando de funcionamento e de funções, é configurar a gramática olhando para além da expressão lingüística, e, nesse tipo de análise, as estruturas que se ponham em exame "[...] constituirão, em princípio, amostras de cadeias que apenas medeiam, não estabelecem, a interação, cadeias representativas de um determinado momento de equilíbrio instável da língua."

Assim, o que está em consideração não é uma estrutura estanque e absolutamente autônoma, mas um sistema que, a partir de estruturas cognitivas expandidas de centros categoriais¹³, se revele em contínuo processo acomodativo (DU BOIS, 1985). Reconhece-se um embate entre pressões internas e pressões de ordem comunicativa, tais como os interesses dos interlocutores (a governar as atitudes), as necessidades informativas (a marcar com diferentes pesos as diferentes porções do enunciado) e as necessidades retóricas (a conferir relevo às diferentes instâncias da elocução). Porque dinâmicos e sensíveis às pressões do funcionamento lingüístico, os sistemas lingüísticos se prestam a uma adaptação contínua mas sempre equilibrada, dirigida para a satisfação das necessidades comunicativas dos falantes, o que leva ao reconhecimento de que, em qualquer estágio, a gramática é emergente (HOPPER, 1987).

¹² Não se trata, pois, daquela consideração de uma simples interpretação pragmática pela qual "introduziram-se 'atos de fala' como unidades ideais cuja relação com as unidades práticas da comunicação ficou inexplicada", de que fala Beaugrande (1997, p.4), citando Schegloff (1992).

¹³ Mondada e Dubois (1995, p.275) falam em "instabilidade constitutiva das categorias", defendendo que a prática de produção e de interpretação dos textos é atribuível a uma "[...] construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo". Assim, o sujeito constrói o mundo no curso da realização de suas atividades e o torna estável graças às categorias, especialmente às manifestadas no discurso.

Beaugrande (1997, p.4) afirma que a abertura da lingüística em respeito à semântica e à pragmática aconteceu “[...] como o primeiro movimento em direção à lingüística textual”¹⁴.

Nesse mesmo terreno, é notável a confluência de atenção entre a GF e a LT quanto à postulação de uma não-discretização, ou seja, quanto à noção de gradação no estabelecimento de entidades. Como diz Barros (1999, p.4), “[...] são os fatos lingüísticos instáveis, aqueles que não se resolvem como ‘ou isto ou aquilo’ que instigam os estudiosos da linguagem e os do discurso e do texto, antes de todos.”

Esse equilíbrio instável e essa fluidez de limites entre as entidades é, na verdade, o que o tratamento funcionalista coloca especialmente sob exame, na busca de entender como se obtém a comunicação com a linguagem, sempre implicados a necessidade e o desejo de sucesso na interação, ou seja, o cumprimento das metafunções da linguagem. O mais importante a destacar, acredito, é a proposta funcionalista de uma construção de sentido operando-se no fazer do texto, subordinando-se o exame das manifestações lingüísticas ao cumprimento das funções da linguagem, por via da consideração dos propósitos que fundamentam os usos da linguagem (HALLIDAY, 1985).

Acredito que qualquer dos temas que vêm sendo tratados na LT pode prestar-se à verificação de grandes pontos de harmonização entre as propostas da GF e os estudos da LT. Para condução das reflexões que aqui se trazem, vou tomar um dos processos básicos de constituição do enunciado, a referenciação, extensivamente tratado nos trabalhos mais recentes de LT, e vou pôr sob exame análises abrigadas na LT e abrigadas na GF a fim de comparar as propostas, considerando a hipótese de que elas se harmonizam. Interfere na reflexão uma categoria central do componente pragmático que o Funcionalismo (DIK, 1989, 1997) considera integrado à gramática, o Tópico (seja frasal seja discursivo), que, juntamente com o Foco, permite que os eventos descritos no discurso e as entidades neles envolvidas tenham sua importância comunicativa e sua relevância relativa estabelecidas¹⁵. O tópico discursivo, matéria e inspiração de grandes trabalhos da LT¹⁶, é uma entidade de estatuto teórico no modelo

¹⁴ À lingüística textual Beaugrande (1997, p.5) atribui um feito histórico, quando diz que ela “[...] livrou a semântica e a pragmática da sua camisa-de-força formal-interpretativa” e que ela “[...] dispôs-se a incluir os resultados de diferentes correntes de pesquisa, como a perspectiva funcional da frase da Escola de Praga (por ex.: Danes, Firbas), a teoria soviética de ação (por ex.: Leon’tev, Lurija), a teoria britânica do sistema lingüístico (por ex.: Halliday e Hasan), a psicologia cognitiva (por ex.: Kintsch, Rumelhart) e a inteligência artificial (por ex.: Schank, Woods).”

¹⁵ O capítulo 13 do v.1 de Dik (1997), denominado Pragmatic functions, dedica-se ao estudo das entidades Topic e Focus bem como das propriedades topicality e focality. Nos capítulos 13 e 14 do v.2, o autor volta a tratar do Foco.

¹⁶ Seja exemplo o conjunto de trabalhos do grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto “Gramática do Português Falado”, de que invoco especialmente alguns que tratam mais marcadamente da organização

funcionalista, e nenhum desses trabalhos deixa, de, em última análise, invocar tais postulados teóricos.

Uma incursão pelo estudo da referenciação

No estudo da referenciação, em ambas as modalidades de estudo, é central a consideração da progressão referencial relacionada à progressão tópica.

Iniciemos pela assunção básica da LT¹⁷ de que o processo de referenciação não se reduz à identificação de objetos da realidade, mas diz respeito à própria constituição do texto como uma rede em que referentes são introduzidos como objetos-de-discurso (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995), e como tais são mantidos, segundo determinadas estratégias dependentes da formulação textual. Em ligação com a progressão ou a manutenção referencial que mapeia a teia do texto – preservação de referentes introduzidos, introdução de novos referentes, retomada e reintrodução de uns ou de outros, projeções referenciais – entende-se, pois, que se delinea a progressão ou a manutenção tópica, que sustenta a organização informativa e dirige o fluxo de informação.

Exatamente sobre isso diz a GF que todo o discurso é "sobre" alguma entidade (o tópico discursivo), que tem de ser apresentada pela primeira vez (o tópico novo) (DIK, 1997, p.314). Os tópicos discursivos podem ser vários, e podem ser hierarquizados (isto é, um pode ser mais central), eles podem ser de uma parte maior ou menor do discurso (livro, capítulo, seção, parágrafo, frase), podem ser seqüencialmente organizados ou ser não-relacionados, etc. Abstratamente, no discurso há um estoque de tópicos: vazio, no início, mas, depois, gradualmente, preenchido. Alguns tópicos desaparecem logo, outros ficam vivos durante todo o discurso, etc.

Tratando da categorização, que configura nominalmente as entidades, mostram os estudos de LT que um objeto pode ter sido configurado apenas discursivamente no texto e não ter ainda recebido nenhuma designação, isto é,

tópica da interação: Jubran et al. (1992); Jubran (1993, 1996a, 1996b, 1999); Koch (1999), que, na p.183, cita a Escola Funcionalista de Praga; Marcuschi (1996, 1999), que invoca o princípio funcionalista da iconicidade das formas; Risso, Silva e Urbano (1996), que, na p.45, falam em "[...] matizes mais ou menos flexíveis de oscilações, dentro dos quais é possível situar a 'classe' dos marcadores conversacionais", e, mais adiante, voltam a invocar esse princípio de base funcionalista que, na organização das categorias e dos elementos, concebe um continuum característico de uma série em movimento, com elementos mais típicos e mais modelares e elementos menos típicos e menos modelares, continuum que "[...] se tem revelado, em várias circunstâncias, como bastante pertinente para a definição e qualificação das configurações discursivas, em geral" (p.58); Travaglia (1999).

¹⁷ Eu mesma já iniciei um artigo com essas indicações (NEVES, 2001, p.993).

não ter sido categorizado. Pode, também, já ter sido nomeado, e, nesse caso, pode ocorrer uma recategorização. É uma vez que toda designação referente a uma porção de texto constitui, de certo modo, uma predicação, ou seja, uma atribuição de propriedades ao objeto designado, as duas designações – a inicial e a remissiva – estarão necessariamente enfeixando um conjunto de propriedades predicativas, e não totalmente coincidentes. Além de operar em termos de intensão (o que representa uma operação sobre a própria categorização inicial), a recategorização pode operar em termos de extensão, sem que a primeira categorização fique afetada. Nesses termos, a recategorização pode operar ampliação ou redução, fragmentação ou condensação do objeto, permanecendo inalterada a categorização lexical.

Disso cuida a GF quando trata da introdução primeira de um tópico (tópico novo) bem como da reintrodução de um tópico e de sua consideração, nesse caso, como tópico dado (DIK, 1997, p.314). O tópico novo é associado por Dik (1997, p.312) à outra categoria do componente pragmático, a focalidade: quando um novo participante é introduzido no discurso, ele é parte do gerenciamento da focalidade, porque concerne a entidades sobre as quais o falante quer dizer algo.

Na LT, uma reflexão básica diz respeito à cadeia referencial do texto, sendo ponto-chave das reflexões a coesão referencial, “[...] aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual” (KOCH, 1989, p.30).

O funcionalista Halliday (1985) atribui à adequação dos processos de textualização, isto é, ao bom cumprimento da função textual – aquela que confere relevância às outras duas, a ideacional e a interpessoal – a possibilidade de recuperação de um referente a partir de um item mencionado anteriormente no texto. Dik (1997, p.319) fala em “cadeia fórica” e “cadeia tópica” ao explicitar as estratégias de manutenção de tópico dado, ressaltando que os falantes usam estratégias destinadas a manter um tópico dado até quando ele for relevante para a comunicação. Falando da referência anafórica, ele especifica expedientes pelos quais o tópico dado é conservado vivo para posterior referência.

Quanto à identificabilidade e à acessibilidade, dizem os estudos de LT que uma referencição textual é bem sucedida quando o ouvinte consegue identificar o referente do discurso no ponto em que essa operação lhe é solicitada, e tal identificação ocorre quando o falante a deixou acessível. Isso configura duas propriedades da referencialidade no discurso, a identificabilidade e a acessibilidade, ambas ligadas à distribuição de informação, dependentes do contínuo em que se distribuem o dado e o novo no discurso (NEVES, 2001, p.995)¹⁸.

¹⁸ Vejam-se as referências a Du Bois (1985) e a Hopper (1987) na Introdução.

Para Chafe (1996, p.42), ambas as propriedades implicam associação com outras idéias. A acessibilidade, porém, requer uma espécie mais direta e imediata de inferência, já que não se limita a pessoas, objetos e abstrações, mas estende-se a eventos e estados. Na identificabilidade, propõe Chafe, estão implicados: em primeiro lugar, o julgamento, pelo falante, de que o conhecimento do referente a que se remete já é compartilhado (direta ou indiretamente) com o ouvinte; a seguir, a escolha, pelo falante, de uma linguagem com tal rigor de categorização que todos os referentes compartilhados por ele e pelo ouvinte se reduzam ao que está em questão; e, afinal, o julgamento, pelo falante, de que esse referente particular é o exemplar mais saliente da categoria, dentro daquele contexto¹⁹.

A GF (DIK, 1997, p.131) trata da disponibilidade de referentes, apontando como suas potenciais fontes:

a) a informação de longo termo de que dispõem os interlocutores, como em:

O sol já está todo além da linha do horizonte.²⁰

b) a informação introduzida em segmento precedente do texto, como em:

Entraram num pequeno cômodo de chão batido, iluminado por filô, cuja luz incidia sobre duas ou três enroladas (ao lado das quais estava deitado **um cachorro**) e sobre um velho toro de cedro chanfrando nas extremidades – um cepo, alguma coisa que podia servir de assento. Ao pressenti-los, o **cachorro** pôs-se de pé e entrou a latir; olhava para Jenner e Ricardo com o ar de espanto, orelhas fitas.

c) a construção do referente com base em informação perceptualmente disponível na situação, como em:

– Você está vendo **a bacia** daí?

d) a inferência da identidade do referente a partir de informação disponível em qualquer das outras fontes (a) – (d), como em:

Cada Estado tem de ceder duas pessoas para a comissão de alimentação, que tem a tarefa de cozinhar para os 600 sem-terra. **A comida** tem sido elogiada. O **prato** pode ser completado até onde permite a Lei da Gravidade, mas é proibido repetir.

¹⁹ Está em questão, mais uma vez, a instabilidade das categorias, que leva à noção de prototipia (TAYLOR, 1989).

²⁰ Os trechos usados para exemplificação foram retirados do banco de dados do Laboratório de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Câmpus de Araraquara, que abriga mais de cem milhões de ocorrências. Neste trabalho, não se considerou necessária a indicação da fonte de referência em cada exemplo.

Outro tema bastante tratado no estudo da referenciação, na LT, é a retomada de antecedente anafórico em situações mais complicadas. Há um exemplo de Charolles e Schnedecker (1993) constantemente invocado para ilustrar a discussão sobre a necessidade que existe, em certas situações, de escolha de um entre dois sintagmas nominais, como antecedente de uma anáfora, quando a remissão se segue a um processo transformador. Sugere-se que o primeiro referente apontado no discurso confere de algum modo à mistura sua categorização lingüística, como está em:

Ele verteu uísque em um copo. Acrescentou água e o bebeu.

Ele verteu água em um copo. Acrescentou uísque e a bebeu.

mas que isso ocorre especialmente se o primeiro referente apontado indica maior proporção do que o segundo, como está em:

Ele verteu três dedos de uísque em um copo. Acrescentou um pouquinho de água e o bebeu.

Ele verteu três dedos de água em um copo. Acrescentou um pouquinho de uísque e o bebeu.

Dik (1989, 1997) refere-se às estratégias pelas quais um TD que não foi mencionado durante algum tempo é revivescido e reestabelecido no discurso como um tópico retomado.

Também é recorrente, no estado atual da LT, a investigação da anáfora associativa, um tipo de anáfora nominal não-correferencial (CHAROLLES, 1994, p.67) pelo qual se introduz como conhecido um referente que ainda não foi explicitamente mencionado no contexto anterior mas que pode ser identificado com base em informação introduzida previamente no universo de discurso, configurada em um outro referente disponível no contexto:

O Cruz, tendo mais uma de suas idéias malucas, determinou que seria uma boa realizar uma sessão literária naquela cidade. Por intermédio de amigos conseguiu o sinal verde da prefeitura, para realizar a sessão **no coreto da praça principal e única**, e do delegado de polícia, para que o sarau se realizasse à noite e que se estendesse, caso necessário, até a madrugada.

Nesse enunciado, existe uma referência textual indireta, pela qual um novo referente – *coreto* – é introduzido como elemento anafórico. Entretanto, ele é anafórico não do referente de uma expressão antecedente – *cidade* – mas, sim, por via desse referente (KLEIBER, 1999, p.339).

Em muitos pontos a relação associativa difere da correferência, e, para mostrar isso, Charolles (1999, p.313) indica, especialmente, o fato de que o sintagma nominal anafórico associativo, diferentemente do correferencial, é novo, isto é, até a sua ocorrência “[...] a entidade não tinha sido mencionada, e, conseqüentemente, não era parte do conjunto de entidades já introduzidas no modelo do discurso.”

Desse modo, pode-se afirmar que a anáfora associativa introduz – e, não, remete a – um objeto de discurso, ou seja, ela cria um referente textual. A interpretação das seqüências associativas regularmente se assenta em informações já registradas, mas só ocorre em função do compartilhamento de conhecimento entre os interlocutores, e em função de estereótipos culturais (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.367) que cercam a interlocução. A anáfora associativa introduz um referente novo no discurso, e, por isso, nunca ocorre que o antecedente do sintagma anafórico associativo proporcione acesso direto desse sintagma ao referente. Segundo Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p.10) é fator da anáfora associativa a existência de diferença entre o referente que a opera e aquele que, do ponto de vista referencial, serve de fonte para a associação, isto é, aquele que constituiu menção prévia.

A expressão “anáfora associativa”, segundo Apothéloz (1995, p.40), designa o processo operado por sintagmas nominais que apresentam, como características, de um lado, a dependência interpretativa relativa a um referente previamente introduzido ou designado, e, de outro lado, a não-correferência com a prévia designação desse referente. Desse modo, na anáfora associativa, o referente é apresentado como já conhecido ou como identificável, sem ter sido já designado e sem que seja indicada sua relação com outros referentes ou com outra informação já apresentada. Traços comumente aceitos da anáfora associativa são: a expressão de um novo referente anafórico, a relação de parte com todo nessa anáfora, e a conexão estereotípica (KLEIBER, 1994).

Dessa questão trata a GF (DIK, 1989, 1997), referindo-se ao fato de que, às vezes, dado um certo tópico, podemos falar de um outro tópico relacionado com ele como se já tivesse sido introduzido antes (*festa e música*), caso em que o segundo (*música*) pode ser chamado de subtópico. O que garante isso é o conhecimento comum de que existe música nas festas. Quer dizer que, depois que um tópico novo x foi introduzido no discurso, pode-se continuar a falar não apenas de x, mas também de todos os subtópicos que se julga que estão disponíveis para o ouvinte, com base na informação pragmática acessível, uma vez que x está disponível para ele.

Em todos os casos, o esquema, o *script* ou o *frame* que estão nas mentes (CHAFE, 1994, p.122), garantem as inferências que levam ao estabelecimento

da relação associativa necessária à interpretação dos referentes. Isso ocorre porque a anáfora deixa transparente o estatuto da relação que une as duas referências envolvidas, e, além disso, essa relação não tem a sua validade condicionada pelo contexto, isto é, tem genericidade.

O funcionalista Dik (1997, p.315) propõe parâmetros para essa investigação lançando a pergunta: "Que espécies de subtópicos podem ser associados a um determinado tópico dado?". E responde que essa associação ocorre quando há uma relação de inferência (DIK, 1997, p.324), isto é, quando o ouvinte é capaz de reconstruir alguma ligação, tomando o cuidado de indicar que, obviamente, algumas ligações são mais fáceis e previsíveis que outras.

Conclusão

Início as conclusões com considerações que fiz em Neves (2001, p.996), no propósito de defender que a anáfora referencial é mais do que uma retomada referencial. Apontei que o texto é criação discursiva, e o percurso referencial nele inserido se submete ao universo de entidades que se organizam discursivamente: em princípio, referentes são introduzidos, ou criados, no discurso, e nele são mantidos enquanto se mantiverem na condição de participantes dos eventos, ou na condição de suportes dos estados que constituem aquele universo discursivo. É aí que entra o percurso das unidades informativas a entrecruzar-se com o percurso fórico das entidades referenciais: uma unidade tópica pode erigir-se em ponto de apoio de retomadas referenciais textuais, sem que se tenha formalmente definido como sintagma explicitamente colocado no texto em posição de sustentar essas retomadas. O que ocorre é que, como aí aponto, referentes que se constituem no texto – seja por menção explícita seja por construção inferencial a partir de situações descritas – passam a fazer parte do conjunto temático (FANT, 1984) do texto, e como tal, entram no jogo em que se entrecruzam a referenciação textual propriamente dita – aí incluída a correferenciação – e a referenciação tópica, aquela que cria e relaciona as entidades que entram na organização informativa realizada pelas proposições do texto e nascida da organização das predicacões, estabelecida entre predicados e argumentos, com seus respectivos papéis.

Uma gramática que incorpora aos elementos formulativos – enunciados lingüísticos – as unidades temáticas, ou seja, uma gramática que inclui as unidades do fluxo de informação é, na sua base, funcionalista. Não é à toa que o desenvolvimento pioneiro do estudo da coesão textual (HALLIDAY; HASAN, 1976) – que não deixa de prover ingredientes sociolingüísticos como o registro,

por exemplo – é de um funcionalista, Halliday, o criador da gramática sistêmico-funcional²¹. Afirmar Halliday (1985, p.XIII) que sua gramática é funcional no sentido de que busca dar conta de como a linguagem é usada. Diz ele: "Todo texto – isto é, tudo que é dito ou escrito – aparece em algum contexto de uso; além disso, são os usos da língua que por dezenas de milhares de gerações, deram forma ao sistema. A linguagem desenvolveu-se para satisfazer a necessidades humanas; e o modo como ela é organizada é funcional com respeito a essas necessidades – não é arbitrário. Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática "natural" no sentido de que tudo nela pode ser explicado, afinal, por referência a como a linguagem é usada." E acrescenta: "A partir daí, os componentes fundamentais de significado na linguagem são componentes funcionais. Todas as linguagens são organizadas em torno de dois principais tipos de significado, o ideal, ou reflexivo, e o interpessoal, ou ativo."

Afinal, registre-se que preocupação expressamente declarada de Halliday (1985, p.XVI) é com a análise do discurso, ou lingüística do texto. Ele se reporta aos lingüistas das principais escolas funcionais européias – a Escola de Praga, os funcionalistas franceses, a escola de Londres, a escola de Copenhague para dizer que "[...] todas, de modos diferentes mas relacionados, consideraram o texto como o objeto da lingüística ao lado do sistema" (HALLIDAY, 1985, p.XXII). Para ele, a análise do discurso tem de fundamentar-se num estudo do sistema da língua, e, ao mesmo tempo, a principal razão para estudar o sistema é lançar luz sobre o discurso – naquilo que as pessoas dizem e escrevem, ouvem e lêem.

Ressalva ele que a tendência natural é pensar o texto como um produto. De fato, reconhece, é geralmente a uma peça escrita que se dá o nome de "texto", e, mesmo que se admita a categoria "texto falado", normalmente o vemos como um objeto, e, para sermos capazes de observá-lo, nós o gravamos e o transcrevemos na forma escrita. Hjelmslev, entretanto, aponta Halliday (1985, p.XXII), pensou o texto como processo, referindo-se à linguagem como sistema e processo, e não é difícil seguir Hjelmslev nessa concepção; o problema para a análise do texto é que é muito mais difícil representar um processo do que um produto.

Concluindo, posso resumir a minha postulação de que as noções teóricas básicas de uma Lingüística do Texto estão contidas nas propostas teóricas do Funcionalismo Lingüístico com a invocação do fato de que a Lingüística Textual (mais rigorosamente, "Textual-interativa")²² implica o modelo de interação verbal

²¹ Diz Halliday (1985) que uma teoria sistêmica é uma teoria de significado como escolha, pela qual a língua, ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretada como redes de opções. Confronte-se esta indicação com a referência a Barros (1999) do final da Introdução.

²² Ver nota 2.

que rege toda a proposta da Gramática Funcional da Holanda (DIK, 1989, 1997). Absolutamente encaixada no mais profundo desse esquema geral está a lição de nossa mestra maior nesse campo de estudos no Brasil:

O contexto, da forma como é hoje entendido no interior da Linguística Textual, abrange, portanto, não só o co-texto, como a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores, que, na verdade, subsume os demais. (KOCH, 2002, p.24).

NEVES, M. H. de M. Functionalism and text linguistics. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p.71-89, 2003.

▣ **ABSTRACT:** *The paper claims that the basic notions of Text Linguistics (TL) are subsumed within Functional Grammar's theoretical framework. It argues that, if TL aims at 'text competence', its analytical tools must capture language use as a means of producing function-performing senses – i.e. a theory that provides the interpretation of (interactionally-motivated) texts themselves, which are, after all, the actual unities of linguistic performance.*

▣ **KEYWORDS:** *Text linguistics; functionalism; text competence.*

Referências

APOTHÉLOZ, D. **Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle**. Genève: Librairie Droz S.A., 1995.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.. Construction de la référence et stratégies de désignation. **TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)**, Neuchâtel, v.23, p.227-271, 1995.

_____. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.31, p.363-397, 1999.

BARROS, D. L. P. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **DELTA**, São Paulo, v.15, p.183-199, 1999. Número especial.

BEAUGRANDE, R. Function and Form in Language Theory and Research. The Tide is Turning. **Functions of Language**, Amsterdam, v.1/2, p.163-200, 1994.

_____. **New Foundations for a Science of Text and Discourse**. Norwood: Ablex, 1996a.

_____. The "Pragmatics" of doing Language Science. The "Warrant" for large-corpus linguistics. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.25, p.503-535, 1996b.

_____. Textlinguistik: Zu neuen Ufern? In: ANTOS, G.; TIETZ, H. (Hrsg.). **Die Zukunft der Textlinguistik: Traditionen, Transformationen, Trends**. Tübingen: Niemeyer, 1997. p.1-12. Tradução portuguesa de Hans Peter Wieser. Mimeografado, p.1-10.

BLOOMFIELD, L. **Language**. Nova Iorque: Holt, 1933.

CASTILHO, A. T. de (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1993. v.3

CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.4

CHAFE, W. **Discourse, consciousness and time**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1994.

_____. Inferring Identifiability and Accessibility. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p.37-46.

CHAROLLES, M. Anaphore associative, stéréotype et discours. In: SCNEDECKER, C. et. al. **L'anaphore associative**. Paris: Klincksieck, 1994. p.67-92.

_____. Associative Anaphora and its Interpretation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.31, p.311-326, 1999.

CHAROLLES, M.; SCHNEDECKER, C. Coréférence et identité. Le problème des référentes évolutifs. **Langages**, Paris, v.112, p.106-126, 1993.

CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957.

CONTE, M-E. (Ed.). **La linguistica testuale**. Milano: Feltrinelli, 1977.

DASCAL, M.; MARGALIT, A. A New "Revolution". **Linguistics? "Text-Grammar" vs. "Sentence-Grammars"**. **Theoretical Linguistics**, New York, v.1, n.1/2, p.195-213, 1974.

DIK, C. S. **The theory of functional grammar**. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-U.S.A.: Foris Publications, 1989.

_____. **The theory of functional grammar**. Ed. by K. HENGEVELD. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-365.

FANT, L. **Estructura informativa en español**: estudio sintáctico y entonativo. Uppsala: Uppsala Univ., 1984.

FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

GIVÓN, T. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.

HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HEINEMANN, W.; VIEHWEGER, D. **Textlinguistik. Eine Einführung**. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HOPPER, P. J. Emergent Grammar. **Berkeley Linguistic Society**, Berkeley, v.13, p.139-157, 1987.

HYMES, D. **Foundations in sociolinguistics**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1974.

IHWE, J. (Hrsg.). **Literaturwissenschaft und linguistik**. Frankfurt: Athenäum Fischer, 1971. Bd 1.

ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1992. v.2

JUBRAN, C. A. S. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1993. v.3. p.61-74.

_____. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996a. v.4. p.411-421.

_____. Para uma descrição textual-interativa das funções da parentetização. In: KATO, M. A. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996b. v.5. p.339-354.

_____. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.131-158.

JUBRAN, C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1992. v.2. p. 357-447.

KATO, M. A. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.5

KLEIBER, G. Discours et stéréotypie: le contexte peut-il remettre d'aplomb une anaphore associative mal formée? In: SCHNEDECKER, C. et al. (Eds.). **L'anaphore associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1994. p.93-116.

_____. Associative Anaphora and Part-whole relationship: The Condition of Alienation and the Principle of Ontological Congruence. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.31, n.3, p.339-362, 1999.

KLEIBER, G.; SCHNEDECKER, C.; UJMA, L. L'anaphore associative, d'une conception à l'autre. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Eds.). **L'anaphore associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1994. p.5-66.

KOCH, I. G. V. **Coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Segmentação: uma estratégia de construção do texto falado. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.29-52.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.6

KOCH, I. G. V.; FAVERO, L. L. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.6. p.95-129.

_____. A hesitação. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.159-195.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorization: une approche des processus de référenciation. **TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)**, Neuchatel, v.23, p.273-302, 1995.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. A referenciação e a constituição do texto: reflexões no uso da língua portuguesa. **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, Bruxelles, v.79, n.3, p.993-1016, 2001.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

- NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7
- PARRET, H.; VIEHWEGER, J. (Eds.). **On searle on conversation**. Amsterdam: Benjamins, 1992.
- PETÖFI, J. S. Probleme der ko-textuellen Analyse von Texten. In: IHWE, J. (Hrsg.). **Literaturwissenschaft und Linguistik**. Frankfurt: Athenäum Fischer, 1971. Bd 1. p.173-213.
- _____. The Syntactico-Semantic Organization of Text-Structures. **Poetics**, v.3, p.56-99, 1972.
- _____. Towards an Empirically Motivated Theory of Verbal Text. In: PETÖFI, J. S.; RIESER, H. (Eds.). **Studies in text grammar**. The Hague: Mouton, 1973.
- _____. Semantica, pragmática, teoria del texto. In: CONTE, M-E. (a cura di). **La linguistica testuale**. Milano: Feltrinelli, 1974.
- _____. Beyond the Sentence, between Linguistics and Logic. **Style and Text**. Stockholm: Skriptor, 1975.
- PETÖFI, J. S. (Ed.) **Text vs. Sentence. Basic Questions of Text Linguistics**. Hamburg: Buske, 1979.
- PETÖFI, J. S.; RIESER, H. (Eds.) **Studies in text grammar**. The Hague: Mouton, 1973.
- RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.6. p.21-94.
- SCHEGLOFF, E. To Searle on Conversation. A Note in Return. In: PARRET, H.; VIEHWEGER, J. (Eds.). **On searle on conversation**. Amsterdam: Benjamins, 1992. p.113-128.
- SCHNEDECKER, C. et al. (Eds.). **L'anaphore associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1994.
- SCHNEDECKER, C. et al. **L'anaphore associative**. Paris: Klincksieck, 1994.
- TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**. Prototypes in Linguistic Theory. New York: Oxford University Press, 1989.
- TRAVAGLIA, L. C. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7, p.77-130.
- VAN DIJK, T. A. **Some aspects of text grammars: a study in theoretical linguistics and poetics**. The Hague: Mouton, 1972.

VAN DIJK, T. A. Text Grammar and Text Logic. In: PETÖFI, J. S.; RIESER, H. (Eds.). **Studies in text grammar**. The Hague: Mouton, 1973. p.17-79.

VILELA, M.; KOCH, I. G. V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

A THIRD HYPOTHESIS FOR THE ETYMOLOGY OF THE PORTUGUESE *ATÉ*

Mário Eduardo VIARO¹

▣ **RESUMO:** Duas hipóteses são correntes para explicar a preposição portuguesa "até": uma delas a associaria ao árabe, enquanto a outra seria o advérbio latino "tenus", raramente utilizado. A nova hipótese apresentada neste artigo – latim "intro" / "intra" – tem uma maior distribuição entre as línguas românicas além de resolver algumas irregularidades de aspecto fonético diacrônico, presentes em ambas as explicações.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística histórica; preposição; português.

Short words can cause big problems in the historical analysis. The Portuguese adverb and preposition *até* is normally connected with the Spanish *hasta* by the Arabic *ḥatta*, which has the same meaning. However, another completely distinct etymon, that is to say, **ad-tenus*, was suggested as an alternative form to explain the Portuguese *até*. In this paper I will propose a third one

The acceptance of each one of those etymons will lead to complex phonetic questions. If the Arabic *ḥatta* is analyzed, the following problems emerge:

– The initial *ḥ*- is a voiceless pharyngeal consonant in Arabic, which normally becomes an *f*- in Portuguese (*ḥurr* > *forro*; *al-ḥalwa* > *alféoa*). In Spanish, the same sound became an *f*- or an aspirated *h*-. There are no examples of an initial pharyngeal Arabic *ḥ*- that was omitted by aphaeresis. In Spanish, there

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 05508-900 – São Paulo-SP, Brazil. E-mail: maeviaro@usp.br.

are examples of *fasta*, but **fata*, the expected form, is not recorded in the Ibero-Romance languages.

- The geminate *-tt-* normally becomes a *-t-*: the outcome of Spanish, i.e. *-st-*, is also irregular.
- The ‘imāla phenomenon in Arabic could explain the sound *é* in *até*. Steiger (1932, p.258) mentioned Arabic transcriptions like *haté*, *hatte*, *hatti*, but in Spanish the vowel is always *a*.

The phonetic problems of *ad tenus*, which would naturally result **atēos* or **ateos*, were eliminated by a hypothetical vulgar expression *ad *tenes*. In order to show the soundness of that starting point, very different arguments were considered: Nunes (1945, p.369) is convinced that *tenus* would have an archaic form **tenes* (LINDSAY, 1937), which amazingly survived in Portuguese. Silva Neto (1958) attenuated that claim by reasoning that *tenus* had become **tenes* by its blending with its synonym *fines*, very similar to what occurred with the etymon **finus* for the Italian *fino*, which is the opposite crossed form of *tenus*. If his arguments were accepted, the following presuppositions would have to be assumed:

- *Fines* and *tenus* would occur in a large area of Romania. In the Iberian Peninsula, *fines* is found only in Catalan *fin*s, but nowhere else. No vestiges of *tenus* are found in Italian dialects. Thus, it is difficult to understand the change *fines* > **finus* as a crossed form of a word which has not effectively been used. Moreover, *tenus* was a very rare word, even in Classic Latin. The complex form *ad tenus* was never found.
- From *ad *tenes* it is possible to explain forms like *atēes*, but the dropping of the *-s* is very doubtful. Piel (1960, p.238) admitted that *atēes* came from *ata* followed by the preposition *en* and the paragogic *-s*, which was developed from the analogy with expressions like *(de)pois que*, *des que*, *os que*, *mais que*. That seems to be right, because *atas que* occurs until the 16th Century. In the 13th Century one can easily find examples of *mentres que*, *antes que*. In the 17th Century there were phrases in Sardinian like *innantis de que* (MANOLIU, 1965, p. 343).
- An *s*-less form (**attene*, from **ad tene*) was proposed by Vasconcelos (1900, p.446), but the dropping of the final *-s*, which is always retained (for instance in the plural accusative of the nouns and in the singular second person of the verbs) cannot be explained.

The assimilation of *ata en* > **atāe* > *atēe* is not a problem. Silva Neto (1958, p.760) also acknowledges an *atoo* from *ata o*, and an *ateesta* from *ata esta*. The paragogic *-s* is very clear in other words like *trōes*, which occurs in

the *Cantigas de Santa Maria* (METTMANN, 1959) (from now on CSM), and cannot be explained with both etymons. All those arguments eliminates the hypothesis of an extension of **tenes*. Other Ibero-Romance forms like *troa* indicate that final *-a* or *-en* is another preposition, i.e. *intro ad* > *troa*, *intro in* > **troē* > **trōe* > *trōes*. The complex preposition meaning "limit" are extremely regular in many languages: German has *bis zu*, *bis in*, *bis an*, *bis auf*, *bis nach*; French has *jusqu'à*, *jusqu'en*, *jusque chez*, *jusque vers*; in Romanian has *până în*, *până la*; Italian has *fino a*, *fino in*, *fino da*; modern Portuguese has *até a*.

To sum up, Silva Neto's (1958) arguments for justifying both etymons (the Arabic one for *ata*, *atá*, and the Latin one for *atēes*) are not valid. It is possible to accept a dialectal variation but the etymology is the same for both words.

There are also other variants, which have a close resemblance to the above mentioned *tro*. Silva Neto (1958, p.755) quoted *atro* and *atra*, which he assumes to be mixed forms between *tro* and *ata*. He also quoted crossed forms with final *-s*: *atães*, *ataas*, *tães* (SILVA NETO, 1958, p.758).

So, if the crossed forms hypothesis is abandoned, it is possible to list a large number of theoretical variants (precisely 48) with or without an initial *a-*, with or without a nasalized vowel, with the vowels *a*, *e* and *o*, with or without a consonantal cluster *-tr-* instead of a *-t-*, with or without an ending *-s*. There are only combinations of *-tr+o-*, never **-t+o-* (**ato*, **atōe*, **atos*, **atōes*, **to*, **tōe*, **tos*, **tōes*), and there is no *-tr+e-* (**atre*, **atrēe*, **atrēes*, **tre*, **trēe*, **tres*, **trēes*). Thus, the hypothetical forms can be reduced to 32 variants. In the *Cantigas de Santa Maria* it is possible to list 15 variants in 84 tokens. My attempt is to arrange all those forms in order to establish their origin, as the scheme at the end of this paper shows.

The following words have no nasalized vowel or *-s*: *ata* (40 times: 47.62%), *ate* (5 times: 5.95%), *atro* (twice: 2.38%). Without an initial *a-* there are; *ta* (8 times: 9.52%), *te* (once: 1.19%), *tro* (6 times: 7.14%), *tra* (twice: 2.38%). There is no *atra*.

With the nasalized vowel there are only: *atēe* (5 times: 5.95%) and *tēe* (once: 1.19%). There are no **atāe*, **atrōe*, **atrāe*, **tāe*, **trōe*, **trāe*. With the final *-s* there are: *atães* (once: 1.19%), *atēes* (4 times: 4.76%), *tēes* (once: 1.18%), *trōes* (8 times: 9.52%). There are no *atas*, *atés*, **atros*, **tros*, **atras*, **tras*, **atrães*, **atrōes*. Forms like *atras* and *tras* would be homonyms with the preposition which is originated from (*ad*) *trans*.

The commonest form is not always the most ancient. The ancientness of *tro* can be compared to that of *ata*, notwithstanding the distance between their token percentages. Therefore, if the most frequent form is not necessarily the

most ancient one, it is possible to suggest another starting hypothesis. If we say that *tra* is so ancient as *tro*, i.e. if *tra* is not considered a crossed word, then we will also be able to contemplate the survival of the pan-Romance *intra/intro* pair in the Iberian Peninsula. Those forms would be the most ancient of all.

It is possible to deduce *ta* from *tra*, which was more often used than *tro*. Other examples of the *-r-* dropping in consonantal clusters are easily found: in the *Cantigas* there are two tokens of *ent* instead of *entre*: *ent'outros* (CSM 37:14), which also occurs in the *Corónica Troiana* and in spoken Asturian. The same can be said for *para* > *pra* > *pa* in colloquial Portuguese, Spanish, Mirandese and Asturian (MENÉNDEZ PIDAL, 1949, p.398; VASCONCELOS, 1900, p.446). That simplification should have happened very early: soon *tro* became soon an archaic word and because of that it hardly appears in other texts. It never developed a form **to*. Therefore, we can find at the end of this period, three forms: *tra*, *ta*, *tro*. The speakers in the time of the writing of the *Cantigas* presumably felt *tra* more ancient than *tro*. For that reason, they replaced *tro*, from the manuscript T, by *tra*, in the manuscript E, in the verse CSM 94:33, to preserve an archaic flavor. The three forms *tra*, *ta* and *tro* were followed, from that time on, by the preposition *en*: *tra en* (50% of the tokens of *tra*), **ta en* and *tro en* (66.66% of the tokens of *tro*).

In the subsequent period, the apposition of an initial *a-* took place. That prosthetic *a-* is also jointed to other prepositions: *tras* and *atras* (respectively 20% and 80% in the *Cantigas de Santa Maria*) arose from Latin *trans*. The same can be said about *pós* and *após*, *diante* and *adiante*. That *a-* came from the Latin preposition *ad* and occurred in a large number of adverbs, just as *in-* or *de-*. If one admits that *tra* originated *ta*, the form *ata* is easily deductible from *a+ta*. There is also *atro*, but no examples of *atra*: this shows that, before the prosthetic forms, only *ta* and *tro* are effectively used. The form *inté* that is known in Brazilian and European Portuguese, and also in Mirandese (VASCONCELOS, 1900, p.446) comes from an *em+té* (like *empós* from *pós*). The prosthetic forms are also used with *en*: *ata en* and *atro en*.

Without a following preposition, *ata* occurs only 9 times in the *Cantigas*: six times with toponyms, twice with common nouns and once with the adverb "enton". With conjunctions, *ata* occurs once with "quando": *ata quando de Deus tal sinal ouveren* (CSM 309:27) and 24 times (60%) with "que". The phrase *ta que* appears in the majority of the tokens of *ta* (87.5%).

When those phrases were formed, *tra* and *tro* were effectively used only followed by *en*: *tra en que a foi fazer* (CSM 94:33); *da cabeça tro ena verilla* (CSM 19:28). The combinations with *en* correspond to 66.66% of those of *tro* and 15%

of those of *ata*. An evidence of that preposition combination is that there are no phrases like **tra que* or **tro que*. It is possible to list only the following ones: *ata que*, *ta que*, *ata en que*, *tra en que*, *tro en que*. The form *ata en que* easily became *atãe que* and *tro en que* converted into **trõe que*.

The change of *-a > -e* took place from the assimilation of *a* and the preposition *en* that followed *ata* or *ta* (*ata en > ate en*, *ta en > te en*): the only token of *te* in the *Cantigas* is: *des Janua te en Charthes* (CSM 379:21). The whole set of tokens of *ate* are followed by *en*. The only different solution is found in the verse *ata na cima* (CSM 203: 27). All tokens show that neither the vowel *e* nor the nasality can be attributed to Latin *tenuis*. The assimilated *e* was subsequently related to *até* and no longer to *en*. Then: *ata eno > ate eno > atãeno > atee no > até no: até nos fundamentos* (CSM 33:37).

Later, there appeared the forms with *-s*: *atães que*, *atães que*, *tães que*, *trões que*. The optional use of the preposition *en* occurs beside the inherited uses without it as in *tra u se farte* (CSM 366:61), *ta o reyno* (CSM prólogo), *tro o mosteyro* (CSM 94:77); *ata setembro* (CSM 333:51). The analogy also acted on *trões* in this only verse: *trões o convent' a porta* (CSM 59:84).

If the words *tro* and *tra* are really the most ancient and related to *até* not by crossing but by inheritance, it is necessary to assume that the etymons of both archaic words are not either Arabic *hatta* nor Latin *tenuis*, but the pair *intra/intro*, found in all Romance languages. The semantic derivation "inwards" to "until" is undeniable in regard to *tro*. There is no reason to accept another etymon for *tra*.

The aphaeresis of *in-* of *intra* is not surprising: in Italian *infra* originated *fra* with a still more complicated semantic changing. The syllable *in-* was not specially stressed as other disyllable prepositions show: the form *pra* is only deducible from a **pará*, not from the *para*. The same is possible to say about *intra* and *infra*: they originated *tra* and *fra* respectively only through **intrá* and **infrá*.

But not all questions are answered: where does the Spanish word *hasta* come from? The most ancient form in this case is *fasta*. It is harder to solve it, and it is out of the scope of this paper, but if one admits that the preposition *hacia* comes from **faz(e) a < Latin faciem ad* through a grammaticalization process like Galician *cara*, it is perfectly acceptable that *fasta* could come from **faz(e) ta*. The initial stage **fazta* would become *fasta* through adaptations alike to that of Latin *amicitiam > *amiztad > amistad*. Writing forms as *hadta* could reflect the interdental voiceless sound form /θ/, just as in *iudicare > juzgar > juzgar*. Writing alternations with that special *ceceo* in words like *mezquino/mesquino* are common since the time of El Cid (MENÉNDEZ PIDAL, 1949, p. 120,

198). Moreover, there are also dialectal forms such as *fastra* and *hastra* in Galician (CALERO, 1966, p.181; FERREIRO, 1996, p.361), which is thought to be a result a common Galician *st/str* alternation, but a **faz(e) tra* could be also previewed.

In that way, both prepositions *até* and *hasta* would be related to each other not by a common Arabic origin, but by the same Latin word *intra*. That third etymology for *até* has the advantage of integrating Portuguese forms into the Vulgar Latin. A correlation *de+ex(tra) ... intra* was perhaps the source of its special meaning in the languages of the Iberian Peninsula (MENÉNDEZ PIDAL, 1950, p.375-376). Both previous hypotheses are very doubtful: *hatta* because of its exoticism and *tenuis* because of its preciousness. The set of prepositions is formally very conservative, in regard to other morphological classes, as that of the conjunctions. It is difficult to assume that an Arabic preposition could be so peacefully integrated into this set. On the other hand, the semantic meanings of the prepositions are easily changeable because of the contextual phrases in which they can be used. It is also very unlikely that an archaic postposition (or, at least, rare even in literary contexts) like *tenuis* would have had a so large diffusion in Portuguese as *até* did. When one deals with etymology, it is clear that exotic solutions or preciousnesses do not help, but just increase the unreliability of hypothetical forms.

Other forms found in manuscripts could cause some uncertainty: Menéndez Pidal reports the Leonese prepositions *adta*, *adte* in the 10th Century, which would be originated from *hatta*. That is improbable, due to historical reasons: they are certainly representations of the prosthetic forms. The same could be said of *ata* in Spanish, sometimes written *hata*, already in the *Glosas*, together with *troa* (MENÉNDEZ PIDAL, 1950, p.374-376). Precarious information about *fata* in Portuguese and Spanish (mentioned e.g. in MEYER-LÜBKE, 1935, §4077; LOKOTSCH, 1927, p.844) evidence how urgent more precise studies with statistical bases on philologically reliable editions are needed.

Regardless of the existence of preposition *intra* in practically all Romance languages, its principal meanings are the inherited "inwards, into" and the developed "in" and "towards" ones. Also etymons like *intus* and *intus ad* are acceptable in these forms: in Romanian, *în* and *întru* are positional variants. In Arromanian, there are *tu*, *ntu*, *ntru*, *tra*. In Megleno-romanian: *tri*, *tra*, *tru* (ROSSETTI, 1978, p.161-162; COTEANU, 1961, p.258-274). In Dalmatian, there was *ent* (BARTOLI, 1906, p.130). In Logodurese: *intro* (MEYER-LÜBKE, 1935, §4514). In Calabrese: *intra*, *nta*, *ntad*, *nt'*, *ind'*. In Sicilian: *intra*, *nt'*, *nd'*. Neapolitan has *intro*, *indo*, *ind'*. Salernian, Lucanian and Apugliese: *inda*. In Toscan, there is *entro*, but in Dante Alighieri's *Commedia* one can find an expression like *intra tre soli* (*Inf.* 6:69). Umbrian has *entra* (archaic), *t'*, *nt'*. Roman has *nd'*.

Romagnol: *te*. In San Marino, there is *at*. Bolognese and Lucchesan have *ind'*. In Genovese: *int*. In Venetian: *nt'*, *t'*, *int'*. In Istrian: *nt'*, *nd'*. In Triestian: *int'*. Milanese: *ind'*, *int'*. In Bergamo and Trento one says *ind'*. Lombardian has *entro*, *int'*. In Piemontese: *enta*, *té*, *inter*, *nt'*, *ant*, *nta*, *nt'*, *nd'* (ROHLFS, 1969, p.210, 221-224, 227-230, 259). Friulan has *t'*. Sobresselvan has *enta*, *enten*. Old Provençal has a lot of variants, some of them are said to be influenced by Latin *usque*, like French *jusqu'à* comes from *usque ad* (LEVY, 1902): *tro que*, *tros que*, *tro enta*, *entro*, *entro a*, *entro en*, *entroca*, *entroga*, *entrogas*, *entrusca*, *entruscas*, *entruscas a*, *entrusques que*, *troi*, *truei*, *trueque*, *tro a*, *tro en*, *troscas*. Gascon has *enta*, *ta*, *enti*, *ent*, *ende*, *enda*, *nta*, *endà*, *andà*, *enà*, *tad*, *entò*, *entou*, *to* (MISTRAL, 1932). In other Ibero-Romance languages similar forms are found everywhere: in Aragonese, *enta*, *ta*, *troa*, *tro*, *entro* (ROHLFS, 1935, p.36, 137; GIFFORD; HODCROFT, 1966; KONTZI, 1970, p.372-381). In Valencian, *handa*, *anda*. In Maestrazgo, one says *hasda*, *handa*. Old Catalan has an *entrò* and in the dialects of Huesca and Segria there is also an *enta*. Murcian has *inda* (COROMINAS, 1954, *sub verbo "hasta"*).

All those forms evidence that *intra* and *intro* (perhaps also *intus* and *intus ad*) occur in all Romance languages. It is not necessary to realize more complex etymons. The prevalence of *ata* over against the other variants could be reinforced by the bilingualism with the Arabic but it is not the cause of it. Since the speakers already knew the form *hatta*, they had a tendency to prefer *ata*, that sounded alike, but the form *ata* is more ancient than that bilingualism situation, in which it is common to create associative etymologies, like French *choucroute* from Alsatian *sûkrût*, or English *crayfish* from French *crevice*, or French *contredanse*, from English *country dance*. In the set of grammatical morphemes similar phenomena also occur: it is said that Romanian masculine vocative *-e* continues the Latin ending of the second Declension reinforced by Slavic masculine vocative *-e*. Such explanation made easier the acceptance of Slavic feminine vocative *-o* in Romanian. It is not impossible that *ata* and *hatta* acquired a semantic and syntactic similarity to Arabic *hatta* because of that linguistic adaptation, which began to occur in the 10th Century, i.e. about 300 years before the *Cantigas*.

VIARO, M. E. Uma terceira hipótese para a etimologia do *até* português. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p.91-100, 2003.

□ **ABSTRACT:** *Two hypotheses are current to explain the origin of the Portuguese preposition "até". The first one claims it is related to the Arabic ḥatta would attach it to Arabic, whereas the second one claims it is related to the rarely used Latin adverb "tenus". The new hypothesis – Latin "intro" / "intra" – presented in this paper has a larger distribution within Romance languages and, furthermore, it can solve some irregular diachronic phonetic aspects of both explanations.*

□ **KEYWORDS:** *Historical linguistics; preposition; Portuguese.*

References

- ALIGHIERI, D. **Divina commedia:** inferno, purgatorio, paradiso. Roma: Newton, 1993.
- BARTOLI, M. G. **Das Dalmatische:** altromanische Sprachreste von Veglia bis Ragusa und ihre Stellung in der apennino-balkanischen Romania. Wien: A. Hölder, 1906.
- CALERO, R. **Gramática elemental del gallego común.** Vigo: Galaxia, 1966.
- COROMINAS, J. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana.** Madrid: Gredos, 1954.
- COTEANU, I. **Elemente de dialectologie a limbii române.** Bucuresti: Stiintifica, 1961.
- GIFFORD, D. J.; HODCROFT, F. W. **Textos lingüísticos del medievo español.** Oxford: Dolphin, 1966.
- FERREIRO, M. **Gramática histórica galega.** La Coruña: Laivento, 1996.
- HUBER, J. **Gramática do português arcaico.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- KONTZI, R. Ist die aragonische Präposition *enta* ein Arabismus? **Zeitschrift für romanische Philologie**, Halle: Niemeyer, v.86, p.372-381, 1970.
- LEVY, E. **Provenzalisches Supplement-Wörterbuch:** Berichtigungen und Ergänzungen zu Raynouards Lexique Roman. Leipzig: O. R. Reisland, 1902.
- LINDSAY, W. M. **Short historical Latin grammar.** Oxford: at the Clarendon, 1937.
- LOKOTSCH, K. **Etymologisches Wörterbuch der europäischen (germanischen, romanischen und slavischen) Wörter orientalischen Ursprungs.** Heidelberg: Carl Winter, 1927.

- LOPES, D. **Textos em aljama portuguesa**: estudo filológico e histórico. Lisboa: Nacional, 1940.
- MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1967.
- MANOLIU, M. Limba Sarda. In: IORDAN, J. **Crestomatie romanica**: secolele al XVII-lea – al XVII-lea. Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române, 1965. p.327-365.
- MENÉNDEZ PIDAL, R. **Manual de gramática histórica española**. Madrid: Espasa, 1949.
- _____. **Orígenes del español**: estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI. Madrid: Espasa-Calpe, 1950.
- METTMANN, W. (Ed.). **Cantigas de Santa Maria**. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1959.
- MEYER-LÜBKE, W. **Romanisches etymologisches Wörterbuch**. Heidelberg: Carl Winter, 1935.
- MISTRAL, F. **Lou tresor dóu felibridge ou dictionnaire provençal-français**. Paris: Delagrave, 1932. 2v.
- NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Clássica, 1945.
- PIEL, J. M. Buchbesprechung: Etymologica – Walter von Wartburg zum siebzigsten Geburtstag. **Romanistisches Jahrbuch**. Hamburg: Romanisches Seminar / De Gruyter, v.11, p.227-240, 1960.
- ROHLFS, G. **Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti**: sintassi e formazione delle parole. Torino: Einaudi, 1969.
- _____. Le gascon: études de philologie pyrénéenne. **Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie**, Halle, Saale: Niemeyer, v.85, p.1-190, 1935.
- ROSSETTI, A. **Istoria limbii române**. Bucuresti: Stiintifica, 1978.
- SILVA NETO, S. da. História da preposição portuguesa até. In: KELLER, H.-E. (Ed.). **Etymologica – Walther von Wartburg zum siebzigsten Geburtstag**. Tübingen: Niemeyer, p.751-761, 1958.
- STEIGER, A. **Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano**. Madrid: Hernando, 1932.
- VASCONCELOS, J. L. **Estudos de philologia mirandesa**. Lisboa: Nacional, 1900.
- VIARO, M. E. Sobre a presença de tenus no Ibero-românico. **Confluência: Boletim do Departamento de Lingüística**, Assis, v.1, p.269-277, 1993.

Schemes:

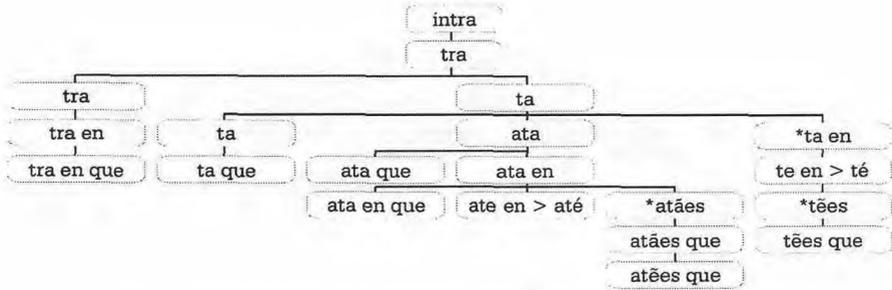


Fig. 1: Prepositions and adverbs originated from Latin 'intra'

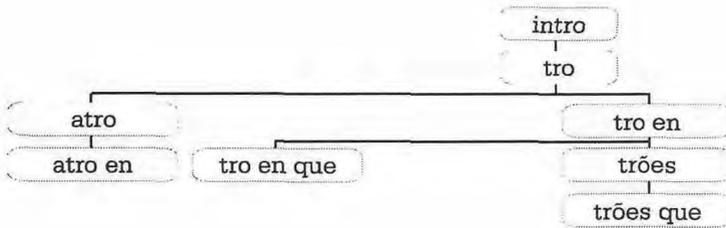


Fig. 2: Prepositions and adverbs originated from Latin 'intro'

USO MULTIFUNCIONAL E NÍVEIS DE ANÁLISE: INTERFACE GRAMÁTICA E DISCURSO

Roberto Gomes CAMACHO¹

Eduardo PENHAVEL²

▣ **RESUMO:** O conectivo aditivo é empregado não só para estabelecer conjunção de conteúdos, exercendo a função ideacional, representada pela camada da predicação, mas também para estabelecer a conjunção epistêmica e a ilocucionária, perfazendo a função interpessoal, que se acham representadas respectivamente nas camadas da proposição e da frase no modelo de Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997). Além do nível intra-oracional, o conectivo atua também no nível textual-interativo. A proposta deste trabalho é demonstrar, por um lado, que o quadro teórico da GF explica satisfatoriamente esse princípio de multifuncionalidade detectado no uso e justificar, por outro, a necessidade de expansão de gramáticas sentenciais, incluindo a GF, para gramáticas do discurso.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Coordenação; conectivo aditivo; função ideacional; função interpessoal; gramática funcional.

Considerações iniciais

O conectivo e assume diferentes valores que vão desde a interpretação funcional-veritativa de um típico operador lógico até uma interpretação textual-

¹ Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-UNESP, 15054-000 – São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: camacho@ell.ibilce.unesp.br.

² Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-UNESP, 15054-000 – São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: eduardopenhavel@yahoo.com.br.

interativa de um típico marcador discursivo. Defendendo a idéia de que o relator aditivo é ambíguo nos usos que se fazem nos domínios referencial, epistêmico e ilocucionário, Sweetser (1991) argumenta ser muito frágil a análise simples de conjunções como operadores lógicos. Além da necessidade de receber uma análise léxico-semântica mais complexa, deve-se analisar a contribuição desse conectivo para a semântica da sentença no contexto de um estatuto multifuncional do enunciado. E, com efeito, o conectivo aditivo, assim como outros conectivos, não liga apenas dois estados de coisas, situando o falante no exercício da função representacional da linguagem, mas liga também estados de coisas e proposições, por um lado, e estados de coisas e atos de fala, por outro, situando o falante no exercício da função interpessoal da linguagem nos termos de Halliday (1970).

Esse princípio multifuncional está de acordo com outros autores que tratam da articulação de orações, como Matthiessen e Thompson (1988). Para eles, as relações semânticas diversas estabelecidas na combinação de orações permeiam o texto todo, independentemente do nível estrutural de organização envolvido.

Ultrapassando o nível intra-oracional, o conectivo atua na articulação de unidades discursivas, funcionando no nível estruturalmente mais alto da organização textual-interativa. Trata-se dos casos em que o conectivo aditivo passa de relator coordenador (DIK, 1997) a conector, ou marcador discursivo, ao desempenhar papel fundamental na estruturação do texto em termos globais, tanto no nível representacional quanto no nível interpessoal. Embora haja forte indício de que as noções de significado mínimo e de ambigüidade pragmática persistam no funcionamento do conectivo aditivo no nível textual-interativo, o presente trabalho visa, entre outros aspectos, a discutir a atuação do conectivo como relator e como marcador discursivo em direção a uma gramática do discurso.

É possível demonstrar que essa multifuncionalidade, não restrita ao conectivo aditivo, ajusta-se perfeitamente a modelos teóricos que vêem como interdependentes os subsistemas gramatical, semântico e pragmático, como a Teoria da Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1989, 1997). O modo como Dik concebe a relação entre os diferentes níveis de análise possibilita aproximar produtivamente sua teoria do enfoque funcional-cognitivo de Sweetser (1991). É cara aos modelos funcionalistas a necessidade teórica de tratar de aspectos formais da linguagem, mas não vistos como constituindo um sistema independente, que basta a si próprio, mas diretamente vinculado aos fatores mais característicos do discurso, da língua em uso no contexto social, justamente o aspecto da linguagem considerado, pelas teorias formais, como caótico, assistemático e desordenado.

Para demonstrar que o quadro teórico da GF abriga satisfatoriamente o princípio da multifuncionalidade, detectado no discurso, prevê-se o desenvolvimento do seguinte roteiro: a seção 1 é uma breve reflexão sobre o recorte epistemológico que isolou o sistema lingüístico de seu uso; a seção 2 apresenta a Teoria da Gramática Funcional, como uma das tentativas de superação desse idealismo fundador, tratando-se especificamente do modelo de representação em camadas postulado por Dik (1989); a seção 3 enfatiza movimentos recentes na GF que reafirmam a necessidade de expansão do modelo em direção de uma Gramática Funcional do Discurso (GFD), que permita englobar a dimensão textual-interativa; a seção 4 é uma tentativa de comprovar essa necessidade de expansão com a apresentação de casos que mostram a atuação do conectivo aditivo na conjunção de orações (cf. CAMACHO, 1999) e na conjunção de unidades textuais e discursivas (cf. PENHAVEL, 2002) em dados do português falado³.

O objeto da lingüística: idealização e categoricidade

Um princípio amplamente reconhecido desde a fundação da lingüística moderna é o de que a linguagem é um conjunto tão complexo de fenômenos que "[...] se estudarmos sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Lingüística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si." (SAUSSURE, 1977, p.16). Foi por isso mesmo que Saussure cunhou a dicotomia fundamental *língua* e *fala*, buscando assim estabelecer um princípio mínimo de homogeneidade e organização que permitisse criar um objeto de estudos bem delimitado e absolutamente independente de outras esferas não-lingüísticas.

Um dos paradigmas mais bem sucedidos no século XX, foi o Estruturalismo, desenvolvido a partir das idéias de Saussure, tais como aparecem na edição original de 1916. O estruturalismo adotou uma versão muito forte do 'axioma da categoricidade', segundo o qual os dados de base para a análise lingüística deveriam ser regularizados de modo a eliminar a variabilidade de fato existente na linguagem (CHAMBERS, 1996). Uma das premissas que dão suporte a esse axioma é que seria necessário abstrair a linguagem da variação do mundo real para torná-la coerente e controlável e o melhor caminho para isso é, segundo Joos (1957), aproximar a lingüística da matemática, para a qual a inconsistência é, por definição, impossível. Assim, para ele, a lingüística se identificaria com

³ O corpus é constituído por inquéritos do Projeto NURC que constituem o Corpus Mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado e por Narrativas de Experiência Pessoal – Corpus de São José do Rio Preto.

um sentido extremo de uma mecânica quântica, que exclui toda a possibilidade de gradação infinitesimal em proveito de unidades unicamente discretas e descontínuas.

A posição de Chomsky (1975), que, desde o início, revolucionou em vários aspectos a teoria da linguagem, mantém a concepção saussureana no que se refere à redução dos fenômenos a um modelo formal de desempenho, então denominado *competência*. Dada a variabilidade inerente da linguagem humana, a única possibilidade viável de estudar a competência seria isolá-la do desempenho para garantir distância segura entre o objeto de estudo e seu contexto social.

Chomsky (1975, p.83) concorda explicitamente com Saussure (1977), ao afirmar que a idealização do objeto coincide com a "[...] posição dos fundadores da moderna lingüística geral e nenhuma razão convincente foi alguma vez proposta para a modificar." A equivalência entre língua e gramática, pressupondo o princípio de que o objeto de estudos se confina com princípios gerais de organização das partes de um sistema lingüístico sem qualquer relação com o meio ou o contexto de uso, é outra concordância entre o estruturalismo e o gerativismo.

A partir dos anos 60, entretanto, novas tendências da lingüística contemporânea vêm tentando resgatar justamente o que era um obstáculo para Saussure (1977), ou seja, a heterogeneidade como princípio constitutivo da linguagem, questionando-se a submissão da teoria da linguagem ao princípio do descontínuo, como uma necessidade epistemológica de criar um objeto homogêneo de estudos. Os novos valores que se alevantam procuram aproximar o homem da linguagem, investindo num sujeito ao mesmo tempo social e étnico, pragmático e ideológico, retórico e argumentativo, isto é, um ser humano investido de múltiplos papéis sócio-interacionais e ideológicos que se refletem necessariamente na organização dos sistemas lingüísticos.

No âmbito em que atuam, as tendências não formalistas, como o Funcionalismo, a Sociolingüística, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação estão unidas no mesmo desejo de superar a parcialidade imposta ao objeto de estudo em razão de sua idealização, substituindo a noção de sistema fechado de relações internas pelo tratamento do discurso, isto é, do uso efetivo da língua em situações reais de comunicação.

Sempre se reconheceu a necessidade de dar à lingüística um lugar autônomo em relação às outras disciplinas científicas, emergentes como ela no início do século XX; apesar disso, a conseqüência mais evidente do recorte metodológico entre sistema e uso foi a abertura de espaços para a constante renovação do objeto de estudos em direção ao discurso, como uma espécie de

presença obstinada do excluído (MAINGUENEAU, 1990); desse modo, a lingüística moderna defronta-se, ainda hoje, com os excessos da linguagem que teimosamente transbordam dos limites impostos pelo axioma da categoricidade.

A GF, da escola funcionalista holandesa que tem em Simon Dik (1989, 1997) seu principal mentor, faz parte desse esforço por expansão e de estabelecimento da interface sempre desejável entre a configuração formal, sintática, da linguagem e os subsistemas semântico e pragmático, uma vez que enfoca não só as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas, isto é, a linguagem de um ponto de vista ideacional ou representacional, mas também, e sobretudo, as que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões são usadas, ou melhor, a linguagem de um ponto de vista interpessoal.

A proposta de representação em camadas: a relação gramática e discurso no nível sentencial

De que modo a organização da gramática, nos termos da GF, reflete a interação entre as regras de organização das expressões lingüísticas e as regras que regem a interação verbal? Na concepção da GF, o último nível de representação, a oração ou ato de fala, é visto como uma rede intrincada de relações semânticas, sintáticas e pragmáticas. A arquitetura fundamental de uma GF envolve uma representação subjacente (doravante RS) que encontra suas raízes na semântica ou, mais especificamente, na descrição lexical dos predicados que formam o esqueleto dessa representação. A RS deve conter, portanto, a informação da qual as regras de expressão necessitam para convertê-la num ato de fala (MACKENZIE, 2000).

Constrói-se a RS de cada oração em torno de um esquema de predicado selecionado do léxico, que é verbal, nominal ou adjetival. Esse esquema contém não somente o predicado, mas também suas posições argumentais, que são ocupadas por termos; estes, por sua vez, constituem representações de expressões referenciais que podem, eles próprios, conter outro predicado e seus argumentos. Cada argumento exerce uma função semântica, que indica o papel que o termo exerce em relação ao predicado. Na RS completamente especificada de cada oração, adicionam-se ainda informações sobre as funções sintáticas (Sujeito, Objeto) e as funções pragmáticas (Tópico, Foco).

A RS pode também conter informação modificadora, que pode ser expressa gramaticalmente por meio de operadores (simbolizados por Π) e lexicalmente por meio de satélites (simbolizados por σ), que exercem funções semânticas adicionais. A RS é inerentemente não-ordenada, ainda que, para fins de

dever, ou, lexicalmente, por um o advérbio como *provavelmente*; (iv) a predicação, que designa um estado de coisas, pode ser temporalmente marcada por um operador ou por um advérbio de tempo ou ainda por ambos os mecanismos; (v) o aspecto difere de tempo ao aplicar-se mais estreitamente ao predicado, assim como certos advérbios, como o de modo, que modificam tipicamente somente o predicado, mas não os argumentos e, certamente, não a predicação como um todo.

As camadas da oração e da proposição representam a função interpessoal de Halliday (1970), mediante a qual o falante usa a linguagem para participar ativamente do próprio evento de fala, expressando seu julgamento pessoal e sua atitude em relação à proposição e expressando um determinado ato ilocucionário, o que inclui, necessariamente, sua própria identidade social e a do interlocutor no momento da enunciação.

A camada da predicação em seus três níveis⁴ identifica-se com a função ideacional ou representacional de Halliday (1970), por meio da qual os interlocutores organizam e incorporam na língua suas experiências dos fenômenos do mundo real e suas experiências dos fenômenos do mundo interno, mental.

Esse enfoque funcional de gramática caracteriza a oração como um objeto essencialmente semântico cujas relações de escopo entre cada componente são representadas mediante esse tipo de organização em camadas. Outro objetivo central da GF é atingir adequação pragmática, de um modo tal que o componente pragmático se sobreponha ao semântico e ao sintático.

A dimensão pragmática se projeta no modelo funcional em três aspectos: em primeiro lugar, SNs e SPs são analisados como termos, ou seja, como expressões referenciais que ocupam posições de satélites e de argumentos na RS, e a referência é enfaticamente entendida como um fenômeno pragmático nos termos da máxima da quantidade de Grice (1975). Em segundo lugar, argumentos e satélites não exercem apenas funções semânticas mas podem exercer também funções sintáticas e pragmáticas: as funções sintáticas (Sujeito e Objeto) indicam a perspectiva do falante sobre o estado de coisas e as funções pragmáticas refletem o impacto das noções discursivas de topicidade e de focalidade sobre a estrutura da oração. Em terceiro lugar, a GF tende a considerar a oração como sendo, em princípio equivalente à ilocução. Desse modo, é possível

⁴ A Figura 1 resume e, portanto, oculta, na camada da predicação, a representação de três níveis: (i) o nível da predicação nuclear (nuclear predication), que consiste no predicado e seus argumentos. (ii) o nível da predicação central (core predication), que consiste na predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado e satélites de nível 1; (iii) o nível da predicação estendida (extended predication), que consiste na predicação central estendida por operadores de predicado e por satélites de nível 2 (DIK, 1989).

caracterizar a GF como uma teoria que tem um modelo de base léxico-semântica que procura fazer justiça ao impacto, sobre a forma da oração, das intenções do falante e de sua avaliação das necessidades do ouvinte, assim como do contexto discursivo como um todo. É nesses termos que o módulo, aplicado à gramática das línguas naturais, incorpora ao sistema aspectos constitutivos do uso.

De uma gramática da sentença para uma gramática do discurso

Apesar dessa tendência à representação de componentes discursivos na RS, a versão tradicional da GF (DIK, 1989, 1997) não é capaz de ultrapassar o nível da oração para poder abranger também o nível textual-interativo. Todavia, no início dos anos 90, uma parte representativa da pesquisa em GF tem sido dirigida para a necessária expansão do modelo em direção a uma gramática do discurso.

Já em Dik (1997), é possível vislumbrar o início dessas preocupações. Para ele, com efeito, a GF procura descrever e explicar as línguas naturais humanas de uma maneira pragmática e psicologicamente adequada. Por "adequação pragmática", entende-se a maneira pela qual a descrição lingüística explica o fato de o uso das línguas estar vinculado à intenção comunicativa do falante na interação verbal. Por "adequação psicológica", entende-se o grau de compatibilidade que a descrição lingüística deve ter com o que se conhece sobre os processos mentais envolvidos na interpretação e na produção de expressões lingüísticas. As condições de adequação pragmática e psicológica podem ser resumidas, afirmando-se que uma GF deveria qualificar-se como um componente ou módulo em um modelo integrado do usuário da língua natural (doravante ULN). Juntamente com outros módulos presentes nesse modelo global, esse módulo deveria tornar claro para nós de que modo os ULNs são capazes de comunicar-se entre si por meio da interação verbal.

ULNs não falam usando sentenças ou orações isoladas, mas as combinam em períodos mais longos e mais complexos aos quais é possível atribuir o termo geral "discurso". Um discurso é mais que uma seqüência arbitrária de orações. Por isso, mesmo que dispuséssemos de uma teoria adequada da oração, essa teoria ainda deixaria muito a desejar se fosse considerada como um componente de uma teoria ampla da competência comunicativa dos ULNs. Além disso, tendo em vista que as orações, em sua estrutura interna, são sensíveis a uma grande variedade de fatores discursivos, uma teoria "ótima" da oração, ou seja, de uma sentença isolada, é simplesmente impossível (cf. DIK, 1997, p.409).

Conclui-se dessa argumentação que, se a GF for coerente com a auto-imposição de padrões de adequação, ela deveria explicar, no final, também a gramática funcional do discurso, mostrando, em outras palavras, como as orações podem ser combinadas em períodos coerentes de fala, de conversação, ou de texto escrito. É, ao mesmo tempo, evidente que esse propósito está além das pretensões de uma teoria gramatical e que, por isso, Dik (1997) procura tratar apenas de algumas noções sobre como deveria atuar uma teoria funcional do discurso.

Entende Dik (1997) que um evento discursivo pode ser subdividido em tipos diferentes de unidades de diferentes níveis hierárquicos, tanto do ponto de vista interacional ou interpessoal quanto do ponto de vista do conteúdo ou ideacional. As distinções mais relevantes acham-se expostas na Figura 2.

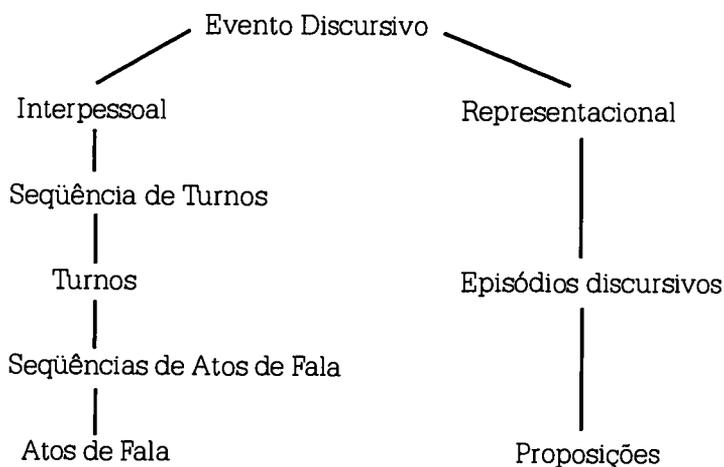


Figura 2 – Níveis hierárquicos do evento discursivo (adaptado de DIK, 1997, p.428)

As diferentes unidades dos níveis interpessoal e representacional não coincidem necessariamente de modo biunívoco. Por exemplo, em uma conversação, um certo episódio discursivo pode ser tratado como uma seqüência de turnos, na qual os interlocutores cooperam ao tratar de um dado (sub)tópico discursivo. Por outro lado, um episódio discursivo pode ser tratado em um turno de um interlocutor ou diferentes episódios podem ser tratados em um único turno. É, portanto, evidente que a estrutura da interação e a estrutura do conteúdo do discurso são parcialmente independentes.

Hengeveld (2000), por seu lado, assinala pelo menos duas motivações para a necessidade dessa expansão: em primeiro lugar, há muitos fenômenos que só podem ser explicados em termos de unidades maiores que a sentença, tais como partículas discursivas (ou marcadores discursivos), cadeias anafóricas, formas verbais narrativas etc. Em segundo lugar, há expressões menores que a sentença individual que, todavia, funcionam como enunciados independentes no fluxo discursivo.

Para dar um tratamento mais generalizado a todos os fenômenos lingüísticos, Hengeveld (2000) reconhece tanto a necessidade de aplicação de um modelo estendido de camadas, que dê conta também de unidades discursivas acima da sentença, quanto da necessidade de reconhecimento de vários níveis ou camadas de análise, o que requer um modelo de uma Gramática Funcional do Discurso (GFD) que seja simultaneamente hierárquico e modular, isto é, implique diferentes camadas e diferentes níveis de atuação, como o nível interpessoal, o nível representacional e o nível da expressão, respeitada a hierarquia das camadas.

Embora Dik (1997), como vimos, já mencione a necessidade de expandir o modelo, ele postula que as camadas sejam hierarquizadas numa perspectiva ascendente, representada pela figura 1, o que significa que o falante seleciona, primeiramente, um esquema de predicado, que é gradualmente expandido em estruturas mais abrangentes até atingir o nível ilocucionário, para então serem finalmente aplicadas as regras de expressão. Esse modelo ascendente (*bottom up model*) contraria, segundo Hengeveld (2000), o princípio de adequação psicológica, postulado pelo próprio modelo funcionalista, com base no qual o processo de produção da fala deve ser descrito como um processo descendente (*top down process*), que vai da intenção do falante à articulação fonológica. Nesse modo de ver, o falante decide primeiramente seu propósito comunicativo para depois selecionar a informação mais adequada para atingir esse propósito; em seguida, codifica essa informação em termos gramaticais e fonológicos para, finalmente, efetivar a articulação.

Em função do princípio de adequação psicológica, Hengeveld (2000) propõe um modelo descendente de GFD em que se distingam os três diferentes módulos ou níveis. A diferença entre seu modelo e o modelo anterior de GF é que, além de não ser ascendente, respeitando o princípio de adequação psicológica, ele pressupõe a existência desses três níveis, como módulos separados, e as camadas se aplicam a cada nível separadamente, de modo que cada um seja hierarquicamente organizado.

Hengeveld (2000) propõe três níveis, o nível interpessoal, o nível representacional e o nível da expressão. A unidade central do nível interpessoal

é a ação discursiva (*move*), definida como o veículo de expressão de uma única intenção comunicativa do falante, consistindo em um ato discursivo central que pode ter suporte em um ou mais atos subsidiários. Cada ato, caracterizado em termos de sua força ilocucionária, pode ser representado como esquemas ilocucionários que contêm os participantes do ato discursivo e o conteúdo comunicado, ou seja, a informação transmitida no ato discursivo.

Ao transmitir sua intenção comunicativa, o falante tem que preencher seu enunciado com um conteúdo semântico básico, isto é, com descrições de entidades conforme seu modo de existência no mundo não-lingüístico, que caracteriza o nível representacional. Essas entidades podem ser entidades de terceira ordem ou conteúdos proposicionais, entidades de segunda ordem ou estados de coisas, entidades de primeira ordem ou indivíduos e, finalmente, entidades de ordem zero, ou propriedades. Numa representação maximamente hierárquica desse nível, o conteúdo proposicional pode conter a descrição de um estado de coisas que contém, por seu lado, a descrição de uma propriedade e a de um indivíduo, conforme demonstrado na Figura 1.

O terceiro módulo, ou nível da expressão, contém tão somente unidades estruturais. A unidade máxima é uma representação do parágrafo ou episódio que, por seu lado, consiste em uma ou mais sentenças, cada uma das quais contém uma ou mais orações, que consiste em um ou mais sintagmas predicacionais e sintagmas referenciais, e cada um dos quais contém um ou mais lexemas.

A multifuncionalidade do conectivo nas camadas de representação

Dado esse panorama breve e geral da organização em camadas do modelo funcional de Dik (1997) e da expansão do modelo, tal como proposta por Hengeveld (2000), passaremos agora a ver como a multifuncionalidade do conectivo e depende da camada em que opera e como o modo de atuação desse conectivo permite comprovar a expansão do modelo de GF para um modelo de GFD.

Contrariando o princípio descendente, apenas por razões metodológicas de organização e de exposição, iniciaremos a demonstração dos casos pela camada mais baixa, a da predicação, em que o conectivo articula dois estados de coisas para chegarmos, ao final, à camada ilocucionária, ainda no nível intratoracional. Procura-se demonstrar que o caráter multifuncional do conectivo aditivo está fortemente correlacionado à organização em camadas da oração. O conectivo aditivo é empregado não só para estabelecer conjunção de conteúdos,

perfazendo a função ideacional, representada pela camada da predicação, mas também para estabelecer a conjunção epistêmica e a ilocucionária, perfazendo a função interpessoal, que se acham representadas respectivamente nas camadas da proposição e da oração.

Trataremos, em seguida, do modo como esse conectivo atua para estabelecer relações entre unidades superiores de natureza textual-interativa, representando o valor de adição na dimensão semântica e o valor de continuidade textual (SCHIFFRIN, 1987) na dimensão pragmática da linguagem.

Tomando por base a complexa rede de relações que se estabelecem entre as diversas camadas de representação subjacente (v. Figura 1), a coordenação é uma construção consistindo em dois ou mais membros que são funcionalmente equivalentes, relacionados no mesmo nível da estrutura por meio de um mecanismo de ligação (DIK, 1997, p.189). O mecanismo de ligação pode estar oculto, como nos casos de *justaposição*, ou pode estar manifesto, caso em que consiste em um ou mais *coordenadores* que servem para indicar a relação coordenativa entre os membros. O modo como se pode entender a coordenação aqui baseia-se em um trabalho de Lakoff (1971) que trata da conjunção simétrica e da conjunção assimétrica. A associação possível é que, ao juntar dois estados de coisas independentes entre si, a conjunção é simétrica; já um tipo assimétrico de conjunção articula estados de coisas temporalmente sucessivos. Considere-se o enunciado (3) como um caso de conjunção simétrica:

(3) *agora, uma escola se compõe de um...um...local em que haja condições do estudante ter aula e do professor dar a sua aula* (DID-SSA-231:368)

Cada membro da conjunção é independente do que o segue e do que o precede em qualquer parte da sentença completa. Em decorrência disso, cada membro retém sua integridade e nenhum adiciona significados ao outro, nem uma cadeia de membros precedentes torna o último ininteligível.

Observe-se agora o enunciado (4), que é um exemplo de coordenação assimétrica:

(4) *cheguei em casa, vi televisão e depois vim para cá pra pra conversar* (D2-RJ-355:87)

Na coordenação assimétrica, o conjunto é num certo sentido maior que a soma das partes. Além de encadeamento, o conjunto inclui a idéia de que cada

membro ligado leva necessariamente ao outro e que um membro não seria verdadeiro, se o que o precede não o fosse também. A irreversibilidade de (4) se baseia no princípio de iconicidade (HAIMAN, 1980) que se mostra com maior clareza em seqüências próprias dos discursos narrativos, de que (4) é um fragmento exemplar. O caso prototípico de bloqueio da reversibilidade potencial de ordem é constituído por esses fragmentos narrativos, um dos muitos modos de explorar a linearidade inerente da linguagem (SWEETSER, 1991). Há, entretanto, outros fragmentos de eventos não narrativos que ainda assim representam uma relação de anterioridade/posterioridade temporal:

(5) *então esse camarão é refogado com a cebola e põe junto a pimenta* (D2-POA-291:107)

Como esses enunciados constituem casos de conjunção de estados de coisas, a atuação do conectivo envolve apenas a camada da predicação e o falante utiliza a função representacional da linguagem. Nesse nível de atuação, o conectivo pode ser classificado como um relator. Relatores são elementos gramaticais que servem para ligar dois constituintes e/ou marcar a função de um constituinte conforme sua especificação na estrutura subjacente da oração. Podem marcar uma relação de coordenação e de dependência (DIK, 1989, p.339). No primeiro caso, os relatores, que são chamados "coordenadores", ligam dois ou mais *relata* de mesma ordem hierárquica, sem formar um constituinte com qualquer um deles. Os coordenadores pertencem à classe dos relatores. Na função de relator, o conectivo aditivo é um elemento funcionalmente muito próximo do que a gramática tradicional denomina "conjunção".

Vejam agora casos de atuação de *e* no nível textual-interativo. Nesse uso, o conectivo não mais pertence à classe dos relatores, mas à classe dos conectores ou marcadores discursivos. Os conectores são meios adicionais de criar coerência, já que exercem o papel básico de estabelecer ligação de uma nova oração, ou de porções textuais maiores, a uma ou mais orações precedentes, especificando, ao mesmo tempo, uma relação semântico-pragmática entre as duas partes.

O conector é conhecido por uma grande variedade de nomes na literatura, como por exemplo "conjunção", em Quirk et al. (1972); "marcador discursivo", em Schiffrin (1987). Por isso, Dik prefere chamá-los de "conectores"⁵ ou

⁵ O termo "conector" cobre parcialmente o recurso coesivo denominado "conjunção" por Halliday e Hasan (1973). Além da conjunção, ou conexão, os principais fatores de coesão textual, sugeridos por esses autores, são a referência, a substituição, a elipse e a coesão lexical. Diferentemente dos demais relações coesivas, a conjunção não se trata de uma relação anafórica, já que elementos conjuntivos, ou conectores, não são

“marcadores discursivos” (doravante MD). Embora a classe dos MDs ainda não apresente conceituação e classificação satisfatoriamente bem definidas, é possível notar nos vários autores que abordam o assunto a tendência de identificar neles o exercício de duas funções centrais: (i) a função de atuar na organização informacional do texto, aqui identificada como “função textual”, e (ii) a função na articulação do processo de interação verbal, aqui chamada de “função discursiva”.

Considerando, então, o modo como a coordenação representa a função interpessoal, é possível mencionar um uso muito recorrente de *e* para introduzir uma modalização proposicional de natureza subjetiva em que o próprio falante é a fonte da avaliação, ao emitir, na oração sindética, uma opinião pessoal relacionada ao estado de coisas contido na oração inicial, que se observa em (6):

(6) *bom ocorre a guerra e...nada nessa história acontece por acaso...né? se* (EF-RJ-469:210)

Também ocorre em (7) abaixo a introdução de modalidade proposicional epistêmica, mediante o uso de expressões tipicamente modalizadoras, como o verbo *achar*, que expressa o não comprometimento do falante com a verdade da oração sindética em contraste com a inicial.

(7) *eu tenho ido a :: televisão fazer uns programas...ajudar um pessoal que tem me pedido...e eu acho que a televisão é completamente diferente do que a gente assiste* (DID-SP234:181)

Outro tipo de atuação do conector *e* manifestando função interpessoal ocorre na camada ilocucionária, caso de (8):

(8) *quando é que o professor solicita respostas do aluno que exigem apenas e eu digo apenas porque é o processo mental* (EF-POA-278:55)

Compare-se (8) com o caso em (9), que trata da articulação em outro nível estrutural, ou seja, o textual, não o nível intra-oracional, embora a função seja a mesma, ou seja, a alternância entre os níveis do enunciado e da enunciação.

coesivos por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das relações semânticas específicas que estabelecem entre as orações ou entre unidades textuais ainda maiores no interior do texto. Os elementos conjuntivos, que abrangem advérbios e locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas, incluem também as conjunções e locuções conjuntivas, o que implica os relatores e os conectores na visão de Dik (1997).

(9) L2: *então, faz esse refogado e põe tomate, um ou dois tomates não mais do que isso pra não fica(r) ácido e agora saíram uns, uns temperos mais, mais novos digamos assim, porquê têm dois anos mais ou menos, que é esse Puru purê, então, de uma a duas colheres de Puru purê ou senão de Ketchup (Quetchââ) também, uma ou duas colheres, ou um ou outro, aí põe o camarão naquele refogado, rapidamente, só mexe o camarão depois dele limpo (...)*

Em (9), L2 está descrevendo o modo de preparar um prato, camarão com queijo. Para descrever o momento de acrescentar tempero à receita, L2 faz um parêntese para abrir um subtópico, apresentando um novo tempero, o “Puru purê”, que ele pressupõe ser desconhecido de seu interlocutor. Podemos notar que L2 introduz o parêntese com *e* e retorna à descrição de sua receita com *então*. Esse comportamento de *e* distingue duas unidades textuais distintas no discurso do interlocutor, em que a unidade introduzida pelo conectivo funciona como uma espécie de parentetização adjunta à predicação principal. Nesse tipo de ocorrência, por outro lado, o trecho que o falante toma como desconhecido por seu interlocutor é focalizado por *e*, o que evidencia, também aí, a simultaneidade das funções textual e discursiva.

Uma vez mais o que se vê não é coordenação de estados de coisas, conforme a função mais trivial do aditivo; o que se faz é introduzir uma oração em que se acentua alguma informação, abandonando-se, simultaneamente, a dimensão do enunciado em favor da dimensão da enunciação. Esse limite é marcado pelo uso do conectivo. Os enunciados (8) e (9) ilustram claramente um mecanismo empregado para retornar ao momento da enunciação, observável particularmente no caráter metalingüístico da oração introduzida por *e*.

A atuação inter-oracional mais recorrente de *e* parece ser a de viabilizar a expansão textual. É um uso do conector *e* ainda muito ligado à sua atuação como relator aditivo. Enquanto relator, *e* adiciona um termo a outro dentro de uma oração ou uma oração a outra dentro de um período complexo. No entanto, o conectivo pode ligar uma oração, não necessariamente a outras unidades gramaticalmente equivalentes, mas a todo o bloco textual precedente. Esse comportamento de *e* foi observado principalmente nas narrativas de experiência pessoal, em que um locutor é convidado pelo documentador a narrar um episódio marcante de sua vida. Observemos uma narrativa em que o *e* exerce a função de expansão textual:

(10)

1. *Inf.: bom éh :: a situaçu dididi pirigu mais recenti... fo :: i quandu eu tava viajanu...*

2. *eu dô aula fora também...*
3. *i :: já tava iscuru era umas oitu horas da noiti mais ou menus...*
4. *i :: u carru qui tava na minha frenti...*
5. *era uma pista dupla a gente tava ultrapassanu um caminhão...*
6. *éh :: i :: ne/nessi pontu da rodovia tinha um postu di gasolina i uma pessoa tava atravessanu...aa pista*
7. *i :: mas era iscuru...*
8. *i :: comu a genti tava ultrapassanu u caminhão...*
9. *Doc.: Uhun*
10. *Inf.: u carru qui tava na minha frenti...éh :: atropelô... essa pessoa...*
11. *i :: só qui eu num vi...nada purqui tava iscuru divia tá uns ::...sei lá uns :: cinqüenta metrus atrais...*
12. *i :: eu num NA :: da*
13. *eu só vi qui u carru da frenti começô brecá...vi a luz de freiu acendunu...*
14. *Doc.: Uhum*
15. *Inf.: i eu já diminuí a velocidadi... (narrativas de experiência pessoa (1), CorpusSJR)*

Nessa narrativa, o informante conta um episódio em que, dirigindo um carro por uma rodovia, quase passou por cima de uma pessoa caída na pista que havia sido atropelada por um carro a sua frente. Como em qualquer narração cotidiana, uma série de acontecimentos vai sendo encadeada numa seqüência cronologicamente organizada para a construção da história final. Dentre os vários recursos lingüísticos utilizados para o encadeamento das ações, o uso do conectivo *e* é um dos mais característicos.

Nesse fragmento narrativo, podemos observar diversas ocorrências do conector desempenhando essa função (casos em que *e* aparece em **negrito**). Nessas ocorrências, *e* é utilizado ou para adicionar um novo fato à seqüência narrativa ou para acrescentar alguma informação de fundo (a parte descritiva, manifestada pelo uso de verbos no pretérito imperfeito, dentro de uma narrativa, desenvolvida pelos verbos no pretérito perfeito) necessária à compreensão do contexto situacional em que se dão os fatos narrados.

A função desse tipo de ocorrência de *e* parece não ser a de ligar à oração imediatamente anterior, num nível local, a oração que introduz, mas a de ligar a todo o bloco textual precedente, num nível global, a oração que introduz. O enunciado introduzido pelo conectivo vai constituir mais uma das muitas

informações necessárias à construção da informação textual global, não propriamente à organização local do conteúdo informacional de um período. Por isso, parece pertinente encarar esse tipo de ocorrência de *e* não como relator, mas como conector, atuando como mecanismo de expansão textual.

A diferença em relação à função de expansão textual, na constituição de estruturas representacionais, é que, nesse caso, *e* opera principalmente na construção e na organização do conteúdo informacional do texto, enquanto, no uso discursivo, *e* atua na orientação da interação verbal, funções que Dik (1997) atribui também à classe dos conectores. De qualquer forma, os dois casos diferem consideravelmente do *e* relator, sobretudo quanto ao uso discursivo, momento em que o conectivo mais se afasta de seu comportamento de relator coordenador. Trata-se, na verdade, de duas diferentes funções dos conectores ou MDs, aqui identificadas como função textual (domínio ideacional) e como função discursiva (domínio interpessoal).

Quanto ao nível estrutural de atuação do *e* com papel discursivo, nem todo caso ocorre no nível da sentença. Nos processos de introdução de tópico ou subtópico discursivo e de assalto a turno conversacional, por exemplo, que desempenham importantes funções pragmáticas, o conector atua num nível estruturalmente superior ao sentencial. O que determina, portanto, a passagem de relator a conector é sua atuação no nível textual-interativo. Vejamos o exemplo (11) que ilustra um procedimento de assalto a turno conversacional e manutenção de turno.

(11)

1. L1 *a p/ a p/ é...a programação havia sido planejada mas não deu certo...*
((risos))
2. L2 *filhos da pílula não?* ((risos))
3. L1 *não...* ((risos))
4. L2 *nem da tabela?* ((risos))
5. L1 *não justamente porque a tabela não :: deu certo é que :: ((risos)) vieram ao acaso*
6. L2 *ahn ahn*
7. L1 *e :: nós havíamos programado Nove ou dez filhos...não é?*
|
8. L2 *(nossa que chique)*
9. L1 *então*

10. L2 *a sua família é grande?*

11. L1 *nós somos :: seis filhos*

12. L2 *e a do marido?*

|

13. L1 *e a do marido...eram doze agora são onze...*

14. L2 *ahn ahn*

(11) é um exemplo muito interessante porque contém e utilizado tanto como estratégia de manutenção de turno (fala de L1) quanto como estratégia de assalto a turno (fala de L2). Podemos notar que o *e* de L1 da linha 7 é prosodicamente alongado. Ora, como o conector é uma forma de assinalar que algo ainda está para ser dito, conforme observamos acima, e como a pausa é evidentemente indicadora de que o falante está pensando o que vai falar, esse *e* de L1 (pronunciado como *e::*), certamente desempenha a função discursiva de manutenção do turno conversacional.

O *e* da linha 12, por outro lado, constitui mecanismo de assalto a turno. Na linha 12, L2 sobrepõe sua fala à de L1 (o que configura o assalto ao turno) para expandir a informação obtida com a pergunta da linha 10. Esse comportamento de *e*, aliás, é muito comum, ou seja, o uso do conector para introduzir as perguntas numa série de pares adjacentes do tipo pergunta-resposta. O emprego de *e* nesse esquema tem justamente o efeito de produzir um *continuum*, em que cada pergunta está relacionada à anterior, sendo uma continuação dela.

Também o envolvimento de *e* nessas disputas de turno é possibilitado pelo seu valor semântico fundamentalmente aditivo. No caso da manutenção de turno, é bastante clara essa relação. No caso da estratégia de assalto a turno, esse valor semântico parece menos evidente, mas também aí ele está presente e é muito produtivo. Como o *e* conserva o valor de continuação, ao usá-lo para assaltar o turno, o falante está sugerindo sua fala como uma continuação e, até mesmo, como uma contribuição à fala do seu interlocutor. Trata-se, portanto, de uma forma de "justificar" o assalto ao turno.

Considerações finais

Assumiu-se aqui um compromisso teórico com a GF de Dik (1989, 1997). Como se viu, esse modelo funcional enfoca não só as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas, mas também as que governam os

padrões de interação verbal nos quais essas expressões lingüísticas são usadas. Em outros termos, não apenas não se aborda a linguagem exclusivamente do ponto de vista da função representacional, mas ainda se privilegia o enfoque da linguagem da perspectiva de sua função interpessoal.

O uso de *e* nas diferentes camadas de representação, propostas por Dik (1997) e reatualizadas por Hengeveld (2000), mostra que esse conectivo configura, por definição, um caso de ambigüidade pragmática (SWEETSER, 1991), expressão que sugere haver uma única forma fonológica em que se alojam pelo menos três diferentes lexemas, conforme se aplique o conectivo à camada da predicação (nível representacional) e à camada da oração (nível interpessoal). Se avançarmos para além do nível intra-oracional, essa multifuncionalidade se amplia ainda mais, estendendo-se também para a conjunção de unidades discursivas no nível textual-interativo; assim, além de uma função de relator coordenador propriamente dito, configura-se uma função de conector ou de marcador discursivo, sem deixar de preservar o mesmo valor fundamental de adição.

Quanto ao estatuto funcional, incluindo os níveis sentencial e textual-interativo como um todo, o conectivo aditivo funciona como um relator coordenador, efetuando tanto a coordenação de termos, de que não tratamos aqui (ver CAMACHO, 1999), quanto à coordenação de orações (uso referente à "conjunção aditiva" reconhecida pela Gramática Tradicional); no nível textual-interativo, *e* assume o comportamento de conector, nos termos propostos por Dik (1997), estabelecendo relações textuais *e/ou* interacionais. De qualquer forma, independentemente do contexto e do nível em que seja utilizado pelos interlocutores, o conectivo *e*, seja relator, seja conector, preserva cognitivamente, em qualquer ocorrência, um mesmo valor fundamental de adição, daí também se aplicar a ele o princípio de ambigüidade pragmática.

Essa permeabilidade por diferentes camadas e o exercício pelo falante das funções representacional e interpessoal mostram ainda que a multiplicidade de valores é parte constituinte da economia das línguas naturais humanas e, por isso mesmo, um caso bem definido de comprovação de que de gramáticas sentenciais devem expandir-se para incorporar procedimentos textual-discursivos.

CAMACHO, R. G.; PENHAVEL, E. Multi-functional use and levels of analysis: the interface between grammar and discourse. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p.101-121, 2003.

□ **ABSTRACT:** *The additive connector is used not only to establish content conjunction relation, playing the ideational function, which is represented by the predicational layer, but also to establish epistemic and illocutionary conjunction, playing the interpersonal function, which is represented in the Theory of Functional Grammar (DIK, 1989, 1997) by the propositional and phrasal layers. In addition to the intra-clause level, the connector also acts on the textual-interactive one. On the one hand, this paper aims to show that FG's theoretical framework is capable of accounting for the principle of multi-functionality which is detected in the language use and, on the other, it vindicates the claim that sentence grammars, including FG, should be extended to text grammars.*

□ **KEYWORDS:** *Coordination; additive connector; ideational function; interpersonal function; functional grammar.*

Referências

- CAMACHO, R. G. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.351-406.
- CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**. Cambridge: Blackwell, 1996.
- CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- DIK, S. **The theory of functional grammar: the structure of the clause**. Dordrecht: Foris, 1989. pte.1.
- _____. **The theory of functional grammar: complex and derived constructions**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997. pte.2.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Eds.). **Speech acts**. New York: Academic Press, 1975. v.3, p.41-58.
- HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. **Language**, Baltimore, v.56, p.515-540, 1980.
- HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (Ed.). **New horizons in linguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p.140-165.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in spoken and written English**. Londres: Longman, 1973.

- HENGEVELD, K. **The architecture of a Functional Discourse Grammar**. (Preliminary version) versão não publicada. Amsterdam, 2000.
- JOOS, M. **Readings in Linguistics I**: The development of descriptive Linguistics in America. 1925-56. Chicago, London: University of Chicago Press, 1957.
- LAKOFF, R. If's and's and but's about conjunction. In: FILLMORE, Ch.; LANGENDOEN, D. T. (Eds.). **Studies in linguistic semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971. p.114-149.
- MACKENZIE, J. L. First things first: towards an incremental Functional Grammar. **Acta Linguistica Hafniensia**, Copenhagen, v.32, p.23-44, 2000.
- MAINGUENEAU, D. L'unité de la linguistique. **DELTA**, São Paulo, v.6, n.2, p.127-138, 1990.
- MATTHIESSEN, Ch.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.
- PENHAVEL, E. **Funções textuais e discursivas do conector aditivo**. Relatório final de Iniciação Científica (FAPESP-Proc.01/12077-0). São Paulo, 2002.
- QUIRK, R. et. al. **A grammar of contemporary English**. London: Longmans, 1972.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SCHIFFRIN, D. **Discourse markers**. Cambridge: University Press, 1987.
- SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RESENHAS

NEVES, M. H. M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

Marize M. DALL'AGLIO-HATTNER¹

Guia de uso do português é mais uma obra fundamental de Maria Helena de Moura Neves. Apresentado pela própria autora como uma obra que busca, "[...] em primeiro lugar, informar exatamente como estão sendo usadas pelos falantes as formas da língua portuguesa" (NEVES, 2003, p.13), este *Guia* assenta seu ineditismo em uma série de diferenciais.

Possuidora de vastíssimo conhecimento tanto sobre a tradição gramatical quanto sobre os usos vigentes no português contemporâneo do Brasil, Maria Helena de Moura Neves organiza seu *Guia* com base em um ponto-chave: "[...] o uso pode contrariar as prescrições que a tradição gramatical vem repetindo, e o falante – particularmente aquele que usa de modo especial a linguagem nas suas atividades profissionais – terá de conhecer os dois lados da questão" (NEVES, 2003, p.13). Assim, para dar a conhecer o uso do português contemporâneo escrito do Brasil, a autora assenta sua obra em um extenso trabalho de pesquisa em um corpúsculo de oitenta milhões de ocorrências, o mesmo que serviu à elaboração da *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000), de sua autoria, e do *Dicionário de usos do português* (BORBA, 2002), coordenado por Francisco da Silva Borba, do qual Neves é co-autora. O uso apontado pelo *Guia* é, portanto, o resultado de um criterioso trabalho de levantamento, apoiado, quando necessário, em indicadores de frequência.

Sem jamais negar o valor da norma-padrão e a necessidade da sua divulgação, este *Guia de usos* é inédito, também, no modo como concebe seu público alvo. Descrito como "[...] qualquer pessoa que, em algum momento de desempenho lingüístico, sinta algum tipo de dificuldade na formulação de seu enunciado" (NEVES, 2003, p.13), o leitor virtual dessa obra está longe de ser um falante que, passivamente, busca o conforto das regras. Como bem apontam Platão e Fiorin nas interessantes páginas que prefaciam o *Guia*, a imagem do

¹ Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-UNESP, 15054-000 – São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: marize@ell.ibilce.unesp.br.

leitor construído por Maria Helena de Moura Neves é a de “[...] um ser inteligente, dotado de liberdade, que é capaz de pesar as implicações socioculturais de cada uso e de fazer uma opção entre o que a tradição prescreve e os usos reais” (NEVES, 2003, p.12).

Para mostrar ao consulente as possibilidades de escolha, o modo de organização do *Guia de usos* é bastante prático. Os verbetes, organizados em ordem alfabética, trazem inicialmente as indicações de uso feitas com base nas ocorrências registradas no banco de dados examinado. Quando ocorrem variantes, a frequência relativa de uso é informada. O confronto das indicações de frequência, ou do uso preferido, com as prescrições da tradição gramatical é feito sempre que essa informação é considerada pertinente. Se o uso contraria a prescrição tradicionalmente veiculada, essa informação vem destacada, graficamente, por um recuo no texto que, infelizmente, nem sempre é fácil de ser percebido. A remissão a verbetes que se complementam, ou que de alguma forma se relacionam, facilita e enriquece a consulta.

Alguns verbetes merecem destaque por diferentes razões. A inclusão de topônimos, verbetes comuns apenas nos dicionários enciclopédicos, é extremamente útil. Da mesma forma, a inclusão de diversos estrangeirismos, bastante atualizados, mostra a vivacidade da língua, tão cara a um trabalho que se assenta na descrição do seu uso em situações reais de interação. O verbebo sobre a vírgula traz, de uma forma extremamente clara, simples e completa, a descrição de seu uso nos mais diferentes contextos. Também chamam a atenção, pela indicação de valores semânticos e pragmáticos, os verbetes sobre diferentes classes de modalizadores.

No entanto, é nos verbetes em que o uso está em desacordo com a norma prescritiva que se encontram as ocorrências mais interessantes. Neles se encontra o registro não só das diferenças, mas dos contextos em que as diferenças são percebidas. O usuário fica sabendo, por exemplo, que o uso da expressão **através de** com o significado de “por meio de”, condenado nas lições normativas, é bastante comum em todos os tipos de texto que constituem o banco de dados examinado (romanesco, oratório, técnico-científico, jornalístico e dramático). Ou ainda, que o uso do verbo **elencar**, condenado pelas lições normativas como um neologismo desnecessário, é forma usual especialmente em textos jornalísticos e técnico-científicos.

Há casos em que a explicação para um determinado fato gramatical não parece estar ao alcance do usuário comum, mas a exemplificação, sempre presente, dá a esse usuário a informação necessária para que ele elabore a sua escolha. É o que ocorre, por exemplo, na descrição do uso da conjunção **embora**.

Neves aponta que, sendo uma conjunção subordinativa, embora não se construiria, em princípio, com uma forma nominal.

[...] Entretanto, por se tratar de forma de origem adverbial que entrou num processo de gramaticalização como conjunção, usa-se também com gerúndio, construção que sofre restrições de alguns normativistas. *Mas hoje acontece que, **EMBORA** fazendo pouco, é o governo o único que faz alguma coisa pelo Nordeste.* (PV). (NEVES, 2003, p.287, destaques da autora).

Em muitos outros casos, a autora brinda o usuário com uma revisão dos manuais normativos, ao apontar eventuais inconsistências de seus critérios ou de suas explicações. É o que ocorre no comentário sobre o uso da seqüência e **nem**, cuja condenação é justificada nos manuais normativos pelo fato de a conjunção **nem** já ter o significado de "e não". Entretanto, como aponta Neves (2003, p.276, grifos da autora), "[...] nessa seqüência o que se está usando é o advérbio **nem**, e não a conjunção aditiva **nem**, que é a que tem valor aditivo (de e), além do valor negativo".

No confronto entre norma e uso, não é raro o usuário do *Guia* se espantar com a constatação de que determinadas construções recomendadas pelos manuais normativos têm baixa freqüência, ou nem mesmo são registradas no *cópus* analisado. Paralelamente, alguns modos de construção condenados por esses manuais são, muitas vezes, os únicos que estão em uso. Ao descrever esses casos, Maria Helena de Moura Neves revela ao seu leitor os usos realmente vigentes no português contemporâneo do Brasil.

Não se deve pensar, porém, que o *Guia de uso do português* negue à norma-padrão o seu valor. Como a própria autora faz questão de destacar, é "[...] o conhecimento das regras, confrontadas com a situação real de uso, que permitirá que o usuário faça suas escolhas para melhor desempenho lingüístico" (NEVES, 2003, p.14). Nessa obra, indispensável para estudiosos da língua portuguesa em todos os níveis, o que não se aceita é a "[...] prescrição cega, que é estreita e insustentável".²

² Essas e outras idéias igualmente valiosas sobre a tensão entre o uso e a norma prescritiva também podem ser encontradas em Neves (2001).

Referências

BORBA, Fda S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____. A gramática: o uso e a norma. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., 2001, Fortaleza-CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2001. Disponível em <<http://sw.npd.ufc.br/abralin/vport.htm>>. Acesso em 20 abr.2004.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A *Revista do GEL* é uma publicação do **Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo** e tem por finalidade divulgar textos acadêmicos originais e inéditos, de interesse das áreas de Letras e Lingüística. De periodicidade anual, a *Revista do GEL* acolhe artigos originais e inéditos, resenhas críticas e noticiários de interesse dos associados. É um periódico que se destina à divulgação de trabalhos acadêmicos resultantes de pesquisa individual ou em grupo.

Os trabalhos para publicação poderão ser apresentados em português, francês, inglês ou espanhol. Em casos especiais, e a critério da Comissão Editorial, os trabalhos poderão ser apresentados em outra língua que não as indicadas. Só serão publicados trabalhos selecionados pela Comissão Editorial, com base em parecer emitido por membro do Conselho Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação. Os trabalhos (um e somente um por grupo ou por autor) deverão ser entregues em disquete e em três vias impressas. O disquete deve trazer uma etiqueta identificando o(s) autor(es) e o arquivo. Em duas das cópias impressas, não deverá constar nem o nome do(s) autor(es), nem o da instituição à qual está(estão) filiado(s), nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s). Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3,0 cm e com margens direita e inferior de 2,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo referências bibliográficas) digitadas com espaçamento duplo.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor; **resumo** (com, no máximo, duzentas palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo sete), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da Lingüística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do

trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês), **abstract** e **keywords**. Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto.

Referências. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR6023 da ABNT, de agosto de 2002.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Exemplos:

Livros e outras monografias:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

Dissertações e teses:

ARAÚJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna**: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Artigos e periódicos:

ARAÚJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. **ARTEUnesp**, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado):

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala [...]" Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUNFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexose/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 cm x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo Figura.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal. Os trabalhos deverão ser enviados ao editor responsável pela *Revista do GEL*, em três cópias acompanhadas de um disquete. Duas das cópias devem ser anônimas para serem avaliadas por dois membros do Conselho Editorial.

ENDEREÇO PARA ENVIO DE ARTIGOS: *Revista do GEL* – Departamento de Lingüística da FCL/UNESP – Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Araraquara-SP – CEP 14800-901.
E-mail para contato: revistadogel@fclar.unesp.br

Ana Cristina Fricke Matte
Ataliba T. de Castilho
Erotilde Goreti Pezatti
Graciele Rodrigues Cucolo
Maria Helena de Moura Neves
Mário Eduardo Viaro
Roberto Gomes Camacho
Eduardo Penhavel
Marizete Mattos D'Aglio Hattnher

